

IHU

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 434 - Ano XIII - 09/12/2013 - ISSN 1981-8769



A potência das ruas em debate



Foto: Ricardo Machado - Porto Alegre, 17-06-2013.

Ricardo Antunes:

As manifestações e a luta por outro modelo de democracia

Jorge Barcellos:

Potencialidades e limites dos levantes da juventude no século XXI

Giuseppe Cocco:

Estado de Polícia, o Brasil sem a máscara da “liberdade”

EMAI

José Geraldo de Sousa Júnior:

A Constituição Federal e a construção de direitos

José Maria Gusman:

Pesquisa independente na liberação dos transgênicos

Paulo Suess :

Vinho e vinagre na alegria do Evangelho

A potência das ruas em debate

Nos meses de junho a outubro, o Brasil foi sacudido pela movimentação das ruas, e as grandes manifestações do mês de junho não cessaram nos meses seguintes.

Os protestos foram tema de debate nas publicações do Instituto Humanitas Unisinos – IHU. A atualização diária da página eletrônica, com a publicação de análises e entrevistas nas *Notícias do Dia*, buscaram compreender este dado novo da realidade nacional.

A edição da revista **IHU On-Line** desta semana retoma o debate. Pesquisadores e professores discutem as mobilizações e a violência que têm acompanhado as mesmas.

Ricardo Antunes, professor na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, afirma que as manifestações não querem consertar a democracia formal de nossos dias. O que elas pretendem é substituir este modelo por outro, focado em ações de democracia direta, com a participação efetiva da população.

Jorge Barcellos, coordenador do Memorial da Câmara Municipal de

Porto Alegre e responsável pelo projeto Educação para Cidadania, aborda a violência como o limite necessário às manifestações, marco que, excedido, poderia levar à construção de uma sociedade fascista.

A presença dos jovens nas ruas, a conduta política atual dos partidos de esquerda brasileiros e as repressões ao movimento *black bloc* são analisados por **Giuseppe Cocco**, professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Bruno Lima Rocha, professor na ESPM-Sul e na Unisinos: editor do *blog Estratégia e Análise*, analisa o espaço conquistado para a participação política nos modelos de democracia direta e a ausência do mesmo nos modelos de democracia representativa.

Bruno Cava, editor do *blog Quadrado dos Loucos*, questiona os interesses atendidos pelos atos de repressão policial na tentativa de controle das manifestações, sua relação com os megaventos em organização no Brasil e os discursos de legitimação produzidos.

O movimento em curso de crítica e de proposição de mudanças na organização política é avaliado por **Hugo**

Albuquerque, editor do *blog Descurovo*, que considera que é preciso aproveitar este momento justamente para realizar as mudanças.

Mais duas entrevistas complementam esta edição.

José Geraldo de Sousa Junior, professor na Universidade de Brasília – UnB, reflete sobre a Constituição Federal enquanto processo contínuo de cidadania e de construção de direitos.

José Maria Gusman Ferraz, professor na Universidade Federal de São Carlos – Ufscar e na Unicamp, discute as relações éticas e a atuação científica independente nas pesquisas em transgenia.

Os artigos de **Paulo Suess**, teólogo, perscrutando o importante documento do Papa Francisco, denominado *Evangelii Gaudium* (A Alegria do Evangelho), e de **Cesar Sanson**, sociólogo, sintetizando a análise de conjuntura da semana, publicada pelo sítio do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, consubstanciam uma edição rica de conteúdo.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Instituto Humanitas
Unisinos

UNISINOS

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.
E-mail: humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto
Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU

IHU On-Line é a revista
semanal do Instituto
Humanitas Unisinos – IHU
ISSN 1981-8769.

IHU On-Line pode ser
acessada às segundas-feiras,
no sítio www.ihu.unisinos.br.

Sua versão impressa circula às
terças-feiras, a partir das 8h,
na Unisinos.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio
Neutzling (inacio@unisinos.br).
Redação: Inácio Neutzling,
Andriolli Costa MTB 896/MS
(andriolibc@unisinos.br),
Luciano Gallas MTB 9660
(lucgallas@unisinos.br),
Márcia Junges MTB 9447
(mjunges@unisinos.br),
Patrícia Fachin MTB 13.062
(prfachin@unisinos.br) e
Ricardo Machado MTB 15.598
(ricardom@unisinos.br).
Revisão: Carla Bigliardi

Colaboração: César Sanson,
André Langer e Darli Sampaio,
do Centro de Pesquisa e Apoio
aos Trabalhadores – CEPAT, de
Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência
Experimental de Comunicação
da Unisinos – Agexcom.
Editoração: Rafael Tarcísio
Forneck

Atualização diária do sítio:
Inácio Neutzling, Patrícia Fachin,
Fernando Dupont, Juliete
Rosy de Souza, Suélen Farias e
Wagner Altes Morais da Silva

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Baú da IHU On-Line**
- 6 **Ricardo Antunes** – As manifestações e a luta por outro modelo de democracia
- 13 **Jorge Barcellos** – Potencialidades e limites dos levantes da juventude no século XXI
- 21 **Giuseppe Cocco** – Estado de Polícia, o Brasil sem a máscara da “liberdade”
- 29 **Bruno Lima Rocha** – Só os modelos de democracia direta podem assegurar a participação política
- 34 **Bruno Cava** – A complexidade da relação entre repressão policial, sociedade e investidores
- 41 **Hugo Albuquerque** – “Vivemos um momento constituinte. É preciso pensar, atuar, propor como nunca”

DESTAQUES DA SEMANA

- 48 **José Geraldo de Sousa Junior** – A Constituição Federal e a construção de direitos
- 54 **José Maria Gusman Ferraz** – Relações éticas e pesquisa independente na liberação dos transgênicos no Brasil
- 57 **Paulo Suess** – Vinho e vinagre na alegria do Evangelho
- 64 **Conjuntura da Semana** – Copa do Mundo 2014, ilegítima: elitista, privatista e anti-popular
- 67 **Destaques On-Line**

IHU EM REVISTA

- 70 **Publicações em Destaque** – Cadernos IHU – As práticas religiosas dos “Sem Religião” nas comunidades virtuais
- 71 **Retrovisor**



twitter.com/ihu



<http://bit.ly/ihuon>



www.ihu.unisinos.br

Tema de Capa

Destques
da Semana

IHU em
Revista

Baú da IHU On-Line

Confira algumas das edições da **IHU On-Line** e das demais publicações do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** que trataram de temáticas relacionadas às mobilizações populares e à conquista de direitos



- *Direito à cidadania. A política social brasileira em debate.* Edição 373 da **IHU On-Line**, de 12-09-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon373>
- *Judiciário. É possível democratizar um poder elitizado?* Edição 383 da **IHU On-Line**, de 05-12-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon383>
- *Copa do Mundo. Para quem e para quê?* Edição 422 da **IHU On-Line**, de 10-06-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon422>
- *O pulso ainda pulsa.* Reportagem especial sobre as manifestações em Porto Alegre, publicadas na edição 424 da **IHU On-Line**, de 24-06-2013, disponível em <http://bit.ly/ihu240613>.
- *25 anos da Constituição: avanços e limites.* Edição 428 da **IHU On-Line**, de 30-09-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon428>
- *#VEMpraRUA - Outono brasileiro? Leituras.* Textos de Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci, publicados na edição 191 dos **Cadernos IHU Ideias**, disponível em <http://bit.ly/ihuid191>
- *Brasil: verso e reverso constitucional.* Texto de Fábio Konder Comparato, publicado na edição 197 dos **Cadernos IHU Ideias**, disponível em <http://bit.ly/ihuid197>

LEIA OS CADERNOS IHU
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR

As manifestações e a luta por outro modelo de democracia

“Os novos descontentes do mundo perceberam que o capitalismo é profundamente destrutivo, ainda que tenham percebido isso intuitivamente”, afirma o cientista social Ricardo Antunes

POR LUCIANO GALLAS

“O parlamento não está nas mãos do povo, o Poder Executivo não está nas mãos do povo, o Poder Judiciário não está nas mãos do povo, de tal modo que estas manifestações intuitivas, embrionariamente, espontaneamente, estão dizendo que querem mais democracia direta, que querem mais assembleias populares, que querem maior representação direta”, afirma o professor Ricardo Antunes. Para ele, a democracia direta “é o oposto desta democracia formal [atual], a qual, se permite liberdade de manifestações, ainda que restritas, é ao mesmo tempo profundamente antidemocrática no que diz respeito a uma autêntica participação popular, que só ocorre efetivamente quando é inspirada em uma democracia mais direta”.

Nesta entrevista, concedida à **IHU On-Line** por telefone, Ricardo Antunes identifica nos jovens estudantes trabalhadores, ou trabalhadores estudantes, o principal polo de organização das manifestações de junho de 2013 no Brasil. “Estes são os novos descontentes do mundo, os quais perceberam que o capitalismo é profundamente destrutivo, ainda que tenham percebido isso intuitivamente: o transporte não funciona, a saúde não funciona, e assim por diante, entre tantos problemas que apareciam nas manifestações, manifestações estas que é preciso estudar e que é preciso compreender”, destaca o docente. Ele enfatiza também que, se as manifestações de outubro tornaram-se mais violentas, é

“porque há a violência policial e há a violência da sociedade. Alguns destes grupos [de jovens] entendem que não há mais alternativas para responder a esta sociedade violenta. Eu imagino, porque não há ainda muitos estudos sobre isso, que a maior parte dos jovens que estão nos Black Blocs não são filhos da classe média alta, mas são jovens da periferia, que vivem a violência cotidiana na sua porta, no seu bairro, na sua rua, através da polícia que reprime”.

Ricardo Antunes possui mestrado e doutorado em Ciências Sociais, respectivamente pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e pela Universidade de São Paulo - USP. Realizou pós-doutorado na University of Sussex, no Reino Unido, e obteve o título de Livre Docência pela Unicamp, onde atualmente é professor titular de Sociologia. É organizador de *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2006) e de *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil Vol. II* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2013) e autor, entre outras obras, de *O continente do labor* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2011), *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho* (São Paulo: Cortez, 2010), *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (São Paulo: Boitempo Editorial, 1999) – a última foi publicada nos Estados Unidos, Inglaterra/Holanda, Itália, Argentina, Venezuela e Colômbia.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como as manifestações de junho/julho no Brasil podem ser interpretadas no contexto da luta de classes?

Ricardo Antunes – Em várias dimensões, desde que eu tenha uma noção ampla de luta de classes e que eu compreenda também que as ma-

nifestações tiveram dentro delas um caráter policlassista. Mas estas manifestações têm uma conexão com o trabalho. Em termos gerais, é possível dizer, pelo menos no que se refere às grandes manifestações que ocorreram nas capitais – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Ale-

gre, Salvador, Recife, Vitória e tantas outras –, que o polo social predominante era composto pelo estudante que trabalha ou pelo trabalhador que estuda. É aquele jovem estudante/trabalhador ou jovem trabalhador/estudante que trabalha no setor de serviços urbanos e que sai de madrugada

de casa, pega trem, porque mora na periferia, depois pega metrô, depois pega ônibus... Ele vai trabalhar durante o dia e, ao terminar seu trabalho, o salário permite que ele pague uma faculdade privada, entre tantas faculdades de massa que muito cobram e pouco oferecem.

Estes jovens dependem, digamos vitalmente, das condições de vida urbanas que estão tão degradadas. Nós sabemos que o transporte público foi privatizado, que a saúde pública está degradada e que resta a alternativa dos convênios para grande parte da população, porque o SUS, embora seja um projeto importante, enfrenta escassez de recursos comparativamente com o que deveria ter. Se o país desse atenção central à saúde, o SUS não estaria degradado, a previdência em geral não estaria degradada. Então essas manifestações de massa questionaram essa *comoditização*, que é uma expressão que começa a estar presente em diversas partes do mundo – vem de *commodities*, é a mercantilização da *res publica*¹. Estas manifestações, a partir de um dado momento, em que elas se tornaram manifestações de massa, passaram a ter um caráter policlassista, reunindo também estudantes universitários que não trabalham, estudantes secundaristas que não trabalham, e pais, mães, amigos dos estudantes.

Quando começou a brutal repressão da polícia, as manifestações deixaram de ser de três, quatro, cinco, dez mil, para ser de 100, 200, 300 mil manifestantes. A partir deste momento, houve um alargamento da base social das manifestações. Porém, e isso é vital, estas manifestações encontraram o seu principal polo social neste novo proletariado urbano, neste novo proletariado não industrial de serviços, que atua nos *fast foods*, no comércio, nos *call centers*, nesta ampla gama de atividades que foram mercadorizadas, privatizadas e que exigem a presença de um jovem tra-

balhador, onde a rotatividade é alta, onde os salários são baixos. Isso que grotescamente o governo e seus ideólogos chamaram de classe média, e que não é classe média, é o trabalhador que ganha mil, mil e poucos reais, que paga 200 reais, 300 reais para uma faculdade privada e que, mesmo quando tem algum desconto, algum benefício – como o ProUni², por exemplo –, paga caríssimo por um transporte coletivo.

Levante contra o sistema

Esta população manifestou seu desagravo, o seu descontentamento, a sua rebeldia, contra o sistema destrutivo que domina a vida nas cidades. É neste sentido um levante que transcende a classe trabalhadora, porque reúne contingentes das camadas médias, dos estudantes, das pequenas burguesias urbanas. Entretanto, embora ele transcenda a classe trabalhadora, ela foi predominante [nas manifestações]. Há várias pesquisas feitas que mostram que algo em torno de 70% do contingente que lá estava marcando presença era formado por trabalhadores destes setores que eu citei. Ou seja, eram jovens que trabalham. De tal modo que estas manifestações não passaram ao largo da classe trabalhadora. Outra coisa: a classe trabalhadora, digamos assim, mais tradicional, aquela que está na fábrica metalúrgica, na fábrica química, no ramo têxtil, nos bancos, naturalmente não podia sair do trabalho, parar, fazer uma greve para participar de uma manifestação de rua favorável ao passe livre.

Quem acompanha a vida social do país vê que, depois de junho, nós já tivemos greves muito importantes no Brasil, como a dos professores públicos – aliás, estes estavam muito presentes nas manifestações –, os quais vivem uma brutal degradação das

condições de ensino, uma brutal degradação das condições de trabalho e de salário, uma brutal degradação da escola pública, e que compreende um proletariado dos serviços públicos. Mas aqueles setores que estão nas fábricas, nas empresas, os quais talvez tenham aderido muito pouco às manifestações, só quando saíam do trabalho podiam participar de uma e de outra manifestação. De qualquer forma, desde junho estes estão fazendo greves, como a dos petroleiros, como a dos bancários, dos metalúrgicos. São várias as greves que têm ocorrido no país. Porque é muito difícil uma categoria de trabalhadores paralisar uma fábrica e fazer uma passeata pelo passe livre; mas é muito plausível, como tem ocorrido, que elas parem o trabalho das fábricas para lutar por melhores condições de trabalho, melhores salários, direitos do trabalho que estão sendo burlados, etc. Este é o primeiro elemento amplo do qual eu queria falar.

Descontentamento mundial

O segundo elemento é que estas rebeliões não ocorrem só no Brasil. Nós as estamos vendo desde o Egito, a Tunísia, o Iraque, a Síria e vários outros países do Oriente Médio. Elas explodiram também na Grécia, em Portugal, na Espanha, com os *indignados*³, chegou à Itália, Reino Unido, Alemanha, França, resultou no *Occupy Wall Street*⁴. Antes disso, dois ou três anos atrás, houve a rebelião inglesa dos bairros mais populares de Londres, como em Brixton⁵, a partir de quando

³ **Indignados**: um dos nomes dados às manifestações de 2011 na Espanha, também chamadas de Movimento 15 de Maio (por terem se iniciado no dia 15-05-2011). São uma série de protestos espontâneos de cidadãos, inicialmente organizados pelas redes sociais e pela plataforma civil e digital *¡Democracia Real Ya!* (“Democracia Real Já!”). (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Occupy Wall Street**: protesto iniciado em 15-10-2011, a partir da ocupação de *Wall Street*, nos Estados Unidos, dando origem ao movimento *Occupy*. A rua *Wall Street* está localizada na Ilha de Manhattan e é o coração histórico do distrito financeiro da cidade de Nova Iorque, cuja bolsa de valores é considerada a mais importante dos Estados Unidos e do mundo. Os manifestantes opunham-se à especulação financeira e à ganância econômica. (Nota da IHU On-Line)

⁵ **Brixton**: bairro londrino onde reside uma grande comunidade negra, formada principalmente por imigrantes de ex-co-

² **ProUni**: o Programa Universidade para Todos (ProUni) foi instituído em 2004 pelo governo federal, por meio da Medida Provisória (MP) nº 213, de 10-09-2004, posteriormente convertida na Lei nº 11.096, de 13-01-2005, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493, de 18-07-2005. O programa concede bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes de cursos de graduação ou de cursos sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (Nota da IHU On-Line)

¹ **Res publica**: expressão latina cujo significado literal seria “coisa do povo”, “coisa pública”. É a origem da palavra “república” e, em termos conceituais, da expressão inglesa “commonwealth”. A palavra *publica* deriva de uma forma mais antiga, *poplicus*, que significaria “relacionado a *populus*”, ou seja, ao povo. (Nota da IHU On-Line)

esta explosão se espalhou para várias cidades, como Birmingham e Manchester, e inclusive para outros países do Reino Unido. De tal modo que há um cenário mundial de insatisfação e descontentamento. Este cenário tem a prevalência das classes mais populares e, dentro destas classes populares, daqueles contingentes mais precarizados e dos desempregados das classes trabalhadoras.

No meu entendimento, não é possível pensar nestes movimentos sem relacioná-los com esta condição muito viva deste contingente da classe trabalhadora, que sabe que não é classe média, que sabe que lutou, que entrou na faculdade, que acreditou que os seus empregos iriam melhorar, acreditou que estudando teria mais qualificação, e que, ao terminar a faculdade privada, salvo raríssimas exceções, em termos de trabalho e salário, não obtenha nenhum salto no que concerne a um emprego mais qualificado. Este mito de que o país ia bem desmoronou. Eu publiquei um artigo no início das rebeliões no Brasil na *Folha de São Paulo*, chamado *Fim da letargia*⁶. Acabou aquele período em que se acreditava que o Brasil avançava para um país em desenvolvimento, que iríamos ser a sétima economia do mundo, ou a quinta economia do mundo. Este mito ruuiu, e com ele o projeto do PT, o projeto do PSDB e, junto com eles, o projeto de todos estes agrupamentos tradicionais.

O que não quer dizer que, nas próximas eleições, são estes jovens trabalhadores que vão decidir, porque há uma questão muito importante para se investigar nestes fenômenos, que é um fosso, um cânion, entre as manifestações das praças públicas, das ruas, das avenidas, e o processo político institucional, o processo par-

lônias inglesas no Caribe, além de artistas e estudantes. Em 1981 (assim como também em outras oportunidades ao longo das últimas décadas), explodiu em uma rebelião contra a discriminação da polícia, o desemprego, a falta de oportunidades e as elevadas taxas de criminalidade, durante a qual ocorreram confrontos violentos com a polícia, saques e o incêndio de carros e prédios. Os protestos ficaram conhecidos como *Brixton Riot*. (Nota do IHU On-Line)

6 ANTUNES, Ricardo. *Fim da letargia*. Folha de São Paulo. Opinião, publicado em 20-06-2013. Disponível em: <<http://bit.ly/1eSLnoq>>.

“As redes sociais não causam as rebeliões, elas permitem que as rebeliões explodam, aflorem”

lamentar e mesmo o processo político-eleitoral. Só para citar um exemplo recentíssimo: a eleição do primeiro turno do Chile⁷, que é outro país que nos últimos três anos tem vivenciado rebeliões muito importantes dos estudantes, rebeliões estas que atingiram e se ampliaram também para a classe trabalhadora no último ano e meio. Nesta eleição, como o voto tornou-se não obrigatório no Chile, mais de 50% da população, entre ela parte desta juventude, não foi votar. O absentismo no Chile é enorme, é grande na Espanha, é grande em Portugal e é maior ainda nos países em que o voto é obrigatório, nos quais este absentismo está presente nas justificativas de ausência de voto, no voto nulo, no voto em branco. Quando a votação é livre, e não obrigatória, as eleições se mostram marcadas sempre por altos níveis de absentismo. É mais ou menos neste cenário que eu penso que nós podemos ver a dimensão de luta de classes e as dimensões políticas destes movimentos.

IHU On-Line – De que forma a questão do trabalho impacta so-

7 Eleições no Chile: primeiro turno da eleição presidencial e eleição parlamentar, ambas realizadas no dia 17-11-2013. Foram as primeiras eleições presidenciais chilenas com voto voluntário, que entrou em vigor em dezembro de 2012. Participaram do pleito nove candidatos, entre eles Michelle Bachelet, do Partido Socialista (obteve cerca de 40% dos votos); Evelyn Matthei, apoiada pelo atual presidente, Sebastián Piñera, de direita (obteve aproximadamente 25% dos votos); Marco Enríquez, de esquerda (cerca de 10%) e Franco Parisi, de direita (cerca de 10%). O segundo turno das eleições presidenciais está marcado para 15-12-2013. (Nota da IHU On-Line)

bre os jovens presentes nestas manifestações?

Ricardo Antunes – Este jovem acreditou no mito de que teria trabalho: qualificando-se ao terminar a faculdade, ele teria melhores salários e teria melhores condições de vida. Entretanto, embora ele possa conseguir emprego, a rotatividade é alta — o emprego no *call center*, por exemplo, é terrível; o emprego no comércio é terrível, a rotatividade é igualmente alta. Além disso, assim como há o aumento do emprego formal, há também o aumento da informalidade, da terceirização, que frequentemente é mais informal do que formal. Eles acreditaram no mito de que estudando o trabalho estaria garantido, de que fazendo uma faculdade o trabalho seria quase uma consequência natural. Entretanto, agora, estes jovens percebem que o trabalho é precário, e que ainda assim é preciso suar a camisa para consegui-lo.

Este jovem depende do trabalho, ele não pode sonhar em viver sem um trabalho. O *mito da carochinha* de uma sociedade sem trabalho é grotesco. As populações pobres, que no Brasil se conta na casa das dezenas de milhões, os jovens pobres, dependem do trabalho como a única forma de se inserir socialmente e de preservar a sua sobrevivência. Nenhum jovem está satisfeito em viver das migalhas do Bolsa Família⁸, que é um programa puramente assistencial, sem nenhum significado estrutural profundo. De tal modo que o sonho de conquistar um trabalho melhor está sendo cotidianamente vilipendiado e fraudado. É preciso lembrar ainda que este jovem trabalhador que estuda ou este jovem

8 Bolsa Família: programa do governo federal de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a 70 reais mensais e que está baseado na garantia de renda, na inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda, que promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades para receber o benefício, as quais reforçam o acesso à educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares, que objetivam o desenvolvimento das famílias e a superação da situação de vulnerabilidade. (Nota da IHU On-Line)

estudante que precisa trabalhar para estudar, para pagar sua faculdade, precisa de duas horas e meia, três horas por dia para ir trabalhar e de outro tanto para voltar, utilizando ônibus lotados, transportes que tratam o trabalhador como gado. No caso das trabalhadoras, tem ainda uma questão de gênero vital, porque frequentemente estas jovens, estas mulheres trabalhadoras entram em trens, metrô, ônibus, e são apertadas, assediadas. Então a vida no trabalho é um sofrimento cotidiano. E isso faz com que o mito de ter um bom trabalho sofra uma corrosão.

IHU On-Line – Avaliações semelhantes podem ser produzidas sobre as manifestações de outubro (que denunciam a violência racista e classista presente nas regiões urbanas)?

Ricardo Antunes – Claro, só que veja bem: não é possível manter um conjunto de manifestações de massa ao longo de vários meses. Assim como ocorreu na Espanha, as manifestações brasileiras têm um caráter de explosão, expansão e refluxo. Mas elas são também manifestações polissêmicas, então passam a ser mais profundas em bairros da periferia que passam por dificuldades na saúde pública, por exemplo, ou resultam na ocupação de estradas por uma população que tem que pagar pedágio para andar quatro ou cinco quilômetros pela rodovia para se deslocar de um bairro a outro, e que paga caríssimo para fazer isso.

Houve manifestações de vários tipos. O Rio de Janeiro tornou-se a cidade mais politizada. Houve uma combinação explosiva de um governo estadual altamente corrupto — as manifestações da imprensa são suficientes para demonstrar isso — e um governo municipal altamente comprometido com determinados projetos nefastos. Bastaria dizer que se gastou muito dinheiro — e imagina-se quem sejam os proprietários dos terrenos com vínculos com o governo — para receber o Papa [Francisco], depois choveu e mudou tudo. É um desmando completo. Em uma cidade em que a favelização é objeto de uma disputa entre o narcotráfico de um lado e a milícia de outro, a cada dia um pobre desaparece. A pretexto

de se combater a criminalidade, um Amarildo⁹ desaparece a cada dia.

Esta luta fez emergir o fenômeno dos Black Blocs. As manifestações tornaram-se mais violentas porque há a violência policial e há a violência da sociedade. Alguns destes grupos entendem que não há mais alternativas para responder a esta sociedade violenta. Eu imagino, porque não há ainda muitos estudos sobre isso, que a maior parte dos jovens que estão nos Black Blocs não são filhos da classe média alta, mas são jovens da periferia, que vivem a violência cotidiana na sua porta, no seu bairro, na sua rua, através da polícia que reprime. Isso criou este quadro. E, se não é mais possível ter manifestações todo dia de 200 mil, 300 mil pessoas, é possível ter manifestações de 10 mil, 5 mil, 2 mil, 500 pessoas em várias regiões e várias áreas, construindo-se formas distintas de manifestação do descontentamento social.

IHU On-Line – Estes protestos foram convocados e organizados a partir principalmente das redes sociais. As plataformas digitais são hoje o principal espaço de “convivência” social e laboral?

Ricardo Antunes – Laboral certamente não, embora o *espaço intermídico midiático* e as redes [sociais] tenham se tornado referência para as manifestações no mundo inteiro, do Oriente Médio à Europa, dos Estados Unidos ao Brasil, Chile e Argentina. É muito importante lembrar que, durante as primeiras manifestações, as quais reuniam mil, 2 mil, 3 mil trabalhadores em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Vitória, Belém, Salvador, a imprensa se referia aos participantes como “vândalos e baderneiros”. Não havia violência nenhuma, mas [os manifestantes] eram baderneiros porque paravam a Avenida Paulista ou a Marginal Tietê [em São Paulo], e isso trazia baderna, segundo a voz uníssona da imprensa. Ou porque paravam a Avenida Brasil [no Rio de Janeiro],

⁹ **Amarildo**: ajudante de pedreiro negro, morador da favela da Rocinha, localizada no Rio de Janeiro/RJ, pai de seis filhos. Foi preso em casa em 14-07-2013 por policiais militares, torturado, assassinado e teve seu corpo desaparecido. (Nota da IHU On-Line)

e assim sucessivamente. A imprensa tratou isso duramente.

De qualquer forma, há uma ambiguidade espetacular nas redes sociais. Ao mesmo tempo que as redes sociais permitem que um império destrutivo como o norte-americano, este verdadeiro estado terrorista, controle a vida de milhões de pessoas — eles sabem a vida, os hábitos de consumo, para quem se telefona, com quem se fala; estes e-mails hoje são todos censurados —, é também pela internet que os jovens, especialmente os jovens dessociabilizados da vida urbana — aqueles que enfrentam a lei da selva; porque você briga para entrar no ônibus, você briga para entrar no carro e, para fazer um trajeto de cinco quilômetros que levaria cinco minutos, você leva uma hora e meia —, se organizam, que permite a, digamos assim, volatilidade das manifestações, pois é muito rápida a sua organização pelas redes sociais.

No meu modo de ver, e enfatizo isso com muito destaque, as redes sociais não causam as rebeliões, as redes sociais permitem que as rebeliões explodam, aflorem. Uma manifestação de rua pode ser convocada em poucas horas e por milhares de pessoas. Este é um elemento novo. As redes sociais, portanto, não são o espaço do lazer. Claro que nós sabemos, por outro lado, que há muitos trabalhos que são conectados pela internet, os quais você faz da sua casa — você pode trabalhar de casa, no seu escritório, no seu quarto, onde for. Mas o espaço que a internet por excelência tem pervertido é o espaço da mobilização rápida, ágil, em um tempo quase virtual, como é o *mundo intermídico*.

IHU On-Line – Que ser social (sujeito) está presente nestas manifestações?

Ricardo Antunes – Este ser social é um jovem que não tem experiência de luta política nas grandes massas, não tem experiência de ação política. Apesar de serem muito espontâneos, os movimentos só ocorreram, só atingiram 50, 60, 100, 200 mil pessoas, porque houve manifestações organizadas do Movimento Passe Livre, que já existe há vários anos, desde 2007, 2008, em várias capitais, entre as quais cito Porto Alegre, Florianópolis

lis, São Paulo, Vitória, Salvador, Belo Horizonte, entre tantas outras, para tentar não excluir nenhuma. Nas manifestações do comecinho de junho, estavam presentes os setores jovens, a juventude de esquerda, PSOL, PSTU, PCB, o Movimento Passe Livre, que é uma organização mais horizontalizada, mas que inclui os autonomistas, os anarquistas, militantes socialistas, marxistas, os partidos de esquerda, grupamentos menores, movimentos sociais como o dos sem teto.

Quando as manifestações começaram, não foi a direita que chamou estas manifestações. A direita tentou, inclusive setores de direita fascistas tentaram, pegar carona no movimento num momento em que a imprensa começou a ver que a mobilização era irreversível e tentou conduzi-lo para um movimento não político contra os partidos, apenas contra a corrupção, e assim tentar desgastar algumas bandeiras e enfatizar outras. Lembro que houve manifestações, e participei de algumas aqui em Campinas, onde resido, em que havia estudantes de 12, 13, 14 anos participando, para muitos dos quais era, inclusive, o primeiro aprendizado de que é preciso sair da toca, de que ninguém faz manifestação só de casa pela internet, que a internet é muito importante como uma mídia social de massa, mas que a manifestação implica ir para a rua, para a praça pública, e que só pela praça pública, pela manifestação de grandes contingentes, é que isso muda.

E o resultado é que as passagens baixaram de preço, que os pedágios baixaram, que o Congresso [Nacional] tratou de correr com algumas coisas. Nós todos lembramos aquele dia em que a massa tomou a cúpula do Congresso¹⁰. Por pouco ela não invadiu o Congresso, o Palácio do Planalto.

¹⁰ **Ocupação da cúpula do Congresso Nacional:** um protesto reuniu pelo menos 10 mil pessoas em frente ao Congresso Nacional, em Brasília/DF, na noite de dia 17-06-2013. Após tentar ingressar no prédio do legislativo pela entrada principal, os manifestantes se dirigiram à rampa que dá acesso à cúpula do Congresso. Ambas foram tomadas por milhares de pessoas, a maior parte estudantes. Policiais que impediram o acesso à parte interna do prédio com gás lacrimogêneo e spray de pimenta ouviram dos manifestantes palavras de ordem como: “ei, soldado, vem pro nosso lado”. (Nota da IHU On-Line)

“A internet é muito importante como uma mídia social de massa, mas a manifestação implica em ir para a rua, em ir para a praça pública”

Quer dizer, o país esteve em suspensão durante três, quatro, cinco, seis dias, quando ninguém sabia o que iria acontecer. Em um primeiro momento, havia partidos, grupamentos, juventude, militantes neste movimento. Entretanto, de repente ele expandiu para um amplo leque da juventude. Em muitas das manifestações, os institutos de pesquisa divulgaram um dado de que aquela era a primeira manifestação que essa “estudentada” ia, primeira vez, a uma passeata. Isso mudou a qualidade destes participantes e hoje eles sabem que têm força se forem coletivamente para as ruas.

IHU On-Line – No que este sujeito se difere do jovem da década de 1990, que organizou as manifestações dos caras-pintadas¹¹?

Ricardo Antunes – Em muito. Eu tenho dito o seguinte: na nova morfologia do trabalho, o trabalhador das cidades, o proletariado de serviços, o trabalhador dos hotéis, dos *shoppings*, o trabalhador do supermercado, aquele que trabalha nos *fast foods*, aquele que trabalha nas empresas de

¹¹ **Caras-pintadas:** nome dado ao movimento liderado pela União Nacional dos Estudantes (Une) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) no decorrer de 1992, o qual tinha como objetivo central o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, acusado de corrupção e autor de uma série de medidas econômicas impopulares. O nome do movimento fazia referência às cores verde e amarelo pintadas no rosto dos manifestantes. (Nota da IHU On-Line)

telefonias (*call centers*), estes novos trabalhadores não têm ainda uma representação sindical nem política sólida. Os trabalhadores e as trabalhadoras de *call centers*, por exemplo, são hoje aproximadamente 1 milhão e 600 mil pessoas no Brasil, das quais entre 70% e 80% são mulheres. E são poucos os sindicatos que as representam. Isso é um indicativo de que são sujeitos diferentes. A juventude de hoje acreditou que, estudando como seus pais, teria melhores empregos. Isso demonstrou não ser verdadeiro. Na Espanha, na população entre 17 e 23 anos, hoje o nível de desemprego passa de 60%. Então o jovem olha para o lado, vê o pai com 45 anos, engenheiro, desempregado, olha para o outro lado, vê a mãe, economista, quarenta e poucos anos, desempregada. Ele vai falar: “para que eu vou estudar?”. Por isso é uma geração que *ni estudia, ni trabaja* — não estuda e não tem trabalho.

Em uma síntese: as manifestações são as rebeliões deste novo contingente jovem. Estas manifestações têm um corte *geracional*, é uma geração jovem; têm também corte *generacional*, são estudantes, meninos e meninas, jovens trabalhadores homens, jovens trabalhadoras mulheres; e têm cortes étnicos — se você analisa outras partes do mundo, percebe que são os imigrantes que estão se rebelando. É um contingente novo que se diferencia, no caso brasileiro, daquele estudante que foi para a rua pelo *impeachment* de Collor [de Melo], que era o estudante universitário, majoritariamente ligado à universidade pública. O estudante de hoje passa da casa dos 7 milhões que estão frequentando o ensino superior, a grande maioria em faculdades privadas, ultraprecárias e cada vez mais transnacionalizadas, que cobram caro e que venderam a ilusão do sucesso que nunca chega. Então estes são os novos descontentes do mundo, os quais perceberam que o capitalismo é profundamente destrutivo, ainda que tenham percebido isso intuitivamente. O transporte não funciona, a saúde não funciona, e assim por diante, entre tantos problemas que apareciam nas manifestações, manifestações estas que é preciso estudar e é preciso compreender.

IHU On-Line – Você citou que temos de aprender com as manifes-

tações. Elas serão capazes de propor alternativas ao modelo de democracia representativa?

Ricardo Antunes – Podemos falar muito sobre o que aconteceu, sobre como foram as manifestações, mas podemos falar pouco sobre que consequências teremos. A primeira coisa que posso dizer com tranquilidade, e isso é mais ou menos evidente, é que as manifestações mostraram que existia um fosso, sobre o qual eu falei na primeira pergunta, e que este era um fosso enorme. Se nós fizermos uma pesquisa hoje: “qual é a instituição no Brasil cuja crise de credibilidade é a maior de todas?”, não paira nenhuma dúvida de que a resposta principal será “o parlamento”. A população sabe que o parlamento brasileiro hoje é fundamentalmente um centro de negócios, *lobbies*, transações, interesses dominantes, sejam estes interesses dos bancos, do agronegócio, dos grandes industriais, enquanto os interesses da população passam longe. Basta dizer que atualmente está em debate no parlamento a terceirização cabal da sociedade brasileira, sobre a qual escrevi recentemente um artigo na *Folha de São Paulo*¹². Se este projeto do [deputado Sandro] Mabel (PMDB-GO) passar, teremos uma nova falésia social no Brasil. Quer dizer, vamos ter um processo ainda maior de corrosão social, de fratura social, porque um país onde a terceirização da atividade fim é implantada, como se já não bastasse a tragédia da terceirização das atividades meios, é um país que trata a classe trabalhadora como um contingente sem direitos.

Outra coisa que é possível perceber nas manifestações: elas não querem consertar essa democracia. Estão mostrando que esta democracia que é chamada de democracia é muito curiosa, porque, na origem etimológica da palavra, democracia é *poder do povo*, e o parlamento não está nas mãos do povo, o Poder Executivo, o Poder Judiciário não estão nas mãos do povo, de tal modo que estas manifestações intuitivas, embrionariamente, espontaneamente, estão dizendo que querem mais democracia direta, mais assem-

bleias populares, maior representação direta. Você imagina o papel importante que teria se os representantes eleitos tivessem seus mandatos revogados toda vez que deixassem de representar condignamente, segundo as bandeiras para as quais foram eleitos, os seus representados. Então estamos vendo o nascimento, digamos assim, de embriões e germes de uma democracia direta, que é o oposto desta democracia formal, a qual, se permite liberdade de manifestações, ainda que restritas, é ao mesmo tempo profundamente antidemocrática no que diz respeito a uma autêntica participação popular, que só ocorre efetivamente quando é inspirada em uma democracia mais direta.

IHU On-Line – A reivindicação de políticas públicas efetivas de transporte, saúde e educação pode tornar-se bandeira de luta unificada de estudantes e trabalhadores de vários setores no Brasil de hoje?

Ricardo Antunes – Pode. E já se tornou, porque, em São Paulo, as manifestações iniciaram nos primeiros dias de junho com muitos estudantes da USP [Universidade de São Paulo], e, de repente, mas já agregava os estudantes da periferia e o mundo do trabalho. De repente, já era o trabalhador da periferia que via a manifestação pelo passe livre e que pensava: “se é para pedir o passe livre, eu também entro nessa”. Assim, as manifestações demonstraram que, na massa, algumas bandeiras podem se tornar vitais. O grande filósofo húngaro marxista Georg Lukács¹³, de quem foi publicado agora recentemente no Brasil o volume 2 de sua monumental *Para uma ontologia do ser social* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2013), e eu tive o prazer de fazer a nota de orelha do livro, diz em um dado momento da obra que a vida cotidiana é uma infundável manifestação de *se e mas*: “será que eu faço isso?, será que eu faço aquilo?, o que eu vou fazer hoje?, o que eu vou fazer amanhã?”. São os

se e mas que nós nos perguntamos no nosso dia a dia, mas que não alteram as nossas vidas. “Será que eu vou comer hoje na minha casa ou vou comer fora?”, isso não altera a minha vida, mas nós nos perguntamos.

Diz Lukács, entretanto, que, quando algumas questões cruciais se condensam, unificam a vida cotidiana, e as populações trabalhadoras percebem que são questões vitais, elas se fundem. Bastaria lembrar dois eventos em dois contextos muito diferentes: a Revolução Francesa de 1789¹⁴, que tinha como lema *liberdade, igualdade, fraternidade* — na qual burgueses e *sans-cullotes*, como eram chamadas as classes populares na França, lutaram juntos pela igualdade, pela fraternidade e contra o absolutismo dos reis e o controle excludente e manipulador da igreja — e a Revolução Russa de 1917¹⁵, de outubro, cujo lema era *pão, paz e terra* — *pão* porque a população tinha fome, *paz* porque ela não aguentava mais lutar a I Guerra Mundial, que não era uma guerra dos trabalhadores russos, mas sim do governo russo, e *terra* porque, se você

¹⁴ **Revolução Francesa:** nome dado ao conjunto de acontecimentos que, entre 5 de maio de 1789 e 9 de novembro de 1799, alteraram o quadro político e social da França. Começa com a convocação dos Estados Gerais e a Queda da Bastilha e se encerra com o golpe de estado do 18 Brumário, de Napoleão Bonaparte. Em causa estavam o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero e da nobreza. Foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da independência estadunidense (1776). Está entre as maiores revoluções da história da humanidade. A Revolução Francesa é considerada como o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea. Aboliu o servidão e os direitos feudais e proclamou os princípios universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (*Liberté, Egalité, Fraternité*), lema de autoria de Jean-Jacques Rousseau. (Nota da IHU On-Line)

¹⁵ **Revolução Russa:** série de eventos políticos na Rússia que, após a eliminação da autocracia russa, e depois do Governo Provisório (Duma), resultou no estabelecimento do poder soviético sob o controle do partido bolchevique. O resultado desse processo foi a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que durou até 1991. A revolução compreendeu duas fases distintas: a Revolução de Fevereiro de 1917, que derrubou a autocracia do Czar Nicolau II, o último czar a governar, e procurou estabelecer em seu lugar uma república de cunho liberal, e a Revolução de Outubro, na qual o Partido Bolchevique, liderado por Vladimir Lênin, derrubou o governo provisório e impôs o governo socialista soviético. (Nota da IHU On-Line)

¹³ **Georg Lukács** (György Lukács, 1885-1971): filósofo húngaro, de grande importância no cenário intelectual do século XX. Em sua trajetória procurou refazer o percurso da filosofia clássica alemã, inicialmente como crítico influenciado por Kant, depois Hegel e, finalmente, aderindo ao marxismo. (Nota da IHU On-Line)

¹² ANTUNES, Ricardo. **Espectros, falácias e falésias.** Folha de São Paulo. Opinião, publicado em 09-11-2013. Disponível em: < <http://bit.ly/1bjFyYI> >.

tem o controle sobre ela, você produz, sobrevive, gera alimentos. Estas palavras de ordem puseram o povo russo em movimento. Fiz esta digressão para dizer que sim, que estas manifestações de massa tendem a aproximar estudantes e trabalhadores se elas forem capazes de condensar em algumas questões da vida cotidiana a aproximação destes amplos contingentes de massas assalariadas jovens que formam o contingente maior, o polo de propulsão destas manifestações.

IHU On-Line – A institucionalização dos movimentos sociais seria algo desejável?

Ricardo Antunes – Seria uma tragédia. Quando o movimento social se institucionaliza, ele perde a força que tem. Os eventos da CUT [Central Única dos Trabalhadores] e do PT são excepcionais neste aspecto. O PT nasceu como um partido de massa, um partido arraigado na classe trabalhadora, dos trabalhadores da indústria, da classe trabalhadora do campo, dos assalariados médios, do funcionalismo público, e o seu processo de institucionalização – a primeira eleição, a segunda eleição, a eleição seguinte, e assim sucessivamente – o converteu em um partido da ordem. E Marx¹⁶ dizia que um partido da ordem é um partido que representa essencialmente os interesses das classes dominantes.

O segredo dos movimentos sociais é não perder a vitalidade das bases que eles representam, o que supõe direções colegiadas, manifestações em assembleias, democracia direta. O representante pode ser des-

tituído se deixar de representar as bases do movimento. E tudo isso a sua institucionalização elimina. Um sindicato, quando vira um sindicato institucional, perde a sua vitalidade. Não estou com isso dizendo que estes movimentos sociais não devam participar de lutas institucionais, devem sim participar. Mas as lutas institucionais só podem ter algum sentido quando a prevalência delas está nas lutas sociais e quando assumem uma atuação política distinta e radical, no sentido de ir às raízes. Quando o movimento social abandona a sua base social e vai para a institucionalidade, é um primeiro passo do qual praticamente não haverá mais retorno. Só tem vigência duradora o movimento social que não perde a sua base, a sua autenticidade, a sua democracia da vida cotidiana, a sua representação direta e o exercício da democracia direta. Tudo isso é ceifado e tolhido pelos movimentos em processo de institucionalização.

Por isso considero que é mais do que visível, que só não vê quem não quer, que estas manifestações de rua não querem a institucionalização. Elas querem o direito das massas, das praças públicas, das assembleias, dos modos de direção e representação mais horizontais, dizerem o que querem e porque lutam. Este é pra mim o principal resultado de todas estas manifestações. É claro que abre-se aí um desafio, e este é mais difícil: como esta miríade de movimentos sociais, esta miríade de movimentos de rebeliões, revoltas, manifestações da periferia, no campo, na cidade, no mundo rural, nas grandes cidades, nas pequenas e médias cidades, como elas vão conseguir ter laços de aproximação, de identidade e de organicidade capazes de enfrentar de modo mais poderoso os poderosos interesses do capital. Este é o cenário. É difícil, mas nós podemos dizer o seguinte: é muito mais fácil você pensar como se pode enfrentar os poderosos interesses do capital com alta mobilização nas ruas do que você pensar em como enfrentar os interesses poderosos do capital sem nenhuma manifestação de massa. Portanto, nós podemos dizer que, desde junho, este país não é mais o mesmo, ainda que nós não possamos dizer nada além disso e muito menos prever como serão os próximos passos.

Leia mais...

- *Manifestações expõem fragilidades e limites do projeto constitucional-republicano de democracia.* Dossiê publicado na edição 428 da **IHU On-Line**, de 30-09-2013, disponível em <http://bit.ly/195ISQI>;
- *Não é a classe trabalhadora que irá pagar por uma crise cuja responsabilidade não é sua.* Entrevista com Ricardo Antunes publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em 11-03-2009, disponível em <http://bit.ly/19lqDBC>
- *Um 1º de maio getulista em plena era lulista.* Entrevista com Ricardo Antunes publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em 27-04-2008, disponível em <http://bit.ly/18HVgqt>;
- *Sindicalismo nunca dependeu tanto do Estado.* Entrevista com Ricardo Antunes publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em 02-05-2008, disponível em <http://bit.ly/1bqAiXt>;
- *Um crítico da economia política.* Entrevista com Ricardo Antunes publicada na edição 400 da **IHU On-Line**, em 27-08-2012, disponível em <http://bit.ly/RAn270812>;
- *Fenomenologia do lulismo.* Artigo de Ricardo Antunes publicado nas **Notícias do Dia**, de 03-01-2007, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1hHNcZA>;
- *O migrante e os usineiros.* Artigo de Ricardo Antunes publicado nas **Notícias do Dia**, de 12-04-2007, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1LEkCR>;
- *O reencontro tardio de Lula com Getúlio.* Artigo de Ricardo Antunes publicado nas **Notícias do Dia**, de 03-08-2007, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1ILDxS0>;
- *Entre Lula e Alckmin, não sei qual a opção menos nefasta.* Entrevista com Ricardo Antunes publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em 10-10-2006, disponível em <http://bit.ly/18vKUYI>;

¹⁶ **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos **Cadernos IHU Ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/rhygyP>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da **IHU On-Line**, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/JwXRSa>. (Nota da **IHU On-Line**)

Potencialidades e limites dos levantes da juventude no século XXI

Para o professor Jorge Barcellos, é preciso ter cuidado com os excessos sob o risco de nos tornarmos uma sociedade fascista

POR RICARDO MACHADO

“Os movimentos das ruas são importantes, sua consciência é notável, mas a adoção de formas de violência, seja qual for o motivo, introduz os seus atores no campo da guerra. Esse é o meu limite para as manifestações das ruas: elas só têm legitimidade se são pacíficas, se não cedem à violência de Estado”, afirma Jorge Barcellos, professor e coordenador do Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Ele tem uma postura muito crítica em relação àquilo que considera excessos das manifestações de ruas que ocorreram em todo o Brasil, mas se debruça, particularmente, sobre os eventos ocorridos na capital gaúcha.

Jorge Barcellos considera que a violência das ruas gera uma sociedade fascista. Para ele, a falta de diálogo entre Estado e manifestantes gera um círculo vicioso no qual os argumentos de ambos os lados levam sempre a uma discussão em que todos são vítimas e algozes. Por outro lado, argumenta que a questão emergente diz respeito à relação entre os manifestantes e a imprensa. “Minha questão não é a relação entre os manifestantes e o Estado, mas entre os manifestantes e a imprensa. Essa falta de diálogo é que me preocupa. (...) O problema é justamente esse, substituir uma verdade – a da imprensa – por

outra – a do movimento, considerada ‘a’ verdade”, ressalta. Apesar de todas as críticas, Jorge Barcellos reconhece a importância do movimento: “Para mim, a juventude está protagonizando um dos maiores movimentos da década, mas tem os seus erros. O Estado tem diante de si a oportunidade única de ‘ouvir os anseios do povo’, mas precisa parar para ouvir”, pondera.

Jorge Alberto Soares Barcellos é licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre e doutor em Educação pela mesma universidade. Possui experiência de magistério nos ensinos médio e superior, além de publicações nas áreas de história, educação e política educacional. Atualmente é Coordenador do Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre, onde é responsável pelo projeto Educação para Cidadania. É membro do Conselho da Escola do Legislativo Julieta Battistioli, da Câmara Municipal, e professor convidado do Studio Clio e do Sistema de Ensino Galileu (SEG). Recebeu a Menção Honrosa do Prêmio José Reis de Divulgação Científica e o Troféu Expressão da FINEP, ambos em 2006, pelas atividades do Projeto Educação para Cidadania da Câmara Municipal de Porto Alegre, sob sua coordenação.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Existem limites às manifestações? Até onde vai a legitimidade do manifesto?

Jorge Barcellos - Primeiro, minha interpretação é apenas como observador. Não tenho participado dos manifestos nem de qualquer grupo organizado. O que talvez seja uma vantagem, pois minha posição aproxima-se daquilo que os antropó-

logos chamam de “estranhamento”, isto é, frente ao envolvimento intenso dos atores, revelado pela intensidade das manifestações, talvez um olhar de fora ajude a compreender as características dos movimentos. Acredito que, para compreender os limites das manifestações, devemos procurar entendê-las a partir de um referencial adequado. A teoria sociológica clássica, evidentemente, não é suficiente para dar conta da energia social posta em ação. Eu diria que para um movimento pós-moderno é preciso uma teoria pós-moderna. Por isso eu prefiro tentar entender o movimento das ruas — movimento de junho, as manifestações, ou como quer que o denominemos genericamente — a partir de outras categorias e contri-

gica, evidentemente, não é suficiente para dar conta da energia social posta em ação. Eu diria que para um movimento pós-moderno é preciso uma teoria pós-moderna. Por isso eu prefiro tentar entender o movimento das ruas — movimento de junho, as manifestações, ou como quer que o denominemos genericamente — a partir de outras categorias e contri-

buições de autores não muito comuns na sociologia.

Por exemplo, se tomamos o pensamento de Paul Virilio¹, arquiteto e instigante filósofo francês, autor de *El procedimiento silencio* (Buenos Aires: Paidós, 2001), que fez reflexões sobre a função da guerra e a militarização da vida cotidiana, não é paradoxal que, no dia seguinte aos primeiros quebra-quebras protagonizados pelos Black Blocs², moradores e pequenos comerciantes tenham adotado a transformação de seus espaços em bunkers³, os mesmos descritos por Virilio em seus trabalhos? Não é notável esta transformação do espaço urbano? As paliçadas ainda estão lá, na Borges de Medeiros, uma das principais avenidas do Centro de Porto Alegre, e, é claro, principalmente no prédio onde mora o Prefeito? Por quê? Porque para Virilio a guerra se faz por si própria e pela percepção, e toda a

1 Paul Virilio (1932): urbanista e filósofo francês. Estuda e critica efeitos perniciosos da velocidade nas relações sociais contemporâneas, desde os seus reflexos no processo cognitivo até suas implicações na política. É autor, entre outros, de *Guerra pura* (São Paulo: Brasiliense, 1984); *O espaço crítico* (Rio de Janeiro: Editora 34, 1993); *A máquina de visão* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1994); *Velocidade e política* (São Paulo: Estação Liberdade, 1996); *A bomba informática* (São Paulo: Estação Liberdade, 1999) e *Ville Panique* (Paris: Galilée, 2004). Reproduzimos duas entrevistas com Virilio sobre o seu livro *Ville Panique*, uma na 108ª edição da *IHU On-Line*, de 05-07-2004, disponível em <http://bit.ly/chQJQR>, outra na 136ª edição, de 11-04-2005, disponível em <http://bit.ly/auzfwv>. Dele, também publicamos outra entrevista na 95ª edição da *IHU On-Line*, de 05-04-2004, disponível em <http://bit.ly/cpkXIN>. (Nota da *IHU On-Line*)

2 **Black Bloc**: expressão do inglês *black*, negro, e *bloc*, agrupamento de pessoas para uma ação conjunta ou propósito comum. É também o nome dado a uma tática de ação direta, de perfil anarquista, caracterizada pela ação de grupos de afinidade mascarados e vestidos de preto, que se reúnem para protestar em manifestações de rua, utilizando-se da propaganda pela ação para desafiar, em linhas gerais, o Estado e as elites financeiras. Do que se pode apurar, esses grupos são estruturas efêmeras, informais, não hierárquicas e descentralizadas. (Nota da *IHU On-Line*).

3 **Bunker**: trata-se de uma fortificação feita para manter os ocupantes a salvo de explosões ou outros tipos de ataque. Foi muito utilizada na Segunda Guerra Mundial. Há registros de bunkers extensos que permitiam, inclusive, fugas de uma região para outra. (Nota da *IHU On-Line*)

“Policial armado com balas de borracha que fere manifestante tem de ter punição exemplar (...). Mas não é admissível ver policiais que socorrem vítimas serem agredidos”

batalha implica em um campo e em métodos de percepção que permitam tanto o ataque quanto a defesa. Minha interpretação é, nesse sentido, bastante conservadora: os movimentos das ruas são importantes, sua consciência é notável, mas a adoção de formas de violência, seja qual for o motivo, introduz os seus atores no campo da guerra. Esse é o meu limite para as manifestações das ruas: elas só têm legitimidade se são pacíficas, se não cedem à violência de Estado. Se o fazem, elas introduzem a lógica da guerra no interior das cidades. Por isso, muito cedo, dentro da lógica de ultrapassar os limites, os grupos violentos fizeram uso da mesma retórica libertária: não é quebra-quebra, é estética.

Estética e guerra

Ora, não me parece consolidada hoje sequer a ideia de uma arte contemporânea ou *Body Art*, veja-se o debate em torno da exposição *Sensation*⁴, a qual tentou também romper a barreira dos limites, com seu tom mórbido, com sangue humano e cadáveres de animais. A primeira questão colocada foi: isto é arte? Do mesmo modo, apelando à violência ou cedendo de alguma forma a ela, a questão

4 **Exposição Sensation**: trata-se de uma exposição da coleção de arte contemporânea de propriedade de Charles Saatchi, incluindo muitas obras de jovens artistas britânicos. (Nota da *IHU On-Line*)

que se coloca é: isto é contestação? E, de igual maneira, o que estava em jogo na arte: chamar a atenção de forma disruptiva para transformá-la mais uma vez em ativo financeiro, e não é por outra razão que obras de arte passaram a ser um dos investimentos do sistema bancário. Assim, as contestações que ultrapassam o limite da sociabilidade e caem na violência, transformam o movimento social em outra coisa. E, da mesma forma que Jacques Rancière⁵ — outro autor que se coloca ao lado destas perspectivas ditas pós-modernas — sentenciou que a arte modernista só foi modernista porque anunciou uma abertura do tempo e a imagem de uma nova sociedade possível, que tipo de sociedade a violência das ruas — aqui, nossa ultrapassagem de limites — encarna? Minha resposta é: uma sociedade fascista.

IHU On-Line – Considerando os diversos programas sociais e de desenvolvimento do Estado — Bolsa Família, Prouni, PAC, etc. —, o Brasil apresenta, em relação a outros períodos, um cenário favorável do ponto de vista econômico e social. Por que surgem manifestações neste ambiente?

Jorge Barcellos - Uma obra recente que trata dos avanços sociais nos governos Lula e Dilma foi organizada por Emir Sader⁶ e chama-se *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil* (São Paulo: Boitempo Editorial,

5 Jacques Rancière (1940): filósofo francês, professor da European Graduate School de Saas-Fee e professor emérito da Universidade de Paris. (Nota da *IHU On-Line*)

6 Emir Simão Sader (1943): sociólogo e cientista político brasileiro. De origem libanesa, é graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em Filosofia Política e doutor em Ciência Política por essa mesma instituição. Trabalhou na USP como professor, inicialmente de Filosofia e posteriormente de Ciência Política. Trabalhou também como pesquisador do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile e foi professor de Política na Unicamp. Atualmente, é professor aposentado da Universidade de São Paulo, dirige o Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde é professor de Sociologia. Concedeu a entrevista *Movimentos sociais devem estabelecer alianças com o governo* para a *Revista IHU On-Line*, na Edição 266, de 28-07-2008, disponível em <http://bit.ly/1blmXj6>. (Nota da *IHU On-Line*)

2013). Nela está descrito o significativo avanço no campo social com a inclusão de 16 milhões de famílias no mercado de consumo moderno. É claro que tal inclusão perde valor se não estiver associada a espaços de criação de renda. Por esta razão a agenda macroeconômica da reindustrialização é ainda central, e o crescimento positivo, ainda que decrescente (2003 a 2006: 3,5; 2007-2010: 4,6; 2010-2012 despencando de 2,7 para 1,0), e a intervenção do governo na taxa de juros revelaram uma economia conduzida adequadamente — dentro de um contexto saído da crise de 2008. Quer dizer, não estávamos tão mal na economia, houve o efeito de minimizar no social eventuais perdas. Isto é, poderia ter sido pior. Não foi por intervenção do governo. No que se refere às classes mais baixas, já que indicadores apontam para uma redução da taxa da pobreza de 26,7% em 2006 para 12,8% em 2008. A classe média, para falarmos nos grupos mais próximos do movimento das ruas, elevou-se de 38% para 52% da população.

Dois grupos

Uma razão que eu encontro para a emergência das manifestações é o fato de que beneficiários das políticas sociais e manifestantes não integram o mesmo grupo. O que é uma obviedade, já que podemos localizar nos rincões os beneficiários das políticas públicas — além, é claro, no círculo das periferias urbanas, e no centro das cidades mais desenvolvidas o movimento das ruas. Ainda vejo como um movimento no qual predominam universitários, a maior parte insatisfeita, de forma geral, com as políticas públicas. Preocupa-me, no entanto, a força que adquiriu no seu interior o movimento anarquista. Como um movimento de classe média urbana, a juventude universitária que ocupa as ruas representa, por outras razões, o retorno dos estudantes, como fizeram em 1964, não contra um Estado autoritário e a censura, mas contra um Estado que beneficiou os pobres somente. Eu diria: uma classe média afastada da pobreza não viu as melhorias sociais. Claro que foram num contexto populista, com problemas de mudança de condição de vida, etc.

Mas, em 1964, eram jovens marxistas nas ruas; hoje são jovens anarquistas. Minha pergunta é: por que o anarquismo emergiu triunfante? A razão que encontro é que os anarquistas encontraram um notável espaço de manobra para assumir a centralidade do movimento. Primeiro, pelo incentivo de partidos ou a possibilidade de militar em um.

Partidos

Não nos enganemos, nestas práticas políticas ainda predominam a organização em rede, quer dizer, práticas militantes que alimentam o fornecimento entre sociedade e partidos, entre dirigentes, militantes e simpatizantes, de um *continuum* onde as relações são porosas. “O Partido se apoia em redes relacionais que se entrecruzam”, diz Frederic Sawicki⁷, notável cientista político. Para mim trata-se de outra forma de recrutamento, processo de consolidação de relações entre grupos que colaboram entre si para um projeto, ainda que de modo indireto. Arriscaria dizer que, indiretamente, este movimento está buscando fortalecer a extrema-esquerda (PSOL e assemelhados) como alternativa ao PT, ex-esquerda e agora centro — esquerda — numa visão otimista. É o tipo de rede de consolidação apontada por Sawicki no pensamento do politólogo francês Michel Dobry⁸, pois relaciona grupos sociais inicialmente separados. O que as manifestações não querem é assumir seu laço com a extrema esquerda e seu projeto de oposição ao atual governo. Isto não é suficiente para explicar o movimento, reconheço, mas é um dos pontos que eu considero chave.

IHU On-Line – A crítica presente nas manifestações se referia ao modelo de democracia representativa em si ou às práticas políticas?

⁷ Frédéric Sawicki (1963): professor associado em Ciência Política na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne. É um dos fundadores da revista *Politix*, votada às Ciências Sociais e Política. (Nota da IHU On-Line)

⁸ Michel Dobry: sociólogo francês e cientista político, ex-diretor do laboratório de análise de sistemas políticos e professor da Universidade Paris I Panthéon-Sorbonne. (Nota da IHU On-Line)

Jorge Barcellos – Evidentemente, trata-se de uma crítica de senso comum às práticas políticas. Não vejo sucesso em um movimento que critique o modelo de democracia que instalamos, desejamos e estamos construindo. Não estamos sequer deixando de considerar que é uma democracia imperfeita, uma democracia em que parte da política não faz o seu papel, mas que é a democracia representativa que temos. A crítica é de senso comum porque recolhe do imaginário dos meios de comunicação de massa os fragmentos de crítica no ar — corrupção, roubalheira, do que estão justamente ausentes toda a referência aos avanços sociais. É a matéria de expressão — para usar uma frase da psicanalista Suely Rolnik⁹ — apropriada pelas massas de forma acrítica. A minha observação é que o componente de crítica ao modelo de democracia representativa existia apenas naqueles grupos anarquistas mais radicais. E de fato, observando algumas páginas de diretórios acadêmicos de universidades, ainda no início do ano, chama a atenção que alguns já estavam estudando a questão da auto-organização, por exemplo. É notável que os grupos se arrisquem a criticar a democracia representativa, pois o contra-argumento em voga no pensamento moderno é justamente o de que o capitalismo hoje não precisa mais de democracia.

Democracia representativa

O filósofo esloveno Slavoj Žižek¹⁰ disse isso do caso chinês, no que é

⁹ Suely Rolnik: é psicoterapeuta, crítica cultural, professora e integrante do Núcleo de Estudos da Subjetividade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, além de professora convidada do Programa de Estudos Independentes do Museu de Arte Contemporânea de Barcelona (MacBa). Suas pesquisas e trabalhos acadêmicos são dedicados às políticas de subjetivação através de uma perspectiva transdisciplinar. Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, coordenadora e participante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da mesma instituição. (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ Slavoj Žižek (1949): filósofo e teórico crítico esloveno. É professor da European Graduate School e pesquisador sênior no Instituto de Sociologia da Universidade de Liubliana. É também professor visitante em várias universidades estadunidenses, entre as quais a Universidade de Columbia, Princeton, a New School for Social

acompanhado pelo escritor alemão Ingo Schulze¹¹ ao pé da letra. Não dá para arriscar questionar justamente a validade ética da democracia representativa, pois a alternativa é muito pior. A crítica só pode ser entendida como um oportunismo radical da extrema esquerda que ideologiza o debate político de parcelas da juventude e o capitaliza em seu benefício para questionar o *status quo*. É claro que a democracia representativa possui limites, dados justamente pelas práticas políticas. Mas há um notável avanço no combate à corrupção, no incentivo à atuação fiscalizadora das prefeituras, nos portais de transparência, nos processos levados a cabo pelo Ministério Público, a própria transparência existente na Lei do Orçamento, na participação para a elaboração de emendas, etc.

IHU On-Line – O fenômeno das manifestações de 2013 reinaugurou uma prática política que foi muito vigente durante o regime militar – as marchas nas ruas. No entanto, possui características particulares correspondentes à nossa época. O que se mantém daquele período e o que é exatamente novo?

Jorge Barcellos - Gostaria de analisar a manifestação que envolveu a Câmara Municipal¹², espaço onde

Research, de Nova York, e a Universidade de Michigan. Publicou recentemente *Meus que nada. Hegel e a sombra do materialismo dialético* (São Paulo: Boitempo, 2013). (Nota da IHU On-Line)

¹¹ Ingo Schulze: nasceu em Dresden, na Alemanha, em 1962, filho de um professor de Física e de uma médica. Prestou o serviço militar na Alemanha Oriental e estudou filologia clássica e literatura alemã em Iena. Desde 2006, o escritor é membro da Academia de Artes de Berlim e da Academia Alemã de Língua e Poesia, em Darmstadt, e, a partir de 2007, da Academia de Artes da Saxônia. Suas histórias saíram em revistas como *The New Yorker* e *Der Spiegel* e foram traduzidas para 27 idiomas. (Nota da IHU On-Line)

¹² Durante o mês de julho, entre os dias 11 e 18-07-2013, um grupo de manifestantes ocupou a Câmara Municipal de Porto Alegre cuja principal bandeira de defesa foi o passe livre, organizado em projeto de lei durante a ocupação da Câmara. A proposta estabelece o fim do pagamento da tarifa para todos os estudantes e desempregados da cidade - com base nos cadastros do Sistema Nacional de Emprego (SINE) - para todas as linhas e horários já existentes. (Nota da IHU On-Line)

“Os movimentos das ruas são importantes, sua consciência é notável, mas a adoção de formas de violência, seja qual for o motivo, introduz os seus atores no campo da guerra”

trabalho. Lamento contrariar a maioria dos universitários, mas minha posição é bastante conservadora. Minha questão é se seu lado progressista é suficientemente forte para superar o seu lado reacionário. Vejamos pontos pouco abordados nas análises do movimento. O filósofo e urbanista Paul Virilio, desde *Guerra Pura: a militarização do cotidiano* (São Paulo: Brasiliense, 1984), tem caracterizado o uso de estratégias militares no meio urbano. Para ele, não é necessário portar armas para ser um militar, basta experimentar a mentalidade militar: “Sem o saber, já somos todos soldados civis. E alguns de nós sabem disso. O grande golpe de sorte, para o terrorismo da classe militar, é que ninguém o reconhece. As pessoas não reconhecem a parte militarizada de sua identidade, de sua consciência”. Em sua obra posterior, *Velocidade e Política* (São Paulo: Estação Liberdade, 1996), Virilio aponta como elemento da mentalidade militar o “modo de movimento nas cidades”. Ele observa que Engels¹³

¹³ Friedrich Engels (1820-1895): filósofo alemão que, junto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou comunismo. Ele foi coautor de diversas obras com Marx, e entre as mais conhecidas destacam-se o *Manifesto Comunista* e *O Capital*. Grande companheiro intelectual de Karl Marx, escreveu livros de profunda análise social. (Nota da IHU On-Line)

caracterizou a vida de Paris nas ruas do século XIX como sendo “onde a vida circula mais intensamente”. Por essa razão, os contingentes revolucionários tendem a nascer não nos locais de produção, como fábricas, mas nas ruas das cidades: “a massa não é um povo, mas uma multidão de passantes”, diz Virilio. Assim foi em Porto Alegre com a tomada, pelo movimento da juventude, de ruas e avenidas pensadas como espaços de ocupação e/ou enfrentamento. Décadas atrás, num dos piores momentos da história, dizia Joseph Goebbels¹⁴ a esse respeito: “quem conquistar a rua, conquistará também o Estado”. Por isso o primeiro território de ocupação dos jovens manifestantes foi o asfalto, vias como as Avenidas Borges de Medeiros, João Pessoa e Ipiranga. Para Virilio, a estratégia de ocupar as ruas é sempre militar e aqui cumpre um papel paradoxal, já que na luta pelo transporte é a própria massa de estudantes que se torna o primeiro transporte coletivo, definindo a cidade como seu *front* de batalha. As massas desesperadas de Engels que em 1848 “reclamavam pão, trabalho ou morte” foram substituídas pelas massas estudantis que reclamam por “transporte, saúde, educação”. Diz Virilio, “já é tempo de se render às evidências: a revolução é movimento, mas o movimento não é uma revolução”. A invasão do legislativo inaugura uma nova etapa nessa estratégia, a da conquista das instituições. Ela foi marcada por uma sociabilidade interna festiva e dionisíaca, com seus momentos de festa, conagração e alegria, como descreve o sociólogo francês Michel Maffesoli¹⁵ em sua

¹⁴ Paul Joseph Goebbels (1897-1945): ministro da Propaganda de Adolf Hitler. Figura-chave do regime, conhecido por seus dotes retóricos. (Nota da IHU On-Line)

¹⁵ Michel Maffesoli: sociólogo francês. Leciona na Sorbonne - Paris V, é diretor do Centro de Estudos sobre o Atual e o Quotidiano (CEAQ) e edita a revista *Sociétés*. Escreveu inúmeros livros importantes para a compreensão da mutabilidade social moderna e pós-moderna, como *A conquista do presente* (Rio de Janeiro: Rocco, 1984); *A contemplação do mundo* (Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1995); *A transfiguração do político: a tribalização do mundo* (Porto Alegre: Sulina, 1997); *Lógica da dominação* (Rio de Janeiro: Zahar, 1978); *Moderno e pós-moderno* (Rio de Janeiro: UERJ, 1994). A edição

obra *O Nascimento das Tribos* (São Paulo: Editora Forense Universitária, 2006), a qual se contrapunha uma militarização no melhor estilo SS¹⁶, com controle de acesso externo do prédio do legislativo, uso de rádios de comunicação, fiscalização da entrada e saída de funcionários, rondas internas e administração dos fluxos da cidade no parlamento, frente a uma Guarda Municipal estupefata. É preocupante o fato de que um movimento social sintia-se no direito de impor o custo de suas operações às instituições — na invasão do parlamento, a paralisação das atividades, o desrespeito aos símbolos do legislativo — porque o gesto é expressão da apropriação do conceito de “dano colateral”. Zygmund Bauman¹⁷, em *Danos Colaterais* (Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013), lembra que esse é outro ingrediente da “mentalidade militar”, definido pelo menosprezo dos efeitos de uma guerra particular pelos organizadores. Bauman alerta para o detalhe de que tal posição é sempre duvidosa, os “danos” acontecem ou porque não foram previstos pelos organizadores, ou porque foram considerados “menos importantes” e cujo sacrifício é considerado suportável pelos movimentos. Neste instante, o movimento projetou sobre si mesmo o espelho de sua desapareição. É que para o filósofo

esloveno Slavoj Žižek, a violência simbólica é muito mais grave que a real, o que na Câmara foi representado pelo congelamento de sua soberania. Fim do espaço dos representantes.

IHU On-Line – A falta de diálogo entre os manifestantes (caracterizado nos mais violentos) e o Estado (caracterizado na polícia) é sintoma de que tipo de relação? Que desafios estão postos à convivência destes dois entes?

Jorge Barcellos - Esta falta de diálogo já foi bem caracterizada pelos analistas de plantão. Os argumentos já fazem parte do debate: insensibilidade do Estado, autoritarismo das corporações, numa relação que faz de ambos vítimas e algozes. Sinto pela perda de um trabalho no campo dos direitos humanos que parcela da polícia fazia e que depois dos movimentos e reações ficou desacreditado. Agora, minha questão não é a relação entre os manifestantes e o Estado, mas entre os manifestantes e a imprensa. Essa falta de diálogo é que me preocupa. Achar que *Zero Hora* é um veículo burguês apenas, é uma visão simplificada. É óbvio que há jornalistas de todos os matizes, que há uma luta interna, e negar o diálogo em nada acrescenta ao movimento social. Ao contrário, há interessantes dissensos entre os jovens justamente nesse ponto, uma vez que houve manifestações de lideranças publicadas na *ZH*, contrariando seu discurso. Essa questão ficou evidente também no caso da Câmara Municipal.

Imprensa

Depois de invadirem o plenário, os jovens realizaram a assembleia do movimento e o primeiro encaminhamento foi a questão do controle da informação. Ela deveria ser transparente entre os participantes, entre os integrantes do bloco, daí a necessidade formal de apresentação e vedado o seu acesso à imprensa tradicional, acusada de manipuladora e ideologicamente comprometida com o capital. Pela apresentação dos participantes, ficamos conhecendo os integrantes do movimento: Federação Anarquista Gaúcha¹⁸, Frente Nacional

dos Torcedores¹⁹, Frente Autônoma²⁰, Centro de Cultura Libertária do Bairro Azenha²¹, Centro de Estudantes de Ciências Sociais²², Coletivo Vamos à Luta²³, Unidos pra Lutar²⁴, estudantes de diretórios acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Ufrgs. Alguns estudantes apresentavam-se como integrantes de três movimentos sucessivos, e outros de outras cidades, como Campo Bom e Novo Hamburgo. Grupos de todos os perfis e ideologias: Grupo Anarco-Feminista²⁵, Levante Popular da Ju-

FAG: surgiu em 18 de novembro de 1995, quando um grupo de pessoas atuantes em grupos anarquistas de diversas cidades do Rio Grande do Sul se reuniram junto com um delegado da Federação Anarquista Uruguaya e fundaram a organização de orientação anarquista e socialista defendendo a autogestão popular e o federalismo libertário. (Nota da IHU On-Line)

19 Frente Nacional dos Torcedores: surgiu em 13 de dezembro de 2010 pela união de torcedores destinados a mudar o quadro atual do futebol brasileiro. Entre as demandas está a luta contra a corrupção do futebol. (Nota da IHU On-Line)

20 Frente Autônoma: grupo que reúne indivíduos e coletivos autônomos que buscam uma organização horizontal e antiautoritária das lutas populares. (Nota da IHU On-Line)

21 Centro de Cultura Libertária da Azenha: organização que se propõe a promover atividades voltadas à cultura e ao pensamento libertário de forma acessível e em sintonia com a comunidade. (Nota da IHU On-Line)

22 Centro de Estudantes de Ciências Sociais: é a representação discente do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Ufrgs, espaço onde os próprios estudantes são os responsáveis por organizar eventos acadêmicos, confraternizações, discussões sobre o movimento estudantil e social e, principalmente, por organizar os colegas para as lutas que travamos pelos direitos dos estudantes dentro e fora da universidade. (Nota da IHU On-Line)

23 Coletivo Vamos à Luta: grupo tem por finalidade organizar os estudantes para lutarem por demandas coletivas. (Nota da IHU On-Line)

24 Unidos pra Lutar: organização que surgiu frente à fragmentação e ao risco de dispersão da esquerda classista e combativa do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

25 Grupo Anarco-Feminista ou Anarc-feminismo: grupo que se opõe a todos os tipos de hierarquia. Os anarc-feministas dedicam maior atenção à desigualdade existente entre os sexos, pois acreditam que as mulheres são exploradas pelo capitalismo, por ele difundir o sexismo em suas instituições e desvalorizar economicamente o seu trabalho doméstico e reprodutivo. (Nota da IHU On-Line)

¹⁶ da IHU On-Line, de 31-10-2005, publicou uma entrevista exclusiva com Maffesoli sob o título *Culturas locais estão sendo revalorizadas*, disponível em <http://migre.me/69ujD>. (Nota da IHU On-Line)

¹⁶ Schutzstaffel: conhecida pela sigla SS, foi uma organização paramilitar ligada ao Partido Nazista Alemão. Da Tropa de Choque de Hitler, 400 Sturmabteilung (SA), criada em 1921 por Ernst Röhm, nasceram, em 1925, as SS. Em 1932 as SS tinham 60 mil membros. Dois anos mais tarde o número havia saltado para 100 mil e, em 1939, 240 mil. Durante a Segunda Guerra Mundial o total de homens filiados às SS era de um milhão. (Nota da IHU On-Line)

¹⁷ Zygmunt Bauman (1925): sociólogo polonês, professor emérito nas Universidades de Varsóvia, na Polônia, e de Leeds, na Inglaterra. Publicamos uma resenha do seu livro *Amor Líquido* (São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2004), na 113ª edição do IHU On-Line, de 30-08-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon113>. Publicamos uma entrevista exclusiva com Bauman na revista IHU On-Line edição 181 de 22-05-2006, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon181>. (Nota da IHU On-Line)

¹⁸ Federação Anarquista Gaúcha ou

ventude²⁶, Coletivo Ovelhas Negras²⁷, Coletivo Kizomba²⁸, Coletivo Putinhas Aborteiras²⁹ e estudantes dos cursos de ciências sociais, odontologia, comunicação, biologia, engenharia e de cursos pré-vestibulares. Havia também professores e pelo menos um servidor da área de saúde. Mas como fazer uma democracia baseada no controle da difusão de informações? Rodrigo Brizola, da Frente Autônoma, apregoa na assembleia que só ficariam os meios de comunicação com os quais o grupo “tenha confiança”. A partir daí tomar o poder passa pelo controle da informação e impedir o acesso da “mídia tradicional” é referendado pelos inúmeros coletivos presentes. A recusa da “mídia tradicional” não é hegemônica: Matheus Gomes, do DCE da Ufrgs e integrante do movimento, publica no dia 19 de julho artigo de opinião em *Zero Hora*, na “mídia burguesa” que critica. Assim como a função dos *sans-culottes* durante a revolução francesa era exercer a delação de suspeitos, vigiar bairros e imóveis, efetuar prisões, os novos revolucionários outorgaram-se a si a tarefa de controle da imprensa livre. Isso é um problema.

Por outro lado, os jovens fizeram a grande revolução da informação ao criarem seus próprios veículos de comunicação via Internet. Com suas

“O problema é justamente esse, substituir uma verdade, a da imprensa, por outra, a do movimento, considerada ‘a’ verdade

páginas no Facebook e a criação de um canal de televisão online (Catarse.com), os jovens fizeram sua revolução particular no modo de organização dos movimentos sociais. A partir de agora, todo movimento social deve aos jovens uma nova forma de difusão de informações em tempo real. Mas o problema é justamente esse, substituir uma verdade — a da imprensa — por outra — a do movimento, considerada “a” verdade. Onde fica o direito à livre interpretação?

IHU On-Line – A polícia continua presa às práticas do século XX? Quais são os desafios em relação à garantia da segurança pública e do direito de se manifestar?

Jorge Barcellos - Para começar, consideremos o poder de polícia da própria Câmara no seu interior: ele foi zero. A conquista do prédio da Câmara foi uma vitória simbólica, já que a guerra “é a continuação da política por outros meios”. Mas o fato de que tenham conseguido fazer o deslocamento do movimento das ruas para às instituições não significa que tenham tido sucesso em sua revolução. Para mim, novamente, a garantia do direito de se manifestar exclui a necessidade de violência. Somente isso nos dá condições de exigir do Estado repressão aos seus agentes, somente isso dá condições de cobrar das autoridades pacificação. Como garantir o direito de se manifestar, se os mesmos jovens que foram vítimas da truculência das abordagens policiais, por breves instantes reprodu-

ziram as estratégias de seus algozes no interior do legislativo? As cenas são conhecidas: um fotógrafo agredido, um presidente intimidado, um parlamento isolado, símbolos ultrajados. Estas ações são a atualização da invasão do *Palais Royal*³⁰, de Paris, mas enquanto no *Ancien Régime*³¹ a tomada da moradia do rei significava a tomada do Estado, a tomada do plenário da Câmara significou a privatização por uma classe do espaço da soberania popular. As imagens de violência que circularam na Internet mostram, na expressão do sociólogo francês Jean Baudrillard³², que “transgredimos tudo, inclusive os limites da cena e da verdade”. A tentativa de invasão da TV Câmara por “suspeita” de servir de abrigo a jornalistas e a expulsão de jornalistas do prédio da Câmara ocorre nesse contexto de exercício e legitimação da violência e de controle da informação, intimidando funcionários e trabalhadores.

30 **Palais Royal**: trata-se um palácio e jardim em frente à ala norte do Louvre. Embora nunca tenha sido um palácio real, apesar do nome enganoso, o Palais Royal foi construído pelo arquiteto Jacques Lemercier, a mando de Richelieu, a partir de 1624. A sua localização corresponde, em parte, à do antigo Hôtel de Rambouillet, onde a Marquesa de Rambouillet mantinha um brilhante *salon* frequentado assiduamente por Richelieu. Nesta época era chamado de Palais Cardinal. Richelieu deixou-o para a Coroa Francesa. (Nota da IHU On-Line)

31 **Antigo Regime ou Ancien Régime**: em língua francesa Ancien Régime, refere-se originalmente ao sistema social e político aristocrático estabelecido na França, sob as dinastias de Valois e Bourbon, entre os séculos XVI e XVIII. Trata-se principalmente de um regime centralizado e absolutista, em que o poder era concentrado nas mãos do rei. (Nota da IHU On-Line)

32 **Jean Baudrillard** (1929-2007): filósofo e sociólogo. Um dos importantes pensadores ocidentais da atualidade, é autor de vários livros, entre os quais destacamos: *A troca impossível* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002); *A ilusão vital* (Civilização Brasileira, 2001) e *A sociedade do consumo* (Lisboa: Edições 70, 2000). De Baudrillard, a IHU On-Line publicou o artigo *A máscara da guerra*, na edição 51, de 17-03-2003. O Prof. Dr. Juremir Machado da Silva apresentou o *IHU Ideias* de 11-09-2003, intitulado *11 de setembro: Ano III. Uma reflexão a partir de Jean Baudrillard*. Sobre esse tema, Juremir concedeu uma entrevista na 74ª edição da IHU On-Line, de 08-09-2003, sob o título *11 de setembro segundo Jean Baudrillard*. Confira as Notícias do Dia 07-03-2007: *Morre o sociólogo francês Baudrillard, crítico feroz da sociedade de consumo*, disponível em <http://bit.ly/9SBaGZ>. (Nota da IHU On-Line)

26 **Levante Popular da Juventude**: organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade. (Nota da IHU On-Line)

27 **Coletivo Ovelhas Negras**: surgiu em 2009 como coletivo LGBT da Ufrgs por iniciativa de estudantes e professores provocados pelos temas da sexualidade, gênero e diversidade. Tem por objetivo opor-se ao heterossexismo e às formas de discriminação que dele decorrem — como a homofobia, a transfobia e a misoginia — e dimensionar como as identidades sexuais e de gênero são tradicionalmente postas em um esquema de oposições assimétricas. Também denuncia como a heterossexualidade, enquanto regime político, filtra-se nas instituições e estabelece hierarquias, patologias, normas, pedagogias, ontologias e visões de mundo. (Nota da IHU On-Line)

28 **Coletivo Kizomba**: grupo que luta por uma nova cultura política, atuando, principalmente, no movimento secundarista e universitário. (Nota da IHU On-Line)

29 **Coletivo Putinhas Aborteiras**: o grupo tem como objetivo, conforme se autodefine, a libertação das mentes e corpos, desconstruindo as inúmeras censuras cotidianas. (Nota da IHU On-Line)

Redes Sociais

Nas redes sociais, o movimento partiu para a justificação de seus atos em nome da “causa”, criticando as “supostas” vítimas. Suspeito que a vinda de autores como o filósofo esloveno Slavoj Žižek a Porto Alegre tenha criado o fermento radical nas lideranças locais da extrema esquerda. Ao invés de ouvirem o que sua crítica cultural ao capital tem de construtivo para a uma nova interpretação do mundo, preferiram as suas passagens que elogiam a violência. “O projeto comunista do século XX era utópico precisamente na medida em que não era suficientemente radical (grifo meu)”, diz Žižek. Pior, ele insiste que essa resistência deve incluir o uso do terror: “Lembrem-se da defesa exaltada do Terror na Revolução Francesa feita por Badiou³³, na qual ele cita a justificativa da guilhotina para Lavoisier³⁴: “A República não precisa de cientistas” diz Žižek. Não é o que vemos no interior dos movimentos de jovens quando é tolerada a sua violência no legislativo sob a alegação de que a do Estado é pior? Nenhuma violência pode ser tolerada de nenhum lado, essa é a questão. Por isso a retomada pelo Estado dos objetivos e fins da sua estrutura policial é um ponto da agenda política.

Projetos de direitos humanos no interior da corporação precisam ser efetivados, qualificação de seus membros naquilo que se convencionou chamar de bases da segurança pública coletiva precisa ser reforçada. Não se admite que a corporação permita que a mentalidade da “caçada” ressurgisse nas cinzas no seu interior. Ela foi re-

quente no antigo regime, na representação aos movimentos sociais e foi substituída pelas estratégias de controle a distância. Policial armado com balas de borracha que fere manifestante tem de ter punição exemplar porque a agressão desvirtua as finalidades do distanciamento que o controle das massas exige. Mas não é admissível ver policiais que socorrem vítimas serem agredidos, como um policial da capital no meio de manifestação.

IHU On-Line – Que alternativas são possíveis para alcançarmos o “reconhecimento mútuo” proposto por Richard Sennet³⁵?

Jorge Barcellos – Este é um autor que tem muito a dizer sobre os movimentos. Lembro da pergunta de uma colega simpatizante do movimento: “De que lado você está?” O sociólogo americano Richard Sennet em *Juntos: os rituais dos prazeres e a política da cooperação* (Rio de Janeiro: Record, 2012) critica justamente isso, o autoritarismo presente na obrigatoriedade de se decidir por um lado sem avaliação, pois a partidarização da vida política é responsável pela mentalidade do “nós-contra-eles”, justamente o que ocorreu nas redes sociais em Porto Alegre. Como Žižek sugere em *Bem vindo ao deserto do real* (São Paulo: Boitempo, 2003), na opção entre a pílula azul e a vermelha tornada famosa na cena do filme *Matrix*, a obrigação de optar entre fantasia e realidade não é suficiente, por isso Žižek requer uma terceira pílula, que lhe permita ver “a realidade na ilusão em si mesma”. É o que todos temos de fazer, encontrar uma outra forma de reivindicar o que é certo sem ceder à violência. O movimento das ruas não vai parar. Ele é jovem, é autêntico, mas tem contradições. Há muitos grupos no seu interior disputando a hegemonia e se alimentando das mais diferentes ideias. Sua estratégia é clara: sair das ruas para as

instituições. Os “erros” do movimento precisam se avaliados internamente pelos jovens e pela sociedade. Os jovens querem uma revolução sim, é seu direito, suas reivindicações são legítimas, mas a tomada do legislativo nada mais foi do que o “desvio do velho assalto social” (Virilio), uma tomada abrupta do espaço do poder, mas isso não significa a tomada do poder.

Reconhecimento público tem relação com isso, solidariedade e negociação, estabelecer relações com o diverso, fundamento da política negado pelo movimento anarquista. Não posso negar a existência do Estado simplesmente porque sei exatamente como funciona uma sociedade sem Estado: basta ver o que ocorre nas regiões mais pobres do centro africano ou do extremo oriente. Tenho reforçado a ideia de que os jovens devem ser os primeiros a se mobilizar para a construção de políticas sociais, de fortalecimento da função social do Estado, o que não é feito no contexto da violência. O notável ativismo político deve fundar as novas discussões via redes de Internet sobre problemas e suas soluções.

IHU On-Line – Que respostas o Estado deu desde as manifestações de junho? Na sua avaliação, por que alguns grupos mantêm ações sistemáticas?

Jorge Barcellos - Para mim, a luta política vai continuar. Os movimentos de jovens não vão parar. A parcela radical poderá ter momentos de recuo, mas retornará logo em seguida. É que a estratégia do movimento é a mesma dos revoltosos de 1789³⁶, a

33 Alain Badiou (1937): filósofo, dramaturgo e romancista, leciona filosofia na Universidade de Paris-VII Vincennes e no Collège International de Philosophie. É autor, entre muitos outros, do livro *Saint Paul. La fondation de l'universalisme* (Paris: PUF, 1997), várias vezes reeditado na França e traduzido em diferentes línguas como o inglês e o italiano. (Nota da IHU On-Line)

34 Antoine Laurent de Lavoisier (1743-1794): foi um químico francês, considerado o pai da química moderna. É reconhecido por ter enunciado o princípio da conservação da matéria, apesar de o russo Mikhail Lomonossov tê-lo feito 14 anos antes. Além disso, identificou e batizou o oxigênio. É célebre por seus estudos sobre a conservação da matéria, mais tarde immortalizado pela frase popular: “Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. (nota da IHU On-Line)

35 Richard Sennet: sociólogo americano, autor de, entre outros, O declínio do homem público: As tiranias da intimidade (São Paulo: Companhia das Letras, 1989); A corrosão do caráter (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001) e Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental (3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003). Sua obra mais recente é L'Uomo artigiano (O Homem artesão), ainda sem tradução para o português. (Nota da IHU On-Line)

36 Revolução Francesa: nome dado ao conjunto de acontecimentos que, entre 5 de Maio de 1789 e 9 de Novembro de 1799, alteraram o quadro político e social da França. Começa com a convocação dos Estados Gerais e a Queda da Bastilha e se encerra com o golpe de estado do 18 Brumário, de Napoleão Bonaparte. Em causa estavam o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero e da nobreza. Foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da Independência Americana (1776). Está entre as maiores revoluções da história da humanidade. A Revolução Francesa é considerada como o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea. Aboliu a servidão e os direitos feudais e proclamou os princípios universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (*Liberté, Egalité, Fraternité*), frase de autoria de Jean-Jacques

da ofensiva permanente. No que vai dar, eu não sei. Espero que o desejo democrático dos jovens seja vitorioso, mas temo que os jovens possam dar espaço para as características autoritárias que observo, seu “dark side”. Por isso a fala da deputada federal Manuela D’Ávila é exemplar: “Não vou me tornar igual àqueles que combato”. Engana-se quem pensa que a ocupação do legislativo foi um objetivo, não foi. Foi uma “experiência” que deu aos jovens o gosto do poder e por isso todo cuidado é pouco. Iniciou-se uma nova etapa no movimento das ruas. Os jovens estiveram diante de um passo perigoso em direção ao Estado de Emergência, mas souberam negociar e honrar o acordo com o Estado. Os jovens precisam recusar a possibilidade de entrar em guerra contra o Estado. “Só a troca nos protege do destino”, diz Baudrillard. Mas o Estado precisa recusar criminalizar o movimento. Estamos no pior momento para fazer generalizações. Como diz Virilio, num mundo onde a velocidade dos fatos supera sua compreensão, a necessidade de parar toma sentido político. A repressão de Estado se faz mais por sua desestruturação interna do que por uma finalidade de governo. É preciso parar para refletir. As ações radicais dos jovens se mantêm por um misto de desesperança, raiva, vazio existencial e falta de projeto. Por isso a interpretação de Jean-Luc Nancy³⁷ é atual: “a verdade da democracia é que não se trata de uma forma política entre outras, ela quis ser na era moderna a refundação integral da coisa política. É o nome de um regime de sentido cuja verdade não pode submeter-se a nenhuma instância ordenadora, nem religiosa, nem política, nem científica, nem estética, porque se compromete por inteiro com o “homem” enquanto risco e possibilidade de si mesmo. Ela deve ser o lugar dos meios de abrir e manter abertos os espaços de suas obras” diz o autor de *La verdad de la democracia* (Madrid: Amorruto Editores, 2009). Para mim, a juventude está protagonizando um dos maiores movimentos da década, mas tem os seus erros. O Estado tem

“Para mim, a juventude está protagonizando um dos maiores movimentos da década, mas tem os seus erros. O Estado tem diante de si a oportunidade única de ‘ouvir os anseios do povo’, mas precisa parar para ouvir”

diante de si a oportunidade única de “ouvir os anseios do povo”, mas precisa parar para ouvir.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Jorge Barcellos - Um ponto pouco explorado do lado agressivo das manifestações foi que sua violência não foi somente contra pessoas, mas contra símbolos. Na Câmara Municipal, mensagens foram afixadas na cruz existente no plenário e a galeria dos presidentes e a dos vereadores foram alvo de manifestações no caso do episódio do nu, um caso a parte. Claro, antes de criticar, precisamos entender por que os jovens se “pelaram” na câmara. Eles querem no fundo saber: o que pode o corpo? Como diz Henry Pierre Jeudy³⁸, em *O corpo como objeto de arte* (São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2002), a resposta é “ninguém tem condições de sabê-lo”, simplesmente porque não sabemos os limites de nossos afetos e ações. Quem fica nu acredita que o corpo afeta,

que pode desestruturar o mundo. Os pelados da câmara querem atualizar a ideologia da “liberação do corpo” dos anos 1960-1970, revolta contra a moralidade e autoridade. “Exibir-se torna-se o contrário de representar”, diz Jeudy, os jovens nus não toleram uma única representação do corpo belo, jovem, objeto do Capital ou do corpo político, poder legítimo, mas sempre às voltas com a corrupção. O corpo exibido sempre é um sintoma da raiva do espelho da representação, diz Jeudy. Sua experiência imediata do corpo nos quer dar uma interpretação da sua visão de política. Há quem diga “que mal tem o nu se a política é pornográfica?” Não, não é a mesma coisa. Ter raiva da representação do corpo perfeito do capital não é a mesma coisa que ter raiva da representação política simplesmente porque não se pode ter raiva de algo que se ajudou a construir. A Câmara tem representantes dos jovens, vereadores de esquerda que acompanharam suas assembleias e ajudaram a legitimar o movimento. A participação do PT e do PSOL acabou produzindo uma divisão política no próprio legislativo, agora entre simpatizantes e opositores à invasão do plenário, e nas relações do legislativo com o governo estadual — solicitada por seu presidente, a Brigada Militar não compareceu. Para suas lideranças, o nu foi uma extravagância juvenil imposta no espaço público, mas para parte da sociedade e demais vereadores a cena significou violência à instituição. Se os jovens queriam fazer sua vingança pessoal à representação política, como apela o grupo Anonymous³⁹, o que conseguiram não foi vingança, foi sedução (Baudrillard), isto é, desviaram o olhar da sociedade dos verdadeiros objetivos do movimento.

³⁹ **Anonymous**: palavra de origem inglesa, que em português significa anônimos e trata-se de uma legião que se originou em 2003 nos territórios perdidos da 4chan — fórum colaborativo de conteúdo. Representa o conceito de muitos usuários de comunidades online existindo simultaneamente como um cérebro global. O termo Anonymous também é comum entre os membros de certas subculturas da Internet como sendo uma forma de se referir às ações de pessoas em um ambiente onde suas identidades oficiais são desconhecidas. (Nota da IHU On-Line)

Rousseau. (Nota da IHU On-Line)

³⁷ **Jean-Luc Nancy** (1940): filósofo francês. (Nota da IHU On-Line)

³⁸ **Henri-Pierre Jeudy** (1945): filósofo, sociólogo e escritor francês. (Nota da IHU On-Line)

Estado de Polícia, o Brasil sem a máscara da “liberdade”

O sociólogo Giuseppe Cocco avalia a “queda de máscaras” da esquerda brasileira e a forma repressiva e autoritária com que os *black blocs* vem sendo retratados

POR LUCIANO GALLAS E ANDRIOLLI COSTA

Para o sociólogo Giuseppe Cocco, todas as “máscaras” do Estado já caíram. Hoje, segundo ele, não temos um Estado de Direito, mas um Estado de Polícia, de repressão e perda das liberdades democráticas. “A forma espúria de agir do Estado, ou conluio generalizado entre forças de polícias e crime organizado, no meio da histeria repressiva contra o tráfico de drogas, funciona como principal mecanismo de legitimação da guerra contra os pobres e contra suas mobilizações democráticas”, afirma ele. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Cocco critica a postura autoritária dos que se opuseram e se opõem às manifestações populares que ocorrem no Brasil, ainda que hoje com menos força, desde o meio do ano. “Em junho, os partidos tradicionais (de governo e de oposição) criticavam o movimento por não ter organicidade, lideranças e ‘projeto’. Cabeira perguntar: quais são, hoje, a organicidade e os projetos dos partidos?”, provoca ele. “Que projeto tem esses ‘deputados e senadores’, que não seja a mera ocupação do aparelho de poder assim como ele é? E qual seria o projeto dos partidos de esquerda?” Para ele, é justamente na falta de organização formal e na multiplicidade das singularidades que jaz a força das manifestações, “sem lideranças e, por isso, mais potentes”.

Cocco questiona o papel assumido hoje pelos partidos, que “parecem funcionar como coalizões espúrias de estratégias personalistas, grupos de interesse econômico que

formam bancadas bem pouco ‘republicanas’ a partir do peso de determinados lobbies (agronegócio, telecomunicações, evangélicos, etc.) que passam por cima das próprias instâncias partidárias”. Nesta crítica, o sociólogo manifesta especial surpresa sobre a postura assumida pelas esquerdas do país, especialmente o governo, que ou batem de frente e repreendem as manifestações, ou maquiagem suas próprias ações para dar a entender que são provedores das liberdades democráticas, ocultando ocorrências como a “Chacina da Maré” ou abusos como o caso do pedreiro Amarildo. Independente a isso, para ele, o povo continua lutando. “É a multidão que está na frente, praticando e inovando nas formas de luta e voltando a dar credibilidade à política, em particular junto aos jovens”, pondera. “O melhor da juventude brasileira está na rua”.

Giuseppe Cocco é graduado em Ciência Política pela *Université de Paris VIII* e pela *Università degli Studi di Padova*. É mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo *Conservatoire National des Arts et Métiers* e em História Social pela *Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne)*. É doutor em História Social pela *Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne)*. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e editor das revistas *Global Brasil*, *Lugar Comum* e *Multitudes*. Coordena a coleção *A Política no Império* (Civilização Brasileira).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que as manifestações do chamado Outubro Brasileiro nos ensinam no que se refere às possibilidades efetivas da democracia direta?

Giuseppe Cocco - As manifestações de outubro são a continuidade e

o desdobramento daquelas de junho. No conjunto elas ensinam muitas coisas, inclusive sobre as possibilidades efetivas de democracia direta. Antes de tudo, elas nos ensinam que a “democracia direta” só existe nos termos da radicalização democrática. O movi-

mento não apenas nos diz que a separação da fonte (o povo) *vis-à-vis* do resultado (os representantes) é imoral, mas explícita, e torna visível que essa dimensão imoral do poder está baseada na violência de suas polícias. Ou seja, o movimento teve a capacidade

de mostrar para o Brasil e para o mundo as dimensões perversas do monopólio estatal do uso da força no Brasil; um regime de terror de Estado que, por meio do regime discursivo sustentado pela mídia da elite neoescravagista, é tratado como se fosse “externo” e independente dos governos, até o ponto em que, no Rio de Janeiro, a solução seria seu aprofundamento por meio da chamada “pacificação”.

Seria irônico se não fosse o cúmulo do cinismo escravocrata. É que a forma espúria de agir do Estado, ou conluio generalizado entre forças de polícias e crime organizado, no meio da histeria repressiva contra o tráfico de drogas, funciona como principal mecanismo de legitimação da guerra contra os pobres e contra suas mobilizações democráticas. Como sempre fez, desde junho, o poder multiplica os boatos sobre participação do narcotráfico nas mobilizações democráticas. Na senzala – ou seja, nas favelas, subúrbios e periferias – o terror anda a pleno vapor, quer a polícia seja do PSDB, do PT, do PSB ou do PMDB. É um terror estatal com vieses classistas e, sobretudo, racistas. Os ventos de junho continuam soprando (não apenas em outubro, mas também em novembro), e o outono já virou uma primavera que anuncia o carnaval. O levante de junho não foi uma explosão efêmera, mas uma potentíssima bifurcação dentro da qual ainda estamos. Nessa bifurcação, as possibilidades de democracia direta nos aparecem ao mesmo tempo potentes e ativamente bloqueadas, literalmente criminalizadas por um Ministro da Justiça¹ que transforma em crime, com apoio entusiasta da imprensa hegemônica, os direitos constitucionais de manifestação e livre opinião. E isso com base em relatórios da Polícia Federal sobre atividades que não são crimes.

Ou seja, o Ministro da Justiça se transforma em *Ministro de Polícia* e o Estado faz cair sua máscara para aparecer explicitamente o que é: um *Estado de Polícia*. Confesso que fiquei espantado diante da “reação” (e quero enfatizar mesmo esse termo “reação”,

1 José Eduardo Cardozo (1959): jurista e político brasileiro filiado ao PT. Atualmente é Ministro da Justiça do Brasil, cargo que ocupa desde 1º de janeiro de 2011. (Nota da IHU On-Line)

pois é a raiz de outro termo: “reacionário”) da esquerda em geral, sobretudo da esquerda de governo, em particular do PT e de alguns dirigentes e até de alguns amigos. Meu espanto aumenta a cada dia. Se da Presidenta Dilma (que, como disse um viral na internet de um artista carioca, “Já foi Sininho e hoje virou Capitão Gancho²”) não esperava nenhuma sensibilidade, não digo “social”, mas sequer política, de outros esperava uma postura diferente, pelo menos progressista e esclarecida. O fato é que a esquerda de poder e o PT (que me interessa) não fizeram, e não fazem, nenhum esforço para abrir os governos que lideram à nova demanda de participação e de “democracia real já”. Ao contrário, assistimos a uma postura arrogante e reativa, nos moldes do Ministro da Justiça se transformando docilmente em Ministro de Polícia. Essa postura enfatiza o que já sabíamos: que as brechas de transformação dos governos Lula foram definitivamente fechadas pela Dilma; que as experimentações em termos de orçamento participativo não apenas foram encerradas faz tempo, mas foram totalmente sobrevalorizadas. O OP (Orçamento Participativo) não deixou rastros políticos de nenhum tipo.

Democracia produtiva

De toda maneira, apesar desse vazio político desanimador, hoje é o horizonte inovador de uma democracia produtiva que temos diante de nós. Podemos apreender suas dimensões em três grandes níveis: A) a ruptura — parcial e temporária, mas real — das dimensões totalitárias construídas em torno do consenso da “governabilidade”; B) a multiplicação de assembleias (muitas delas chamadas de “populares”) e ocupações de Câmaras e Assembleias Legislativas em inúmeras cidades; e C) a forma produtiva do “movimento”.

As três dimensões fazem do levante de junho-outubro um momento constituinte. Num primeiro nível, pelo

decreto de redução das tarifas de transportes (no caso do Rio Grande do Sul, o governo Tarso³ teve a coragem de promulgar o Passe Livre para os estudantes) e uma série de outros decretos da plebe. No Rio de Janeiro, tratou-se, sobretudo, do entorno do Maracanã e do recuo parcial do Prefeito (embora falso) nas políticas de remoções de favelas. No segundo nível, as ocupações de “parlamentos”, além de traduzir-se em decretos do tipo daqueles do primeiro nível (“recuos” pontuais dos governos) visaram transformar a crítica da representação no terreno concreto de um aprofundamento democrático, de invenção de novas instituições.

Recorrendo mais uma vez ao Rio de Janeiro, as sucessivas ocupações da Câmara dos Vereadores (e da praia do Leblon, em baixo da residência do Governador, sem contar o sem número de manifestações na frente do Palácio Guanabara, na frente da Alerj ou a breve ocupação na frente da residência do Prefeito Municipal) mostraram que o movimento de junho não era efêmero, mas capaz de abraçar as lutas mais difíceis como aquela contra a máfia dos ônibus (cobrando uma CPI transparente e democrática). Sendo que a luta contra a máfia dos ônibus não é apenas uma luta pela reforma urgente da gestão do sistema de transportes, mas também pela democracia: todo mundo sabe que esses “lobbies” se constituem nos maiores entraves ao sistema democrático, inclusive aquele representativo!

A ocupação da Câmara do Rio mostrou toda sua potência de novo terreno de luta democrática quando passou a ser usada e renovada pelos professores da rede municipal. Não é por acaso que foi duramente reprimida: o poder não pode com certeza tolerar que a democracia real se instale. Seria um exemplo insuportável.

3 Tarso Genro (1947): advogado, jornalista e político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi duas vezes prefeito de Porto Alegre e ministro da Educação, das Relações Institucionais e da Justiça durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 03 de outubro de 2010, foi eleito governador do Rio Grande do Sul no primeiro turno, com mais de 54% dos votos válidos. (Nota da IHU On-Line)

2 Nota do Entrevistado: Sininho é o apelido de uma das manifestantes ameaçadas pelas milícias durante a Ocupação da Câmara dos Vereadores, que foi presa no incrível “arrastão” policial de 15 de outubro e passou alguns dias numa prisão de segurança máxima.

Enfim, com o outono virando primavera, a persistência do movimento nos mostra as dimensões produtivas e, nesse sentido, constitutivas do horizonte democrático que ele define. As mobilizações praticamente diárias, que se sucederam em julho, agosto e setembro até se massificarem novamente nos dias 7 e 15 de outubro, são o terreno de uma multiplicidade de iniciativas: advogados da OAB, grupos de advogados ativistas, grupos de primeiros socorros, coletivo projeção, autoformação nas ocupações, músicos e bandinhas, uma multidão de mídias produzindo desde inúmeros *streamings* e documentários passando por todos os tipos de registros fotográficos. A democracia que o movimento desenha é constitutiva e é mesmo produtiva. O fato de um processo de subjetivação que mostra toda a potência das redes e das ruas.

IHU On-Line - A ausência de um projeto político unificador das pautas dos manifestantes levou à dispersão e à imobilidade? Foi isso o que ocorreu após a redução do preço das passagens, principal pauta das manifestações de junho em várias cidades brasileiras?

Giuseppe Cocco - Parece que foi exatamente o contrário o que aconteceu: não houve dispersão, mas difusão e multiplicação de manifestações, reivindicações, assembleias e reuniões. Pelo menos no caso do Rio, não houve sequer um dia de “imobilidade”, mas uma mobilização diária, modulada em escalas diferentes. A multidão passou a fazer-se pela multiplicação difusa de iniciativas de lutas novas e antigas. O movimento de junho teve a capacidade de colocar pautas que eram tão urgentes como inalcançáveis até então, como na questão dos transportes urbanos. Claro, os esforços dos jovens do Movimento pelo Passe Livre (MPL) estão na base disso, mas é a primeira vez que a luta sobre o preço das passagens e a qualidade dos transportes se consolida nas ocupações de Câmaras e Assembleias Legislativas para que todo o sistema de gestão seja objeto de democratização.

O movimento de junho foi se metamorfoseando numa constelação de movimentos e iniciativas, conectando entre elas as lutas mais diversas:

desde aquelas dos favelados contra as remoções ou a violência policial, até aquelas dos usuários massacrados nos transportes todos os dias, passando pelos movimentos de categorias como a dos bancários, dos petroleiros e, sobretudo, dos professores. Os professores do Rio de Janeiro encontraram no levante de junho e, principalmente, em sua persistência a inspiração para lutar. Os professores experimentaram, nas misturas com o Ocupa Câmara e os jovens da tática Black Bloc, novas formas de luta e organização, de tipo metropolitano: a forma sindical (o SEPE) saiu extremamente enfraquecida (e até objeto de críticas violentas) ao passo que, em sua última fase, o movimento foi experimentando formas embrionárias de organização territorial, algo como novas Câmaras do Trabalho Metropolitano que chegaram a viver nas conexões entre as diferentes acampadas. Não dá para saber com quanto fôlego, mas as acampadas do Leblon e da Câmara foram retomadas nesses dias.

A greve dos professores municipais não foi mais a tradicional greve absentista⁴ do setor público, mas uma luta sensacional de ocupação e resistência, inclusive diante da repressão policial. É isso que levou, no dia 1º de outubro, a uma batalha campal de horas e horas no centro do Rio de Janeiro (sendo a repressão policial a única argumentação usada pelo governo PMDB-PT para “negociar” com os grevistas) e, no dia 7 de outubro, à volta da multidão na Avenida Rio Branco. Mais de 100 mil pessoas marcharam, numa repetição de junho que agora não tinha mais nenhum tipo de ambiguidade. Uma grande manifestação de esquerda, atravessada e enriquecida pelas diferenças e por milhares de jovens que aderiram — talvez pela primeira vez — à tática Black Bloc. No dia 15 de outubro, novamente dezenas de milhares de pessoas ocuparam a Rio Branco. A multidão está na rua e persiste em seu fazer-se. Não uma massa homogênea e manipulada (aquela que a mídia neoescravagista gostaria de ver na rua) e sequer a identidade categorial e cor-

⁴ **Absenteísmo:** termo usado para designar a ausência do colaborador no ambiente de trabalho. (Nota da IHU On-Line)

porativa que os sindicatos (pelegos ou supostamente “radicais”) conseguem colocar, mas uma multiplicidade de singularidades, sem lideranças e por isso mais potentes. É a multidão que está na frente, praticando e inovando nas formas de luta e voltando a dar credibilidade à política, em particular junto aos jovens.

Projetos dos partidos

Lembremos que, em junho, os partidos tradicionais (de governo e de oposição) criticavam o movimento por não ter organicidade, lideranças e “projeto”. Caberia perguntar: quais são, hoje, a organicidade e os projetos dos partidos? Por um lado, é difícil defender que os diferentes partidos de governo tenham alguma organicidade. Eles parecem funcionar como coalizões espúrias de estratégias personalistas, grupos de interesse econômico que formam bancadas bem pouco “republicanas” a partir do peso de determinados lobbies (agronegócio, telecomunicações, evangélicos, etc.) que passam por cima das próprias instâncias partidárias. Que projeto tem esses “deputados e senadores”, que não a mera ocupação do aparelho de poder assim como ele é? E, qual seria o projeto dos partidos de esquerda?

Aqueles que fazem oposição se confirmaram como fundamentais, em particular o PSOL do Rio de Janeiro. Contudo, a “esquerda de oposição” sai muito mal desses cinco meses de lutas. Quando ainda tem cidadania no movimento, isso não impede que o movimento os transponha totalmente. Por outro lado, é evidente que a “esquerda de oposição” não representa nenhuma alternativa eleitoral, e eu continuo convencido de que até o movimento mais radical precisa de algum momento eleitoral. Quanto ao PT, qual é seu projeto? Difícil dizer, pois não há nenhum, a não ser “continuar no governo”. É ainda pior se perguntamos: qual projeto a Presidenta Dilma implementou em seu mandato? Em termos de políticas públicas, não houve nenhuma inovação.

A marca da Dilma foi a volta do economicismo, e isso em torno de duas falácias: a primeira foi a aposta na economia material das *commodities*, dos megaeventos, das megaobras e dos *global players* (a grande

indústria multinacional); a segunda — complementar a essa — foi a ideia de que a mudança de modelo econômico viria de cima para baixo, pela decisão-decreto de “baixar a taxa de juros”. Quando Dilma fala que gosta de engenheiros e não de advogados, ela está sendo muito sincera, nos faz entender que ela é mesmo *autoritária*. Não se trata apenas de “jeito”, do gosto pelos engenheiros que fazem os cálculos das barragens ou dos estádios, diante dos “chatos” dos advogados que ajudam os índios e os pobres a desconstruir essas equações para mostrar os impactos ambientais e sociais. Trata-se mesmo de uma maneira de pensar a política como uma *engenharia social*, uma teleologia do progresso a ser implementada, inclusive pela força (a polícia, sem esquecer que se trata da polícia brasileira, que mata oficialmente cinco pessoas por dia), como fizeram Lenin⁵ e Stalin⁶ com a “industrialização forçada”. Só que agora, o ridículo é que o totalitarismo é para permitir a qualquer custo que a Copa da FIFA aconteça nos moldes dos interesses da FIFA. O nacionalismo é sempre assim: em nome

5 **Lênin [Vladimir Ilyitch Lenin]** (1870-1924): originariamente chamado de Vladimir Ilyitch Uliânov. Revolucionário russo, responsável em grande parte pela execução da Revolução Russa de 1917, líder do Partido Comunista e primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética. Influenciou teoricamente os partidos comunistas de todo o mundo. Suas contribuições resultaram na criação de uma corrente teórica denominada leninismo. (Nota da IHU On-Line)

6 **Josef Stalin** (1878-1953): ditador soviético, líder máximo da URSS de 1924 a 1953 e responsável pela condução de uma política nomeada como stalinismo. Chegou a estudar em um colégio religioso de Tbilisi, capital georgiana, para satisfazer os anseios de sua mãe, que queria vê-lo seminarista. Mas logo acabou enveredando pelas atividades revolucionárias contra o regime czarista. Passou anos na prisão e, quando libertado, aliou-se a Vladimir Lenin e outros camaradas, que planejavam a Revolução Russa. Stalin chegou ao posto de Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1922 e 1953 e, por conseguinte, o chefe de Estado da URSS durante cerca de um quarto de século. Sobre Stalin, confira, ainda, a entrevista concedida pelo historiador brasileiro Ângelo Segrillo à edição 265 da IHU On-Line, *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, analisando a obra *Prezado Sr. Stalin* (Rio de Janeiro: Zahar, 2008), de autoria de Susan Butler. (Nota da IHU On-Line)

“Ou seja, o ministro da Justiça se transforma em ministro de Polícia e o Estado faz cair sua máscara para aparecer explicitamente o que é: um Estado de Polícia”

do interesse nacional, abrem-se avenidas para o neocolonialismo interno e, pois, externo.

Logo que foi eleita, Dilma mostrou a que veio: a destruição do Ministério da Cultura foi emblemática, mas também a afirmação de seu estilo autoritário, com a demissão de Pedro Abramovay⁷, justamente por ter anunciado um elemento de projeto (a reforma — urgente e necessária — da política de repressão das drogas). Um episódio que mostra o caráter arrogante e autoritário da Presidenta e a submissão dócil de seus ministros — a começar pelo que deveria ter defendido o Pedro Abramovay, o Ministro da Justiça —, que praticamente não tomaram nenhuma iniciativa nestes três anos. Nada foi produzido pelos ministros. Imaginem o que teria acontecido com Tarso Genro quando tomou a corajosa decisão de conceder refúgio ao Battisti⁸. O fato é que os elemen-

7 **Pedro Vieira Abramovay** (1980): é um advogado brasileiro, formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com mestrado em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília. Foi Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e ocupou a Secretaria Nacional de Justiça do Governo Federal. Foi também diretor de Campanhas no site internacional *Avaz.org*. Atualmente é professor da Fundação Getúlio Vargas - FGV, mas está em licença para aperfeiçoamento no exterior. (Nota da IHU On-Line)

8 **Cesare Battisti** (1954): ex-militante italiano, foi membro dos Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), ativo na

tos originais do governo Dilma foram desastrosos e apagaram o pouco que havia de “esquerda” no pragmatismo “lulista”: no plano das megaempresas, temos a falência de Eike Batista⁹ — que envolve BNDES, CEF e FGTS — e as dificuldades pesadas da Petrobras que levaram ao Leilão de Libra (e levarão ao aumento do preço da gasolina porque a produção dos poços tradicionais caiu); os megaeventos se mostraram como impopulares justamente em junho, durante a Copa das Confederações — como se faz para gastar bilhões em embelezamento (no Porto Maravilha) quando milhões de pessoas ao lado convivem com rios de esgoto a céu aberto? Só mesmo por meio do conluio com a tradicional política de terror, essa sim *mascarada* por trás da clivagem de raça e classe, que mantém a senzala em “seu lugar”.

No plano da nova política econômica (a manutenção dos subsídios à grande indústria e a tentativa de baixar os juros), esta acabou reforçando as tendências inflacionistas que já estavam presentes. O levante de junho foi, inicialmente, a afirmação de que só uma mobilização democrática é capaz de romper a ciranda mortífera que liga as duas inflações: a dos juros e aquela dos preços! Tornando-se primavera, o outono é também a base para reafirmação da própria noção de projeto. O “projeto” que interessa é aquele que não é unitário, mas múltiplo, aquele que é aberto a

Itália durante os anos de chumbo, na década de 1970. Em 1987, foi condenado pela justiça italiana à prisão perpétua por terrorismo. Fugiu para a França, onde viveu até 2004, quando um pedido de extradição foi emitido. Partiu então para o Brasil, onde em 2009 o Supremo Tribunal Federal autorizou sua nova extradição. No entanto, como a decisão final parte da Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva decidiu não conceder a extradição do ex-militante.

9 **Eike Fuhrken Batista** (1956): empresário brasileiro com atuação em diversos setores, em especial petróleo, logística, energia, mineração, indústria naval e carvão mineral. É presidente do Grupo EBX, formado por seis companhias listadas no Novo Mercado da Bovespa, segmento com os mais elevados padrões de governança corporativa. Segundo a *Forbes*, Eike Batista foi o homem mais rico da América do Sul, possuindo, em 2012, uma fortuna avaliada de 30 bilhões de reais. Atualmente suas empresas estão em processo de falência, e sua fortuna passou para cerca de 70 milhões de reais. (Nota da IHU On-Line).

outro processo de produção de subjetivação, aquele que não se separa do processo de sua constituição: o único jeito de a “política” voltar a ser ética (e crível para os jovens) é de manter a fonte e o resultado juntos num processo continuamente aberto. O único projeto que interessa é justamente aquele que não é projeto, ou seja, onde não há nenhuma teleologia totalitária, mas o máximo de constituição democrática.

IHU On-Line - Que relação pode ser feita entre aquelas primeiras manifestações e as mais recentes, que passaram a ser identificadas pelos atos de violência? Trata-se da continuação de um mesmo fenômeno ou são situações isoladas uma da outra?

Giuseppe Cocco - Não há diferença entre as primeiras manifestações e aquelas que persistiram ao longo desses meses: por exemplo, as primeiras manifestações no Rio de Janeiro, no início de junho, tinham muita pouca gente e já eram caracterizadas pela determinação de uma nova geração de jovens em resistir aos ataques da polícia e dar às manifestações algum nível de efetividade. Contrariamente ao que a mídia e os intelectuais ligados ao governo afirmam hoje, foi essa característica marcante das manifestações que as massificou. Ao passo que os governos achavam que o “rodo” policial teria afugentado os manifestantes, em particular aqueles politizados de classe média que — segundo seus cálculos obsoletos — deviam constituir o núcleo duro das mobilizações. Não apenas isso não afugentou, mas massificou e, dentro da massificação, foi se construindo a capacidade de resistir e até de praticar ações diretas de tipo simbólico. Desde o início o poder da mídia e a mídia do poder tentaram impor a separação entre os manifestantes “ordeiros” e os “vândalos” e não funcionou. Não funcionou porque, apesar das mistificações seguidas da mídia, as práticas da autodefesa e das ações diretas respeitaram limites políticos precisos que não permitiram que a elas se colasse o discurso da violência e do medo. A maioria da população, sobretudo da população jovem e pobre, passou a enxergar nessas práticas uma bre-

cha de luta efetiva. Trata-se, pois, de uma continuidade e de um amadurecimento, como vimos na volta da multidão para a Avenida Rio Branco nos dias 7 e 15 de outubro. Contudo, podemos e precisamos sistematizar a questão da violência em três momentos de reflexão: a violência já existe e a novidade foi a brecha democrática; a questão da tática Black Bloc; e a repressão.

A violência

A mídia e o poder sempre tentam dizer que a violência vem do protesto, ou seja, da manifestação democrática. Trata-se de uma operação sistemática de mistificação que assistimos em suas formas explícita e assassina nos últimos eventos de São Paulo — ao passo que alguns jovens estão em prisão preventiva com a gravíssima acusação de “tentativa de homicídio” de um policial (que não sofreu nenhum ferimento grave), os policiais que assassinaram friamente dois adolescentes (em momentos diferentes e logo depois) são indiciados por “homicídio culposo”. Pior, jornais como *O Globo* (que tem uma longa e mortífera história de apologia do arbítrio policial) chegaram a fazer manchetes que invertiam propositalmente o sentido dos fatos: “Protesto contra morte de jovem termina em violência”. Ou seja, a justa indignação popular *contra* a violência assassina do Estado sofre uma inversão grosseira, até ofensiva à inteligência do leitor. O que o movimento fez e faz não é praticar a violência, mas tornar explícita e visível a violência do poder e seus sistemas de (in)justiça, como do caso Amarildo, o pedreiro torturado, assassinado e feito desaparecer na sede da UPP da PM da Rocinha do Rio de Janeiro. A mesma coisa aconteceu com os mais de 10 moradores assassinados na favela da Maré em junho, durante o movimento, pela “Tropa de Elite” da PM do Rio e em relação à qual sequer existe um procedimento disciplinar. O movimento mostrou que os moradores da senzala não têm cidadania nem direito de lutar. A chacina da Maré¹⁰ foi um

¹⁰ **Chacina da Maré:** conflito entre traficantes e policiais do Bope na Favela da Maré. O confronto, que começou após uma policial ser baleado, deixou 10 mor-

recado claro, genuinamente neoes-cravagista, aos pobres: vocês não têm direito de lutar e se lutarem serão mortos. Essa é a democracia que vivemos: não nos grotões do Brasil remoto, mas na metrópole olímpica, o Rio de Janeiro. E isso num governo estadual do PT e do PMDB.

A tática Black Bloc

Porém, milhares de jovens pobres descobriram, em junho, que havia uma brecha para lutar. O Brasil dos megaeventos, das Copas e das Olimpíadas não pode repetir nas ruas e praças o que faz nas favelas, periferias e subúrbios todo santo dia. Não é por acaso que isso aconteceu durante a Copa das Confederações. A luta foi contra, mas dentro: dentro e contra. Essa brecha é claramente democrática, pois por meio dela os jovens pobres (mesmo que na maioria sejam os mais dinâmicos — prou-nistas, reunistas, etc.) encontraram a possibilidade de lutar, fugindo ao duplo mecanismo racista e assassino que normalmente é usado para controlá-los: o arbítrio da polícia e aquele do narcotráfico, sendo que às vezes ele toma o nome de “milícia”. Ao mesmo tempo, os jovens que encontraram essa brecha não acreditam na representação e querem muito mais e melhor. Não querem nenhuma bandeira que não seja aquela que eles mesmos afirmam e produzem em sua luta. Além disso, me parece, esses jovens, e mais em geral os jovens que decidiram entrar para a política em junho, pensam que o único modo de fazê-lo é conseguir certo nível de efetividade, ou seja, ficando nas ruas nas maneiras mais autônomas e determinadas possíveis. Deve haver outras explicações que eu desconheço, mas olhando para o Rio de Janeiro, onde a tática Black Bloc se apresentou explicitamente (se eu não estiver errado) apenas no dia 30 de junho, nas manifestações de protesto durante a final da Copa das Confederações, creio que as bandeiras negras do anarquismo foram aquelas que a grande maioria desses jovens elegeu como sendo internas a uma luta que

tos. O Bope foi ao local para conter manifestantes na Avenida Brasil. (Nota da IHU On-Line).

é, antes de tudo, uma luta contra a representação e afirma a necessidade de formas de organização radicalmente horizontais, sem liderança.

Eu nunca fui anarquista e não acredito no “anarquismo” porque penso que a luta é pela invenção de novas instituições. Mas não adianta querer que a “realidade” se encaixe nas nossas ideias. É preciso que as ideias se adéquem à realidade. A referência (global) à tática Black Bloc parece ter respondido ou correspondido a algumas inflexões totalmente brasileiras e cariocas. A primeira é a necessidade desses jovens oriundos das periferias e dos subúrbios de se mascarar para poder lutar (há como que uma inversão: não usam máscaras por serem Black Blocs, mas se chamam de Black Bloc para poderem usar as máscaras e chegar mascarados nas manifestações do mesmo modo que as bandeiras pretas da anarquia lhe parecem as únicas — mas não exclusivas — que afirmam a horizontalidade radical de sua luta). A explicitação da tática Black Bloc é também — e paradoxalmente diante do processo de criminalização do qual são objeto — a definição de uma ética da resistência e da ação direta, ou seja, de “limites” dentro dos quais manter essas duas práticas que o movimento de junho e seus desdobramentos, ao longo dos meses de julho, agosto, setembro e outubro, colocaram em pauta. A tática Black Bloc foi um sucesso midiático inesperado. São eles que chamam a atenção de todos os tipos de mídia. De onde vem esse “sucesso”? Da percepção de que nessa tática há uma brecha democrática capaz de colocar na rua a questão da paz e da justiça social: é essa tática que conseguiu dar o nome de Amarildo a todos os pobres sem nome massacrados arbitrariamente pelo Estado: cinco por dia, segundo as estatísticas publicadas pelo *O Globo*.

Contudo, parece que a tática Black Bloc tem uma dimensão estética que também pode funcionar como uma identidade e isso, a meu ver, é um *problema*. Em primeiro lugar porque pode servir para os desenhos da repressão que procura exatamente isolar fenômenos de organização que não existem. Em

segundo lugar porque pode ingenuamente atribuir às dimensões estéticas da ação direta um peso político que na realidade não tem. Por exemplo, a quebra dos caixas eletrônicos se parece com a quebra dos relógios nas velhas revoluções do século XIX. Da mesma maneira que o proletariado industrial não conseguia com isso deter os ritmos do tempo do assalariamento, o proletariado metropolitano não conseguirá deter os fluxos das finanças quebrando os caixas eletrônicos dos bancos (aliás, nisso *os Black Blocs estão sendo muito próximos da Dilma e de sua tentativa fracassada de deter as taxas de juros*). Ficando nessa estética, a luta corre o risco de cair numa armadilha. Enfim, os adeptos da tática Black Bloc podem acabar “presos” nessa dimensão estética, repetindo-a sistematicamente e *ingenuamente*. Em suma, a dimensão estética corre o risco de sobredeterminar aquela política, e penso no mote de Walter Benjamin¹¹ (o filósofo comunista alemão vítima do nazismo): a luta pela politização da arte continua atual.

A repressão

Chegamos assim à questão da repressão: o que está acontecendo — e em nível federal — é escandaloso. A Polícia Federal — a mando da Presidenta e do Ministro de Justiça — divulga na imprensa a existência de listas de “suspeitos” de praticarem atividades totalmente constitucionais: liberdade de opinião e de manifestação, articulações políticas e culturais internacionais. Não dá nem para acreditar.

Em junho, dirigentes do PT e do governo chamaram para o perigo do “golpe”, falaram de coxinhas e também de “fascismo e barbárie” nas manifestações. Tive um vivo debate com meu amigo Tarso Genro, na presença

de Boaventura de Souza Santos¹², em Lisboa (em julho deste ano), durante o qual ele falava de fascismo e da “marcha sobre Roma”. Ora, o fascismo é um fenômeno estatal, nacionalista e identitário: totalmente o contrário dos discursos, das bandeiras e da estética destes garotos. Quem tem ares de fascismo é Vargas¹³, ao qual Emir Sader¹⁴ comparou o Presidente Lula.

12 Boaventura de Souza Santos (1940): doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale, Estados Unidos, e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal. É um dos principais intelectuais da área de ciências sociais, com mérito internacionalmente reconhecido, tendo ganho especial popularidade no Brasil, principalmente depois de ter participado nas três edições do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Confira a entrevista *O Fórum Social Mundial desafiado por novas perspectivas*, concedida por Boaventura ao sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU em 30-01-2010, disponível em <http://bit.ly/BoaventuraIHU>. (Nota da IHU On-Line)

13 Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas] (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Sobre Getúlio Vargas, o IHU promoveu o *Seminário Nacional A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, realizado de 23 a 25 de agosto de 2004. Em paralelo ao evento, foi organizada a exposição *Eu Getúlio, Ele Getúlio, Nós Getúlios*, no Espaço Cultural do IHU. A IHU On-Line dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PUC-RS, apresentou o *IHU Ideias Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos *Cadernos IHU Ideias*, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihuid30>. Ainda a primeira edição dos *Cadernos IHU em formação*, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da IHU On-Line)

14 Emir Sader [Emir Simão Sader] (1943): sociólogo e cientista político brasileiro de orientação marxista. Atualmente é professor doutor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenador do Laboratório de Políticas Públicas e Secretário Executivo do Consejo Latinoameri-

11 Walter Benjamin (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. Sobre Benjamin, confira a entrevista *Walter Benjamin e o império do instante*, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à IHU On-Line nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da IHU On-Line)

Quem é ambíguo é o nacionalismo que circula na esquerda neodesenvolvimentista (inclusive, como vimos no Leilão de Libra, faz como o fascismo: retórica nacionalista e política entre-guista). Fascismo e xenofobia é fazer demagogia nos vistos (bem-vindos) para os médicos cubanos e deixar irregulares os milhares de trabalhadores bolivianos em São Paulo. Enfim, fascistas são as polícias de qualquer estado do Brasil que podem matar e torturar a rodo sem que o senhor Ministro de Justiça constitua força tarefa nenhuma. Fascismo e barbárie são as condições das prisões no Brasil, para onde o próprio Ministro disse que não gostaria de ir.

O fascismo é um fenômeno estatal, organizado e estruturado em torno da radicalização dos valores tradicionais: a nação, a família e até a raça (e o anarquismo diante disso — quer a gente goste ou não dele — é uma contradição nos termos). *O fascismo já está presente e dominante no Brasil e não precisa de nenhum golpe, a não ser aquele que o próprio governo está dando na democracia.* Quem colocou o exército na rua foi o governo federal para proteger o leilão das reservas estratégicas de petróleo. A quebra do Estado de direito aconteceu por obra do Estado do Rio (e surpreendente aprovação do Cardozo) na prisão indiscriminada e em massa de 200 pessoas com o único critério de estarem na escadaria da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, exercendo o direito constitucional de manifestação. Essa operação sim é de “tipo” nazista: prisão indiscriminada, em massa, por retaliação.

Não se trata apenas de dizer que nenhuma força-tarefa foi constituída entre o Ministro da Justiça e os Secretários de Segurança do Rio e de São Paulo para deter os assassinatos sistemáticos de pobres (os “Amaril-do”) pelas PMs de todos os estados. Há uma outra evidência, terrível, que somente Cardozo e Dilma não querem ver: no Rio de Janeiro, ao longo de cinco meses de mobilizações de rua e enfrentamentos, a PM — como o próprio Secretário de Segurança José Mariano Beltrame disse — se

“A quebra dos caixas eletrônicos se parece com a quebra dos relógios nas velhas revoluções do século XIX”

“segurou” e o uso das armas letais foi extremamente limitado (embora preocupante no dia 15 de outubro). O que isso significa? *Que o uso sistemático do ato de resistência para matar, torturar e dar sumiço nos pobres é uma prática que vigora por parte dos governos.* No caso das manifestações, para manter sua imagem externa e evitar também uma revolta generalizada, os governos conseguiram fazer passar o “recado” para sua PM e que não querem fazer passar no que diz respeito à sua atuação na Maré, na Rocinha, nos subúrbios do Rio e nas periferias de São Paulo. *Só mesmo esse Ministro de Polícia para não ver a enorme brecha para a paz que haveria, e abrir mesas de negociação.* Só mesmo a arrogância potencialmente totalitária da Presidente e dos setores majoritários do PT de não fazer autocrítica sobre 10 anos de (não) políticas da juventude. O melhor da juventude brasileira está na rua. O que foi feito nos governos Lula e Dilma? Alguém sabe?

IHU On-Line - Disso decorreria que as manifestações recentes estão permeadas por uma cultura do ressentimento?

Giuseppe Cocco - O único sentimento que eu vi (e vejo) é o que se encontra nas análises desses “acadêmicos” que estão paradoxalmente desarmados teoricamente para entender o que acontece e aconteceu. Descubrem que as categorias que usavam não servem para nada e tentam desqualificar o que acontece e tentam exorcizar os trabalhos teóricos que os anteciparam. O caso mais triste é o da

Marilena Chauí. Numa entrevista na Revista CULT, ela faz uma série de considerações infundadas sobre o pensamento de Foucault¹⁵, Agamben¹⁶ e

15 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido à sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>, edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>, e edição 364, de 06-06-2011, intitulada ‘*História da loucura*’ e o *discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à IHU On-Line 325, sob o título *Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico*, disponível em <http://bit.ly/ihuon325>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o *XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana*. Confira a edição 343 da IHU On-Line que traz o mesmo título que o evento, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e a edição 344, intitulada *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento *Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault*, que também foi tema da edição número 13 dos *Cadernos IHU em formação*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuem13> sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da IHU On-Line)

16 Giorgio Agamben (1942): filósofo italiano. É professor da Facoltà di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do Collège International de Philosophie de Paris. Formado em Direi-

cano de Ciências Sociais. (Nota da IHU On-Line)

Negri¹⁷ e começa declarando “ter levado um susto quando descobriu que os meninos do MPL tinha usado as redes para chamar pelas mobilizações”. Como se as redes fossem uma opção e não a nova base material do traba-

to, foi professor da Università di Macerata, Università di Verona e da New York University, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo norte-americano. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); Estado de exceção (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabricio Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. Além disso, de 16 de abril a 23 de outubro de 2013, o IHU organizou o ciclo de estudos *O pensamento de Giorgio Agamben: técnicas biopolíticas de governo, soberania e exceção*, cujas atividades integraram o I e o II seminários preparatórios ao XIV Simpósio Internacional IHU - *Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades*. (Nota da IHU On-Line)

17 Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt - sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da IHU On-Line, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior e foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU em abril de 2003, no mesmo ano em que Negri esteve na América do Sul em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, vive entre Paris e Veneza e escreve para revistas e jornais de todo o mundo. (Nota da IHU On-Line)

lho e das lutas, a condição ontológica dentro da qual vivemos. Esse descolamento entre o pensamento e a análise material (ou seja, o fato de que quando ela fala de “classes” mobilize uma mistura estranha de sociologia marxista ortodoxa com moralismo psicológico que pouco tem a ver com a teoria spinozista dos afetos) explica talvez o fato de que ela não tenha se tocado quando criminalizou os jovens que estão na rua, logo para a máquina mortífera que é a PM do Rio (em agosto).

IHU On-Line - Como este quadro se relaciona com o conceito de multidão, de Antonio Negri?

Giuseppe Cocco - Totalmente. Os conceitos de trabalho imaterial e de multidão se mostram totalmente adequados diante do que está acontecendo e confirmam a dimensão pioneira dessas teorizações. O que temos nas ruas, sociologicamente, é o trabalho imaterial metropolitano que luta sobre a mobilidade e a democracia ao mesmo tempo. E essas lutas “fazem” multidão, constituem uma multidão de singularidades que cooperam entre si, se mantendo tais. A “multidão” não é positiva em si (como diz de maneira infundada a historiadora da filosofia falando de Negri), mas é afirmação, constituição. Fora disso, o que observamos é a fragmentação social, a perda de direitos. O movimento de junho nos mostra que não precisamos voltar às grandes massas fabris para lutar. Pelo contrário, “nunca antes na história deste país” houve um movimento tão forte e tão autônomo, muito mais do que o novo sindicalismo do qual veio Lula.

Do mesmo jeito, quando publicamos, em 2005, *GlobAL: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada* (Rio de Janeiro: Record, 2005), dizíamos que os novos governos eram interessantes na medida que seriam atravessados pelos processos de subjetivação — quer dizer, pelas lutas — capazes de construir uma alternativa ao neoliberalismo e ao neodesenvolvimentismo. Dessa maneira, Negri e eu antecipamos, por um lado, que as brechas do governo Lula teriam produzido essa nova subjetividade e que esta não teria se reduzido ao lulismo. Por incrível que pareça, o regime dis-

cursivo hegemônico no PT foi aquele de comparar Lula a Vargas e, de maneira totalmente bipolar, de reduzir a mobilização social à mobilidade estatística (a emergência de uma Nova Classe Média). Pelo visto, quem é chamado a preencher esse vazio da teoria e da política hegemônica no PT e no governo é a Polícia Federal.

Leia mais...

- *Mobilização reflete nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles*. Entrevista especial com Giuseppe Cocco, publicada nos **Cadernos IHU Ideias** nº 191 sob o título *#VEMpraRUA – Outono brasileiro? Leituras*, disponível em <http://bit.ly/ihuid002>.
- *“Já saímos da sociedade salarial”*. Entrevista com Giuseppe Cocco publicada na edição 216 da **IHU On-Line**, em 23-04-2007, disponível em <http://bit.ly/Cocco230407>.
- *Uma crise sistêmica do capitalismo flexível, globalizado e financeirizado*. Artigo de Giuseppe Cocco publicado na edição 291 da **IHU On-Line**, em 04-05-2009, disponível em <http://bit.ly/Cocco040509>.
- *O Império e a Multidão no contexto da crise atual*. Entrevista com Giuseppe Cocco publicada na edição 293 da **IHU On-Line**, em 18-05-2009, disponível em <http://bit.ly/Cocco180509>.
- *Horizontes da crise: nova globalização e trabalho sem emprego*. Artigo de Giuseppe Cocco publicado na edição 301 da **IHU On-Line**, em 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/Cocco200709>.
- *O devir-Brasil do mundo e o biopoder*. Entrevista com Giuseppe Cocco publicada na edição 343 da **IHU On-Line**, em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/Cocco130910>.
- *Commonwealth e o horizonte de uma alternativa pós-capitalista*. Entrevista com Giuseppe Cocco publicada na edição 344 da **IHU On-Line**, em 21-09-2010, disponível em <http://bit.ly/Cocco210910>.

Só os modelos de democracia direta podem assegurar a participação política

Para Bruno Lima Rocha, a democracia representativa, ao contrário, “gera o pacto pela tal da governabilidade e necessita do estancamento das mobilizações populares”

POR LUCIANO GALLAS

“**P**recisamos de modelos democráticos nos quais o tempo social seja compartilhado também com a participação política, além do lazer (ócio criativo), do descanso e do processo produtivo. Isso só se assegura com a democracia de tipo direto, participativo, deliberando em coletivo e formando politicamente uma ampla parcela da população. A democracia representativa está superada porque a figura do tribuno como alguém acima, e não a serviço de quem o elegeu, é algo próximo do absurdo. Hoje precisamos de uma cultura política que desconstrua lideranças carismáticas e devote ao coletivo e ao indivíduo associado, organizado em grupos de interesse ou de ideias, o protagonismo da política.” A análise é do professor Bruno Lima Rocha, que concedeu entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

De acordo com ele, vivemos hoje uma crise de representação, marcada pela ausência de instrumentos de democracia direta e por uma prática política voltada à governabilidade — portanto, caracterizada pelo barramento das mobilizações sociais. “É preocupante imaginar que as únicas esquer-

das válidas para o Estado brasileiro venham a ser as agrupações eleitorais de todo tipo, as que reforçam o modelo de intermediação, o partido de tipo burguês, ou quando muito uma vanguarda autoconvocada que insiste na ‘tática’ eleitoral. O conceito dos *Black Blocs* é — por sua natureza — pulverizado, e os governos de turno estão reprimindo uma nova cultura política, apenas isso. Temos de pensar na violência sistemática da repressão de uma polícia militarizada e que encara a população como sendo um alvo e suspeito permanente. No Brasil, a segurança é patrimonial e voltada contra a pobreza. A revolta das ruas é decorrente desta percepção, e não o contrário”, destaca.

Bruno Lima Rocha é cientista político, com mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e jornalista graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. É professor de Relações Internacionais na ESPM-Sul e de Comunicação Social – Jornalismo na Unisinos. Autor de pelo menos sete livros, edita também o portal www.estrategiaeanalise.com.br.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual foi a contribuição dos protestos pela redução do preço das passagens ocorridos no início de 2013 em Porto Alegre para as manifestações que eclodiram pelo país entre junho?

Bruno Lima Rocha - Total. Se não houvesse os protestos, aliás, organizados todos os anos a partir do

verão de 2005, as passagens urbanas em Porto Alegre não teriam sofrido a redução. Assim, podemos analisar uma situação clássica. O protesto social levou a um impasse político, considerando que a Justiça se viu obrigada a intervir, “emparedando” o prefeito José Fortunatti (PDT). Repito, se não fosse a mobilização

convocada pelo Bloco de Lutas¹ e o empenho das forças político-sociais

¹ **Bloco de Luta:** o *Bloco de Luta por um Transporte Público* é composto por diversas organizações unidas pela luta contra o aumento da passagem e por um transporte coletivo público e popular de qualidade em Porto Alegre/RS. (Nota da IHU On-Line)

que o compõem, nada haveria acontecido. Lembro-me de haver escutado nas maiores emissoras de rádio do estado declarações tanto do prefeito como do vice (Sebastião Melo, PMDB) afirmando que o aumento era inexorável. Ou seja, o Poder Executivo da capital não retrocederia mesmo tendo a maior parte dos votos no conselho que executa ou refuta os aumentos. Uma vez que houve esta vitória pontual, como se diz na política, “abriu a porteira”, criou-se um precedente, levando o exemplo para São Paulo e Rio. Uma vez que o início dos protestos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL-SP)² sofreu uma brutal repressão da Polícia Militar na Avenida Paulista – sendo que o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) comanda a PM e a causa tinha como alvo o aumento aprovado pelo [prefeito paulistano e] ex-ministro da Educação Fernando Haddad (PT) –, percebeu-se a unidade política para conter as forças sociais e políticas (à esquerda da tal da governabilidade). O resultado, com o advento dos atos no Rio – sendo que tanto o governo fluminense como o carioca também são alvos de investigação e escândalos de grande envergadura –, foi a nacionalização das manifestações e sua decorrente radicalização.

IHU On-Line - A partir desta pressão popular e de um pedido de liminar protocolado pelo PSOL, o juiz Hilbert Maximiliano Obara, da 5ª Vara Judicial da Fazenda Pública, suspendeu em abril o reajuste das tarifas alegando “fortes indícios” de aumento abusivo. A decisão do magistrado tem mérito individual ou é um indicativo de que a voz das ruas está pressionando o imobilismo estatal?

Bruno Lima Rocha - Mérito coletivo. Eu sempre afirmei que considerava “menos utópico” querer estabelecer outra forma de vida em

² Movimento Passe Livre (MPL): movimento social brasileiro que defende a adoção da tarifa zero para transportes coletivos. Fundado em 2005 durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS, o MPL ganhou repercussão nacional a partir da organização de vários protestos em junho de 2013. (Nota da IHU On-Line)

sociedade, querer uma revolução social ou transformação radical e profunda, do que reformar o sistema capitalista com idealismo de tipo liberal radical ou jacobino³. É certo que o juiz procedeu de forma correta, mas sem a pressão popular e a falta da legitimidade do aumento — reforçada com as suspeitas sobre a nota técnica do ano anterior — e a recusa das concessionárias em abrirem suas planilhas, deram-se as condições técnicas para a execução de algo que já havia sido ganho na rua. Uma ação de estilo jacobino — aliás, corretíssima — como a das operações federais a respeito de supostos crimes contra o Estado e o mercado financeiro, levadas a cabo pelo ex-delegado federal Protógenes Queiroz⁴ (hoje depu-

³ Jacobino: originário da revolução francesa, o termo jacobinismo, também chamado jacobismo, teve uma significação diferenciada e evolutiva ao longo dos tempos. Originalmente, um jacobino era um membro do Clube Jacobino, clube maçônico francês com representação nos Três Estados e, depois, na Assembleia Nacional Francesa. No início, nos finais do século XVIII na França, a expressão era geralmente aplicada de forma pejorativa a qualquer corrente de pensamento que, para quem aplicava o termo, fosse defensora de opiniões revolucionárias extremistas. Os primeiros jacobinos, setecentistas, eram pequeno-burgueses ainda muito ligados às suas origens rurais e pobres, com pensamentos políticos e sociais radicais (queriam o extermínio dos nobres). Receberam a denominação de jacobinos porque reuniam-se no Convento de São Tiago, dos dominicanos (o nome Tiago corresponde ao latim Jacobus). Seus membros defendiam mudanças mais radicais que os girondinos: eram contrários à Monarquia e queriam implantar uma República. Esse grupo era apoiado por um dos setores mais populares da França - os sans-cullotes - e, juntos, lutaram por outras mudanças sociais depois da revolução. Sentavam-se à esquerda no salão de reuniões. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Protógenes Queiroz (1959): delegado licenciado da Polícia Federal do Brasil. É conhecido por diversas investigações de grande impacto, como a evasão de divisas e lavagem de dinheiro envolvendo Corinthians/MSI, as fraudes da arbitragem no campeonato brasileiro de 2005, as remessas ilegais para paraísos fiscais por Paulo Maluf e por comandar a Operação Satiagraha, de 2008, que investigou desvios de verbas públicas, corrupção e lavagem de dinheiro e resultou na prisão de banqueiros, diretores e investidores, entre os quais Daniel Dantas, do Banco Opportunity, Celso Pitta, ex-prefeito de São Paulo, e o investidor Naji Nahas. Foi eleito deputado federal por São Paulo em 2010 (pelo PCdoB). (Nota da IHU On-Line).

tado federal pelo PCdoB/SP) e com o aval do juiz Fausto de Sanctis⁵, resultou numa reversão de expectativas e na punição dos operadores policiais e jurídicos. Quando o que está em jogo é o interesse popular, só as ruas decidem, e, por vezes, o Poder Judiciário pode acompanhar ou o Poder Executivo vir a reverter uma decisão já tomada em função do ônus político daí decorrente.

IHU On-Line - As manifestações de junho também foram precedidas pelos protestos durante a Copa Confederações — no jogo de abertura, em Brasília, e nas partidas seguintes do Brasil. Estes protestos pediam menos recursos para os megaeventos e mais recursos para a saúde e a educação. Como eles contribuíram para as manifestações seguintes, organizadas principalmente pelo Movimento Passe Livre?

Bruno Lima Rocha - Esta parte da jornada de protestos é muito interessante. Os Comitês Populares da Copa⁶ iniciaram ainda em 2010 e eram coordenações de entidades de base e ativistas remando contra a maré do ufanismo advindo da escolha do país como sede do evento da FIFA em 2014 e do COI [Comitê Olímpico Internacional] em 2016. Mas, a partir do mau exemplo e das más consequências da Copa do Mundo da África do Sul para a população mais pobre do país — estive lá em um congresso em julho de 2012 e constatei os efeitos, além de ter contato com vasta literatura a este respeito —, somado ao aumento da navegação por internet, fazendo com que as minorias organizadas tivessem uma base de recepção, opinando a respeito do tema para além da “futebolização”

⁵ Fausto Martin De Sanctis (1964): como juiz federal, foi responsável pela expedição dos mandatos de prisão da Operação Satiagraha, da Polícia Federal. Atualmente, atua como desembargador federal no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. (Nota da IHU On-Line).

⁶ Confira a Edição 422 da Revista IHU On-Line, de 10-06-2013, *Copa do Mundo. Para quem e para quê?* em que uma série de integrantes dos Comitês Populares da Copa abordam como está a situação das cidades sede em todas as regiões do país. (Nota da IHU On-Line)

cotidiana, vimos algo inimaginável no país. Nunca se imaginou um movimento de multidões protestando contra a realização de um evento esportivo no Brasil, menos ainda um evento teste para a Copa do Mundo. Isto representa um câmbio na cultura política do país, encerrando a estampa de que vivemos de “pão e circo” ou então do “futebol como ópio do povo”. É interessante observar que tais manifestações não eram contra o esporte como cultura de massas, mas julgavam — e seguem julgando — inapropriadas as exigências da FIFA e os gastos decorrentes. Os protestos e a questão da Copa no Brasil foram reforçados pelo evento do Pan-americano do Rio, em 2007, quando o orçamento estourou, as obras não foram bem feitas (vide a cobertura do estádio do Engenhão) e houve uma explosão de violência policial na cidade do Rio e em sua área metropolitana (conhecida como *Rio Body Count*). Ah, não podemos nos esquecer da tentativa de demolição do conjunto arquitetônico do Maracanã (Estádio Célio de Barros, Parque Aquático Júlio Delamarque, Aldeia Maracanã), cuja resistência ganhou visibilidade e expôs relações pouco ou nada ortodoxas entre o Poder Executivo do Rio e os grupos interessados na gerência da obra após sua privatização. Mudou a pauta do país, e isso é uma vitória do movimento popular e mérito dos pioneiros que organizaram os Comitês Populares da Copa.

IHU On-Line - Este conjunto de manifestações tem alguma relação com os protestos realizados em outubro em São Paulo e no Rio de Janeiro, marcados pela violência?

Bruno Lima Rocha - Sim, tem sim. Observe-se que, no Rio, a luta se qualifica com a junção do Sindicato Estadual dos Profissionais em Educação (SEPE) e os manifestantes de junho. O aumento da violência policial eleva a capacidade de resposta da utilização da tática conhecida como “Black Bloc”. Já em São Paulo, os protestos mais populares têm o perfil típico da revolta das periferias ou então dos movimentos em defesa da mo-

radia. Não posso esconder o fato de que, por vezes, são convocados protestos de forma desvinculada da luta popular mais cotidiana (como a dos trabalhadores em educação), mas, se tomarmos o Rio como epicentro da continuidade após julho, a situação lá se assemelha ao narrado no filme *Tropa de Elite 2*.⁷ Há uma percepção de conluio e corrupção endêmica entre o poder político e o agente econômico (como no episódio lamentável do *Papódromo*, conhecido também como *Piscinão de Guaratiba*⁸), e esta ideia atravessa os protestos, assim como a CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] na Câmara de Vereadores [do Rio de Janeiro] a respeito dos concessionários de linhas de ônibus. A violência no Rio explode também em função da desaparecimento forçada do pedreiro Amarildo⁹ e do agendamento desta luta. A

7 Tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro é uma produção cinematográfica de 2010, tem direção de José Padilha, roteiro de José Padilha e Bráulio Mantovani e é estrelado por Wagner Moura. (Nota da IHU On-Line)

8 Campus Fidei (“campo da fé”, chamado também de Papódromo do Rio e de Piscinão de Guaratiba): terreno de 1,3 milhão de metros quadrados localizado no bairro de Guaratiba, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde deveriam ser realizadas a vigília e a missa de encerramento da Jornada Mundial da Juventude de 2013. As atividades foram transferidas para a praia de Copacabana em função do volume de água da chuva acumulada na área — por isso, chamada de “piscinão”. O Ministério Público do Rio de Janeiro apura a existência de um aterro clandestino de restos de construção no local e identifica o empresário Jacob Barata Filho como um dos proprietários do terreno — seu pai, Jacob Barata, é conhecido como o “rei dos ônibus” no Rio de Janeiro, por ser proprietário da maior parte das linhas de ônibus do município. Em razão de ser destinado à preservação ambiental, o terreno não poderia ser aterrado, visto que integra uma área de manguezal. Um inquérito policial foi instaurado na Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente para investigar as responsabilidades sobre o aterro clandestino e sobre a licença concedida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), em 2010, para que a empresa Vila Mar, proprietária do terreno, construísse ali um empreendimento habitacional. (Nota da IHU On-Line)

9 Amarildo de Souza: foi um ajudante de pedreiro que desapareceu desde o dia 14 de julho. Investigações do Ministério Público, que contam com depoimentos, inclusive de policiais militares, indicam que ele foi torturado e assassinado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. O sítio do Instituto Humanitas Unisinos publicou

palavra de ordem “a polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela” unifica setores importantes e gera uma identidade comum.

IHU On-Line - Dentro desta perspectiva, é possível apontar para onde a democracia representativa irá nos levar?

Bruno Lima Rocha - Para onde já estamos. Uma crise de representação, a ausência de mecanismos de tipo democracia direta — por isso a tragédia da ausência dos elementos de democracia eletrônica de forma plebiscitária que constavam no relatório original da reforma política — e o reforço da lógica do descolamento do representante para os supostos representados. Infelizmente, no jogo real, assume-se a máxima que “voto é marketing, o resto é política”. A democracia representativa gera o pacto pela tal da governabilidade e necessidade do estancamento das mobilizações populares.

IHU On-Line - E a violência poderá nos levar para onde?

Bruno Lima Rocha - A violência policial elevou o nível de protesto no Brasil e isso pode implicar uma escalada repressiva e de perseguição política como a que já estamos vivendo em forma inicial aqui no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. É preocupante imaginar que as únicas esquerdas válidas para o Estado brasileiro venham a ser as agrupações eleitorais de todo tipo, as que reforçam o modelo de intermediação, o partido de tipo burguês, ou quando muito uma vanguarda autoconvocada que insiste na “tática” eleitoral. O conceito dos *Black Blocs* é — por sua natureza — pulverizado e os governos de turno estão reprimindo uma nova cultura política, apenas isso. Temos de pensar na violência sistemática da repressão

material sobre o caso, entre eles, *Brasil tem de agir contra violência policial, diz Anistia*, publicado nas Notícias do Dia, de 10-08-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/19btKzK>; *Amarildos, onde estão?*, publicado nas Notícias do Dia, de 27-08-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1aNFxqy>. (Nota da IHU On-Line)

de uma polícia militarizada e que encara a população como sendo um alvo e suspeito permanente. No Brasil, a segurança é patrimonial e voltada contra a pobreza. A revolta das ruas é decorrente desta percepção, e não o contrário.

IHU On-Line - A democracia representativa está superada?

Bruno Lima Rocha - Sim e não. Não está porque é um instrumento considerado válido pela maior parte das forças políticas. E sim porque esta democracia não garante o mando do povo (*demo + cratos*) como nos explicam os radicais gregos do termo. Precisamos de modelos democráticos nos quais o tempo social seja compartilhado também com a participação política, além do lazer (ócio criativo), do descanso e do processo produtivo. Isso só se assegura com a democracia de tipo direto, participativo, deliberando em coletivo e formando politicamente uma ampla parcela da população. A democracia representativa está superada porque a figura do tribuno como alguém acima, e não a serviço de quem o elegeu, é algo próximo do absurdo. Hoje precisamos de uma cultura política que desconstrua lideranças carismáticas e devote ao coletivo e ao indivíduo associado, organizado em grupos de interesse ou de ideias, o protagonismo da política.

IHU On-Line - É possível conceber um modelo de organização política democrática sem a presença de partidos?

Bruno Lima Rocha - Sem partidos de tipo burguês, de tipo intermediário, sim. Sem vanguardas autoeleitadas e autoimbuídas da liderança da classe ou qualquer outra sensação semelhante de “destino histórico”, também. Sem minorias organizadas, ideológica e politicamente organizadas, não. Precisamos de organizações políticas não eleitorais para que a população entenda que a política pode estar a serviço das maiorias, trabalhar para organizar o tecido social e não tomar proveito de suas expressões sociais.

IHU On-Line - Qual é a contribuição do anarquismo para as manifestações de junho e de outubro?

Bruno Lima Rocha - São dois temas distintos. Já afirmei em outras ocasiões que o anarquismo organizado, o anarquismo que se manifesta através da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), é diretamente responsável pela existência mesma das manifestações. Não se trata de hegemonia, mas de influência, de participação direta, de trabalho de base de no mínimo uma década, de haver insistido na rearticulação do tecido social mesmo durante o “co-governo” atual (Lula e Dilma). Esta é a contribuição do anarquismo conhecido como de linha especificista, ou organicista, ou organizado politicamente. Já o emprego da tática conhecida como *Black Bloc* não passa pelas federações ou coletivos filiados na CAB, mas sofre influência da transmissão de símbolos advindos da chamada autonomia europeia, que depois deriva para os protestos antiglobalização (como Seattle 1999¹⁰ e Gênova 2001¹¹) e assume o emprego atual. As denúncias da violência cotidiana são parte constitutiva do pensamento anarquista desde sua estruturação na ala federalista da 1ª Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT, 1864-1871), quando o pensamento político que entende a

10 **Seattle 1999**: em novembro de 1999, foram organizados cinco dias de protestos contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) realizada em Seattle, nos Estados Unidos, levando às ruas 50 mil manifestantes. Os protestos tiveram grande repercussão na mídia, provocaram o cancelamento das cerimônias de abertura e de encerramento da conferência e levaram à suspensão de um discurso do então presidente estadunidense, Bill Clinton, previsto para ser proferido em uma noite de pompa. A conferência terminou sem acordo quanto à definição de uma agenda comum entre os países membros. (Nota da IHU On-Line)

11 **Gênova 2001**: em julho de 2001, pelo menos 200 mil pessoas protestaram contra uma reunião do G8 (grupo formado pelos oito países mais ricos: Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Rússia, Japão) realizada em Gênova, na Itália. Houve forte repressão policial à manifestação, considerada a maior das “contracúpulas” - protestos organizados em paralelo às grandes reuniões oficiais, o que gerou pesados confrontos entre os agentes de segurança do Estado e manifestantes. (Nota da IHU On-Line)

liberdade individual e coletiva como confluentes com a justiça social e a igualdade de direitos se expressa por dentro das lutas operárias e populares da época. Como o anarquismo também é a expressão ideológica do antimilitarismo, este conjunto de ideias fornece os elementos para expressar estas denúncias.

IHU On-Line - Como se manifestam as violências praticadas pelo Estado e pela organização do capital no cotidiano?

Bruno Lima Rocha - Creio que parte desta pergunta eu respondi antes. Mas posso reforçar que o modelo pós-fordista, que nos obriga a trabalhar, estar conectados, estudar em turnos extras e fazer cursos de formação infundáveis, acaba operando como elemento de violência, sujeitando os sentidos, uma versão cibernética do que Foucault¹² conceitua como a su-

12 **Michel Foucault (1926-1984)**: filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>, edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>, e edição 364, de 06-06-2011, intitulada ‘*História da loucura*’ e o discurso racional em debate, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ter-

bordinação dos corpos para o mundo do trabalho — ou para a ação militar. As violências do Estado no cotidiano são visíveis, e por isso mesmo os brasileiros têm uma péssima apreciação das polícias visíveis. Já o mundo do trabalho nos força a pensar de forma individual, nos atomiza, nos fragmenta, gera a “individuação”, fruto da fragmentação social. Eu diria que a violência do modelo pós-fordista é mais constrangedora do que a violência física da repressão policial ou das formações paralelas, como as redes

de narcotráfico ou os para-policiais (a exemplo das milícias no Rio).

IHU On-Line - Gostaria de comentar algum ponto adicional?

Bruno Lima Rocha - Entendo que o debate a respeito da soberania popular e do destino coletivo está seriamente ameaçado pela crescente criminalização dos protestos sociais no Brasil. É preciso atenção sobre o tema e um posicionamento político. 2014 não será um ano tranquilo para o país, em todos os sentidos.

- “É fundamental rever o conceito de comunicação”. Entrevista com Bruno Lima Rocha publicada na Edição 309 da **IHU On-Line**, de 16-11-2013, disponível em <http://bit.ly/BLR315>.
- *A noção de antagonismo esteve ausente na campanha política gaúcha.* Entrevista especial com Bruno Lima Rocha publicada nas Notícias do Dia do sítio do **IHU** em 01-11-12, disponível em <http://bit.ly/BLR011112>.
- “Não é mais possível admitir que uma luta popular tenha como meta a eleição de algum representante”. Entrevista especial com Bruno Lima Rocha publicada na Edição 191 do **Cadernos IHU Ideias**, intitulada *#VEMpraRUA Outono brasileiro? Leituras*, disponível em <http://bit.ly/ihuid002>.
- *O pulso ainda pulsa.* Reportagem especial sobre as manifestações em Porto Alegre, publicadas na edição 424 da **IHU On-Line**, de 24-06-2013, disponível em <http://bit.ly/ihu240613>.

Leia mais...

- **IHU Repórter - Bruno Lima Rocha.** Perfil publicado na edição 301 da **IHU On-Line**, de 05-09-2009, disponível em <http://bit.ly/ReporterBLR>.
- *A mídia como fator decisivo nas eleições 2010.* Entrevista especial com Bruno Lima Rocha publicada nas **Notícias do Dia** do sítio do **IHU** em 08-10-2010, disponível em <http://bit.ly/BLR081010>.

nes, concedida à **IHU On-Line** 325, sob o título *Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico*, disponível em <http://bit.ly/ihuon325>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o **XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana**. Confira a edição 343 da **IHU On-Line** que traz o mesmo título que o evento, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e a edição 344, intitulada *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Além disso, o **IHU** organizou, durante o ano de 2004, o evento *Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault*, que também foi tema da edição número 13 dos **Cadernos IHU em Formação**, disponível para download em <http://bit.ly/ihuem13> sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da **IHU On-Line**)

Acompanhe o IHU no Blog

The screenshot shows a blog post from the website 'www.unisinos.br'. The header includes the logo of 'INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS'. The main title of the post is '@segundasemcarne por tudo e todos'. Below the title, there is a sub-header 'EM SEABRIL 2013' and a 'COMENTAR' button. The text of the post discusses the 'Meatless Monday' movement, stating it originated in the United States and aims to reduce meat consumption to combat global warming. A central graphic features four cartoon animal faces (cow, pig, chicken, and sheep) with the text 'SEGUNDA SEM CARNE descubra novos sabores' and 'Pelos pessoas. Pelos animais. Pelo planeta.' Below the graphic, the text continues, mentioning that producing meat for a population of 7 billion requires significant resources and produces waste and pollution. On the right side of the page, there are navigation elements: a search bar, a 'Pesquisar' button, a 'Conheça o site do IHU' link, an RSS feed link, and a list of tags including 'Análise de conjuntura', 'Bastidores Cinema', 'Congresso de Teologia Dica de leitura Economia Economia', 'Soldieria Educação', 'Enquetes', 'Entrevistas do dia', 'espiritualidade Eventos', 'Forum Social Mundial Fórum Social Mundial', and '2011 Geral IHU Indigenas'.

A complexidade da relação entre repressão policial, sociedade e investidores

Bruno Cava e mostra menos surpreso com a violência estatal no controle das manifestações do que com a facilidade como são construídos discursos políticos e jornalísticos para legitimar a brutalidade

POR LUCIANO GALLAS

“A radicalização da repressão policial revela ligações íntimas. Estaria mesmo a repressão associada ao cumprimento do império da lei e à manutenção da ordem pública, ou será que serviria, bem mais concretamente, para atender às demandas por pacificação dos investidores? Ou seja, para evitar o desastre da ‘fuga de capitais’ comprometidos com megaeventos e a ultravalorização imobiliária?”, questiona Bruno Cava. Ele mesmo lembra que, “nos últimos meses, têm sido solicitadas garantias de ‘paz’ aos governos por empresários da cerveja, da hotelaria, do mercado imobiliário, por patrocinadores dos megaeventos e do carnaval, por redes de televisão que esperam fábulas em verbas de publicidade e pela própria FIFA”. Dessa forma, a repressão policial estaria menos relacionada aos interesses da sociedade em manter a ordem do que em garantir o retorno financeiro aos grandes investidores envolvidos com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, para citar apenas os principais eventos programados para ocorrer no Brasil nos próximos anos.

Para Bruno Cava, não é o “esmagamento sistemático das manifestações por uma força superviolenta e superarmada que dirige toda a exuberância de sua brutalidade contra os manifestantes na rua” o que surpreende, porque a violência da polícia (e, de uma forma mais geral, do Estado como um todo), já é plenamente conhecida pelos moradores das re-

giões de periferia e pelos grupos sociais marginalizados. “O que surpreende nem é tanto o grau superlativo dessa violência do Estado, algo já amplamente conhecido, mas a facilidade com que se constroem discursos políticos/jornalísticos que a minimizam, camuflam e terminam (ou se esforçam) em legitimá-la”, destaca ele em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “Usando expressões batidas como ‘resposta dura’ ou ‘coibir vândalos mascarados’, os jornais e a televisão passam a ‘senha’ nos dias anteriores aos protestos. A incitação à violência começa nos editoriais. Como efeito, qualquer um numa manifestação passa a ser um ‘vândalo’ em potencial, da mesma forma que qualquer jovem negro numa favela pode estar ‘implicado com o tráfico’ — o que muda é o material da bala. Imediatamente, e com livre curso nos meios dominantes de comunicação, a narrativa do vandalismo (ou o tráfico, no caso correlato) é invocada para justificar a violência policial”, complementa.

Bruno Cava é graduado em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica e em Direito, possui mestrado em Direito na linha de pesquisa Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e é editor do blog *quadradosloucos.com.br*. É autor de *A vida dos direitos: ensaio sobre violência e modernidade* (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008) e publica contos, crônicas, resenhas e críticas em diversos sítios.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - As manifestações do chamado Outono Brasileiro alcançaram uma vitória irreversível?

Bruno Cava - A principal mudança está na percepção. Antes de junho, reinava a sensação de tranquilidade nos gabinetes. As pesquisas de opinião configuravam um cenário confortável para a reeleição da presidenta Dilma Rousseff e a manutenção das forças políticas majoritárias. Indicavam um respaldo da grande maioria às políticas na base do modelo de crescimento econômico, inclusão social e “revitalização” urbana realizado nos últimos 10 ou 15 anos. Essa tranquilidade deixava os governantes à vontade para conservar os esquemas de governabilidade, seus parceiros empresariais e financeiros, o eixo da política fiscal e monetária e todo um sistema de alianças político-partidárias no Congresso, nos estados e municípios. A pacificação do dissenso se dava, basicamente, numa “zona cinzenta” entre atendimento e cooptação dos movimentos sociais, bem como com a própria institucionalização da esquerda, dentro dos aparelhos de governo. Os outros descontentes eram vistos como minorias inexpressivas que, embora barulhentas, não eram capazes de alcançar efeito de escala, a ponto de ameaçar os índices de popularidade e as previsões eleitorais. A ocupação do canteiro de Belo Monte¹ ou da Câmara

dos Deputados por indígenas, a greve selvagem de Jirau², a resistência estilo “black bloc” de Pinheirinho³, a forma-

o símbolo do fim das instituições ambientais no Brasil”, com Biviany Rojas Garzon, dia 13-12-2011, disponível em <http://bit.ly/spuNW5>; *Não é hora de jogar a toalha e pendurar as chuteiras na luta contra Belo Monte*, com Dom Erwin Krautler, dia 03-08-2011, disponível em <http://bit.ly/NikeVs>. (Nota da IHU On-Line)

2 Usina Hidrelétrica de Jirau: usina hidrelétrica em construção no Rio Madeira, a 150 km de Porto Velho, em Rondônia. Foi planejada para ter um reservatório de 258 km², capacidade instalada de 3.450 MW e que faz parte do Complexo do Rio Madeira. A construção está a cargo do consórcio “ESBR - Energia Sustentável do Brasil”, formado pelas empresas Suez Energy (50,1%), Eletrosul (20%), Chesf (20%) e Camargo Corrêa (9,9%). Sobre Jirau, confira a edição 39 dos **Cadernos IHU em Formação**, intitulada *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais*, disponível em <http://bit.ly/ih0UqU>, a *Conjuntura da Semana. A rebelião de Jirau*, disponível em <http://bit.ly/15LbSZT>, e as entrevistas publicadas no sítio do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU: Hidrelétrica de Jirau: palco de inadiplência trabalhista, com Maria Ozânia da Silva, dia 14-03-2011, disponível em <http://bit.ly/11hg3h>; “O conflito em Jirau é apenas o início do filme”, com Elias Dobrovolski e João Batista Toledo da Silveira, dia 24-03-2011, disponível em <http://bit.ly/HXbnm>; *Jirau e Santo Antônio: um canteiro de revoltas*, com Luís Fernando Novoa Garzón, dia 06-04-2011, disponível em <http://bit.ly/HXbbyY>. (Nota da IHU On-Line)**

3 Pinheirinho: comunidade formada por 6 a 9 mil moradores a partir da ocupação, em 2004, de uma área de 1,3 mil quilômetros quadrados (cerca de três vezes a área do Vaticano) que pertenceria desde o início dos anos 1980 à massa falida da empresa Selecta SA, de Najji Nahas, embora se desconheça como ocorreu a venda após o assassinato em 1969, até hoje não esclarecido, dos antigos proprietários — Nahas já chegou a ser preso pela Polícia Federal durante investigações sobre crimes financeiros. Em 22 de janeiro de 2012, a Polícia Militar de São Paulo e a Guarda Civil Metropolitana do município de São José dos Campos, onde está localizada a área ocupada, realizaram uma operação de reintegração de posse com extrema violência, ação que ganhou repercussão mundial. A ordem de reintegração fora expedida pela justiça estadual mesmo após a suspensão da ação decidida dois dias antes pela justiça federal, a qual estabelecia prazo de 15 dias para que os governos municipal, estadual e federal entrassem em acordo sobre o destino da área — o governo de São Paulo exigia a reintegração de posse desde meados daquele mês, enquanto o governo federal mostrava-se disposto a adquirir a área e regularizá-la. Entretanto, sem aviso prévio, um efetivo de cerca de 2 mil policiais militares, além de guardas civis, descumpriu a decisão judicial e realizou a desocupação, expulsando e intimidando

os moradores. Mesmo surpreendidos com o fato, estes reagiram à violência: armaram barricadas, atearam fogo em carros e prédios públicos, revidaram com pedras à ação dos policiais. Horas após o começo da operação, surgiu uma informação de que o Superior Tribunal de Justiça havia validado a ordem de reintegração de posse por meio de uma liminar emergencial. (Nota da IHU On-Line)

4 Mascote da Copa do Mundo em Porto Alegre: um grupo formado por cerca de 100 manifestantes que estava reunido na Praça Montevideu, em frente à Prefeitura, na noite de 04-10-2012, para criticar a privatização de locais públicos pelo governo municipal se descolou até o Largo Glênio Peres, em frente ao Mercado Público de Porto Alegre, e derrubou as grades de proteção dispostas em torno do mascote da Copa do Mundo de 2014. Com um efetivo de pelo menos 20 viaturas e cerca de 80 policiais, a Brigada Militar interviu no protesto utilizando cassetetes, bombas de efeito moral e balas de borracha. Houve confronto, durante o qual o boneco inflável do Tatu Bola acabou sendo perfurado. Após o episódio, o mascote não voltou mais a ser exposto. (Nota da IHU On-Line)

os moradores. Mesmo surpreendidos com o fato, estes reagiram à violência: armaram barricadas, atearam fogo em carros e prédios públicos, revidaram com pedras à ação dos policiais. Horas após o começo da operação, surgiu uma informação de que o Superior Tribunal de Justiça havia validado a ordem de reintegração de posse por meio de uma liminar emergencial. (Nota da IHU On-Line)

5 15 de Maio: onda de protestos iniciados em 15 de maio de 2011 em 58 cidades da Espanha, organizados por cidadãos a partir das redes sociais e da plataforma digital *jDemocracia Real Ya!* (Democracia Real Já!). Os protestos tinham motivação pacífica, reivindicavam uma profunda reforma política e criticavam a ação dos partidos políticos. À medida que as manifestações eram realizadas, foram incorporadas várias outras reivindicações políticas, econômicas e sociais heterogêneas. O movimento inspirou-se nas revoltas populares ocorridas no mundo árabe e no *12 de Março de 2011*, o qual consistiu em uma série de manifestações organizadas por cidadãos em Portugal. (Nota da IHU On-Line)

6 Occupy: série de protestos mundiais iniciados no dia 15 de outubro de 2011, a partir da ocupação de *Wall Street*, nos Estados Unidos, dando origem ao movimento *Occupy*. O movimento se espalhou por várias cidades do mundo, organizado por coletivos locais, organizações de bairro ou movimentos sociais, os quais propunham alternativas de desenvolvimento voltadas à preservação do planeta e ao consumo consciente de produtos, opondo-se à especulação financeira e à

1 Belo Monte: projeto de construção de usina hidrelétrica previsto para ser implementado em um trecho de 100 quilômetros no Rio Xingu, no estado brasileiro do Pará. Planejada para ter potência instalada de 11.233 MW, é um empreendimento energético polêmico não apenas pelos impactos socioambientais que serão causados pela sua construção. A mais recente controvérsia sobre essa usina envolve o valor do investimento do projeto e, consequentemente, o seu custo de geração. Confira mais informações sobre Belo Monte na edição 39 dos **Cadernos IHU em formação**, intitulada *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais*, disponível em <http://bit.ly/1b5ytoE>, e nas entrevistas publicadas no sítio do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU: Belo Monte: a barreira jurídica**, com Felício Pontes Júnior, dia 26-04-2012, disponível em <http://bit.ly/lbvryb>; *Belo Monte. “O capital fala alto, é o maior Deus do mundo”*, com Ignez Wenzel, dia 28-01-2012, disponível em <http://bit.ly/zGdm9V>; *Belo Monte e as muitas questões em debate*, com Ubiratan Cazetta, dia 23-01-2012, disponível em <http://bit.ly/z4zVAR>; “*Belo Monte é*

neste ano espocou na Turquia e no Egito, estaria associado unicamente a uma crise recessiva do capitalismo, sem reunir condições para pegar no Brasil.

Nesse sentido, as manifestações de junho, na casa do milhão de manifestantes e espalhadas em centenas de cidades grandes, médias e pequenas, racharam com o consenso. Nessa rachadura passou a vazar um líquido em alta pressão, muito quente, borbulhante de indignações, propósitos e a vontade de se fazer visto e ouvido. Eu concordo com Rodrigo Nunes que, em recente artigo⁷, adere ao conceito de *evento* para explicar o que aconteceu: “o momento em que se registra, de maneira inequívoca, que uma transformação dos corpos, das sensibilidades, das palavras e dos desejos ocorreu”. Isto não significa que o levante tenha explodido do nada, como um raio no céu azul, mas sim que, em junho, um conjunto de mobilizações e insatisfações pouco visíveis e dizíveis acumulou energia crítica para sobrepujar os entraves, bloqueios e interditos e conseguir impactar a percepção de uma maneira sem volta. Surgida na esteira dos protestos, a campanha *Cadê o Amarildo?*, apenas para dar um exemplo dramático, contribuiu para trazer a periferia ao centro da percepção. Hoje, sabemos quem é Amarildo, que foi um ajudante de pedreiro negro, morador da Rocinha, com seis filhos, buscado em casa em 14 de julho por agentes “pacificadores” do Estado e levado a uma sessão de torturas, morto e desaparecido. Sabemos quem foi Douglas, o adolescente da zona norte de São Paulo, cujas últimas palavras ao policial que o matou foram: “Senhor, porque atirou em mim?”. Ou Paulo, 18, de Manginhos⁸, outro morador negro de

ganância econômica. (Nota da IHU On-Line)

7 NUNES, Rodrigo Guimarães. **O partido do evento**. Revista Forum, 6 out. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/1e2vKdY>>. (Nota do entrevistado)

8 **Manginhos**: bairro localizado na área norte do município do Rio de Janeiro/RJ, entre a Avenida Brasil e a Avenida dos Democráticos, e no qual está sediada a Fundação Oswaldo Cruz. Desde a década de 1980, vem sofrendo com o esvaziamento econômico, sendo hoje formado basicamente por favelas - entre elas, *Coreia*, *Mandela* e *Amorim*. A região sofre com confrontos entre policiais e traficantes de

“As manifestações de junho, na casa do milhão de manifestantes e espalhadas em centenas de cidades grandes, médias e pequenas, racharam com o consenso”

comunidade “pacificada”, levado para uma revista policial num beco escuro e espancado até a morte. Os nomes e circunstâncias, há alguns meses, simplesmente não apareceriam. Não haveria sensibilização alguma, e ficaria por isso mesmo. Hoje, eles fazem diferença, geram uma mobilização que transcende os territórios onde ocorreram os fatos, realimentando os protestos em maior escala.

Outro exemplo de mudança está na percepção de que a dita “esfera pública” está completamente emaranhada com o “privado”, de maneira que não dá mais pra identificar o que poderia separar a razão pública do interesse privado. O Movimento Passe Livre (MPL) e o OcupaCâmara (acampamento de dois meses nas portas e, por um período, dentro da Câmara dos Vereadores do Rio) expuseram somente uma das “caixas pretas”, a dos transportes coletivos, entre outras que determinam as campanhas eleitorais, os contratos públicos e o destino da arrecadação e tarifas. A radicalização da repressão policial também revelou ligações íntimas. Es-

drogas ou entre quadrilhas de traficantes rivais. A Rua Leopoldo Bulhões, uma das principais do bairro, é conhecida como “Faixa de Gaza”, em referência à região palestina constantemente bombardeada por Israel. (Nota da IHU On-Line)

taria mesmo a repressão associada ao cumprimento do império da lei e à manutenção da ordem pública, ou será que serviria, bem mais concretamente, para atender às demandas por pacificação dos investidores? Ou seja, para evitar o desastre da “fuga de capitais” comprometidos com megaeventos e a ultravalorização imobiliária? São perguntas que os protestos colocam. Nos últimos meses, têm sido solicitadas garantias de “paz” aos governos por empresários da cerveja, da hotelaria, do mercado imobiliário, por patrocinadores dos megaeventos e do carnaval, por redes de televisão que esperam fábulas em verbas de publicidade e pela própria FIFA. Essa problematização se generalizou nas manifestações de rua e nas redes, ganhando visibilidade inédita.

Em geral, com as manifestações, o desassossego passou a assolar os gabinetes. Os índices de popularidade despencaram — só a aprovação de Dilma [Rousseff] caiu incríveis 27% em algumas semanas —, não poupando governantes à esquerda ou à direita do espectro partidário. As análises até então adotadas pelos governos ficaram suspensas no ar, na medida em que os parâmetros e variáveis não conseguiam mais explicar, prever ou classificar o que acontecia nas ruas. As cartas estavam embaralhadas e ninguém pode mais garantir, hoje, que em 2014 estas ações não se repetirão e com que intensidade. O fracasso do diagnóstico levou apressadamente à hipótese do caos, pela velha ideia, que remonta a Edmund Burke⁹, da turba despolitizada e de

9 **Edmund Burke** (1729-1797): filósofo, político e advogado irlandês. Escreveu o tratado de estética *A Philosophical Inquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful* (Investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do Sublime e do Belo), publicado em 1757. O livro atraiu a atenção de autores como Denis Diderot e Immanuel Kant. Iniciou a carreira política em 1761, como primeiro-secretário particular do governador da Irlanda. Em 1765, foi nomeado secretário do primeiro-ministro britânico. Seria depois eleito para a Câmara dos Comuns, onde se tornou conhecido por suas posições economicamente liberais e politicamente libertárias. Mostrava-se favorável ao atendimento das reivindicações das colônias americanas e à liberdade de comércio, era contra a perseguição aos católicos no Reino Unido e denunciou as injustiças praticadas pelos ingleses na Índia.

apetites anárquicos e perigosos que, na realidade brasileira, daria margem a apropriações oportunistas e golpistas. Uma conclusão reconfortadora, confirmando a autopercepção da esquerda institucional nos governos que, fora de seus rituais, protocolos e bandeiras, só haveria despreparo, radicalismo inconsequente e fantasia. Isso apenas aguçou a sensação nervosa de medo, de mundo em extinção, na cabeça do poder constituído. O que se seguiu foi uma repressão política na qual a participação de intelectuais, dirigentes e mandatários da esquerda brasileira foi sem precedentes. Essa participação direta, aberta, de boa consciência na criminalização dos movimentos oriundos das manifestações desde junho também é um fato irreversível para a organização das lutas daqui por diante.

IHU On-Line - Qual é o principal legado do Outono Brasileiro?

Bruno Cava - Em *20 centavos: a luta contra o aumento* (São Paulo: Veneta, 2013), livro publicado em outubro, Pablo Ortellado¹⁰ fala da conquista da redução do preço da passagem do ônibus como grande exemplo para as lutas, como um grupo pequeno e bem organizado pôde conjugar foco no processo e nos resultados para realizar uma pauta. O livro celebra esse legado do MPL, o que, de fato, é um paradigma de ação autônoma e eficaz. Mas, a meu ver, o legado vai além disso. A pauta da mobilidade urbana, num cenário crítico para a população das grandes cidades, especialmente a mais pobre, foi fundamental para massificar os protestos. No entanto, o movimento rapidamente se alastrou como uma peste, desencadeando processos latentes de indignação e revolta. No Rio, por exemplo, se

multiplicaram palavras de ordem, marchinhas, xingamentos e cartazes questionando os megaeventos, não só as obras implicadas, mas também as medidas de exceção que serão aplicadas por exigência da FIFA. Liam-se mensagens do tipo: “*Quero escolas e hospitais padrão FIFA*” e “*Copa do Mundo, não quero não / quero dinheiro pra saúde e educação!*”. E se ouvia: “*Era um país muito engraçado / não tinha escola, só tinha estádio / Ninguém podia protestar não / Porque a polícia sentava a mão*”. O grito talvez mais frequente, em particular quando a polícia bombardeava os manifestantes, era: “*Não vai ter Copa!*”. Quando, em 7 e 15 de outubro (7-O e 15-O), novas manifestações ocuparam inteiramente a Avenida Rio Branco, sua composição política estava muito mais orientada à crítica aos governos (nas três esferas, federal, estadual e municipal), com foco na violência policial e criminalização dos movimentos, na falta de investimento na educação e, mais uma vez, no questionamento dos megaeventos. Não se viam mais, como em junho, pessoas cantando o hino nacional, de verde e amarelo, ou encampando a pauta anticorrupção da mídia corporativa. O golpismo era mesmo um fantasma de lençol.

Além da qualificação contínua das manifestações, elaborando melhor suas pautas e se concentrando nos problemas da cidade, outro legado duradouro tem sido a construção de instâncias de auto-organização. A criminalização está produzindo um efeito bumerangue. Em vez de desmobilizar os manifestantes, acabou levando-os a organizar a própria defesa, em vários planos: jurídico, midiático, político e físico. Surgiram veículos midiáticos, trabalhando intensamente com *streaming*, redes sociais, *youtube* e *blogues*, para contestar o regime de verdade da mídia corporativa. Ampliaram-se as redes de advogados militantes, para atuar nas delegacias, inquéritos e processos, a fim de confrontar acusações sem substrato probatório, usando tipificações vagas ou exacerbando leis penais ao arremedo da constituição. E também se congregaram indivíduos empenhados em defender as pessoas quando da brutalidade policial, com escudos improvisados, máscaras de gás, paus, bolinhas de

gude, estilingues, garrações de vinagre ou leite de magnésia. Inicialmente dispersas ou reunidas em grupelhos de afinidade, essas pessoas atuantes na autodefesa gradativamente começaram a adotar um visual próprio, com roupas e bandeiras na cor preta, e a se coordenarem taticamente a fim de conter a violência, permitindo que a maioria dos manifestantes pudessem ficar no protesto ou, pelo menos, tivesse condições de sair com mais segurança.

IHU On-Line - Em artigo recente publicado no blog *Quadrado dos loucos*, citas “a indignação real presente nas manifestações, saturada de uma condição de sofrimento e raiva, imediatamente manifestada na luta”. Qual é o espaço do sofrimento e da raiva nas manifestações?

Bruno Cava - Pesquisando as lutas urbanas há vários anos, aprendi na prática que o que move as pessoas a continuar lutando, a resistir mesmo em situação de risco, mesmo criminalizadas e perseguidas, não é tanto algum compromisso ideológico. As pessoas não se expõem e continuam na rua porque acreditam numa utopia, e assim estariam defendendo essa idealidade. O que excita a coragem é muito mais uma condição de luta e afirmação que atravessa os corpos. Quero dizer, a luta está baseada numa potência de existir, no desejo de continuar existindo de uma maneira singular. Nesse esforço, é inevitável deparar-se com uma economia de coerções, uma normalidade coativa, que busca nos impedir, nos afetar de tristeza, nos paralisar e, então, explorar e violentar. Encontrei ressonância, assim, na ética dos afetos de Spinoza¹¹ (especialmente segundo a leitura pelo filósofo italiano Antonio Negri¹²), para

dia. Criticou os excessos cometidos pela Revolução Francesa na obra *Reflexões sobre a revolução na França*, de 1790 – Burke considerava a revolução um marco da ignorância e da brutalidade, tendo em vista o terror colocado em marcha pelos revolucionários. (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ **Pablo Ortellado**: filósofo, com doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP. É professor do curso Gestão de Políticas Públicas e orientador no programa de pós-graduação em Estudos Culturais da mesma universidade. É coordenador do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação - Gpopai. (Nota da IHU On-Line)

¹¹ **Baruch Spinoza** (ou Espinosa, 1632-1677): filósofo holandês. Sua filosofia é considerada uma resposta ao dualismo da filosofia de Descartes. Foi considerado um dos grandes racionalistas do século XVII dentro da Filosofia Moderna e o fundador do criticismo bíblico moderno. Confira a edição 397 da IHU On-Line, de 06-08-2012, intitulada *Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento*, disponível em <http://bit.ly/RPZqOi>. (Nota da IHU On-Line)

¹² **Antonio Negri** (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e

quem a resistência tem uma tonalidade afetiva: é a própria forma de vida que se afirma, no que ela não mede esforços diante das intimidações e agressões, porque está em jogo a sua própria liberdade de existência. A raiva aí nasce de um amor maior, está assentada numa positividade ética de relações cooperativas. O medo, nessa filosofia, é a medida do Estado, aquilo que age internamente para deprimir o ímpeto de seguir agindo. É o que decompõe a prática, a sombra da resignação. A indignação sucede quando aqueles que ombream conosco, que compõem suas vidas numa vida comum de afirmação e resistência, são ameaçados e feridos.

Tome, por exemplo, o caso das pessoas que foram presas nas escadarias da Câmara de Vereadores do Rio, no final da manifestação do 15-O. A polícia isolou manifestantes pacíficos com um cordão, lotou três ônibus e espalhou-os por delegacias distantes, numa espécie de “auto de prisão coletiva”. Foram cerca de 200 pessoas detidas, das quais 64 depois seriam encerradas em presídios. Ao longo da semana anterior, a grande mídia repetidamente passou o recado de que seria aplicada a Lei 12.850/2013¹³, sancionada por Dilma, que prevê até oito anos de pena para quem integrar “organização criminosa”. Naquela noi-

outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt — sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da IHU On-Line, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior e foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU em abril de 2003, no mesmo ano em que Negri esteve na América do Sul em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, vive entre Paris e Veneza e escreve para revistas e jornais de todo o mundo. (Nota da IHU On-Line)

13 Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção de provas, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 03 de maio de 1995. Disponível em: <<http://bit.ly/1b7vadw>>. (Nota da IHU On-Line)

“A dita ‘esfera pública’ está completamente emaranhada com o ‘privado’, de maneira que não dá mais pra identificar o que poderia separar a razão pública do interesse privado”

te, segundo o presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB¹⁴, a “orientação da direção da polícia civil” era agravar ao máximo as acusações, a fim de manter o máximo de manifestantes presos. Somem-se a isso as buscas e apreensões policiais na casa de militantes, a proibição das máscaras, as contínuas conduções à delegacia para “averiguação”, os “passeios” não-oficiais e as intimidações e agressões diretas durante os protestos, e se pode ter uma noção do panorama de criminalização que estamos vivendo. É uma política do medo. Mais do que atingir o indivíduo A ou B, o plano é semear o medo nos meios ativistas, sobretudo através das redes sociais, para afugentar as pessoas da rua e das redes. Os “recados” passados pela grande mídia se dirigem inclusive contra pessoas que opinam nas redes e pesquisadores que, acusados, se acautelam em ressaltar que estão “explicando” o fenômeno, e não “justificando”.

A questão é que, como não se trata de um compromisso ideológico,

14 DAMOUS, Wadih. *Estado de exceção?* Não há como dizer que os manifestantes, ainda que pratiquem atos de depredação, integrem uma organização criminosa. O Globo. Disponível em <<http://globo.com/1hc3Qyx>>.

mas de uma condição real de luta, essa repressão novamente ricocheteia contra o governo. Várias pessoas violentadas em alguma dimensão, ou que viram amigos violentados, não hesitam em voltar para rua no momento oportuno, organizar novas marchas, agora com ainda mais determinação. Muitos se solidarizam diante da repressão e passam a defender o simples direito de resistência. A pauta expande, para abranger o modelo de segurança pública, o questionamento das polícias e como isso está atrelado ao próprio direito à cidade. A panela de pressão vai estufando, enquanto os governantes tentam se convencer que podem controlar a multidão pelo medo.

Recentemente escrevi um artigo¹⁵, com Talita Tibola, no qual afirmamos que, para muitos manifestantes, a chance de reunir-se num protesto de rua e participar de ações diretas e autodefesa é o mais perto que já estiveram de construir coletivamente um sentido, para a afirmação de si e de seu mundo, onde podem exprimir o que sentem, querem, sua riqueza. Isso é muito político. Despolitização é ficar em casa para depois reproduzir a versão da TV aberta, criticando esses manifestantes como autores de “quebra-quebra”. Paradoxalmente, apesar da brutalidade policial que se abate sobre os protestos e de toda a histeria punitiva com que são retratados pela mídia corporativa, eles vivem a manifestação como um terreno de paz, um lugar onde podem se mascarar e viver a política com alegria, intensidade e sensação de compartilhamento. Para essas pessoas, é absurdo dizer que existiriam traços de fascismo no protesto. Imagine, o fascismo das execuções sumárias, da humilhação e do racismo, para elas, já é experimentado como normalidade nas comunidades, na revista policial, no aperto do ônibus, na fila da saúde, nas incursões, nas delegacias onde ficam virados para a parede e humilhados como escravos fugidos. O fascismo da sociedade já aconteceu, e o conhecem muito

15 TIBOLA, Talita; CAVA, Bruno. *Cartografia do 7-O no Rio: “o manifestante é meu amigo, mexeu com ele mexeu comigo”*. Rede Universidade Nômade. Disponível em: <<http://bit.ly/188hC1e>>.

bem o negro e o índio, o *queer*¹⁶ passeando nos “lugares errados” ou qualquer mulher sozinha à noite voltando para casa.

IHU On-Line - A violência presente nas manifestações de outubro em São Paulo e no Rio de Janeiro pode ser interpretada como denúncia da violência cotidiana? Como essa questão se relaciona com a violência policial?

Bruno Cava - É a presença da própria polícia que tem disparado os circuitos de violência nas manifestações. Por exemplo, na manifestação de 50 mil no Rio, no 15-O, no final da marcha, os manifestantes ocuparam pacificamente a praça da Cinelândia, com presença dos professores em greve, movimentos sociais, ativistas dos mais diversos coletivos e pessoas de máscara vestidas de preto. A polícia sitiou a praça fechando todas as saídas e, quando alguns grupos resolveram se movimentar para sair do cerco, ela começou um ataque maciço contra a manifestação como um todo. A alegação posterior, divulgada na imprensa, era de que os “black blocs” estariam rumando para depredar a Alerj [Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro]. Ou seja, a polícia teve que usar a violência contra a manifestação para evitar a violência,

numa lógica *busheana*¹⁷ de “ataque preventivo”. O que faltou explicar é por que os ditos “black blocs” iriam vandalizar o prédio da Alerj se, nesse dia, não tinham sequer arranhado a desprotegida Câmara de Vereadores na Cinelândia, que era precisamente o foco dos protestos dos professores.

O principal fator para a violência é a presença do Estado, e não a falta dele. Em primeiro lugar, a polícia ataca indiscriminadamente quem quer que esteja na rua, uma vez decidida a dispersão do protesto. Eu presenciei autênticos pogroms¹⁸ por bairros inteiros, em operações do tipo “varredura”, onde até transeuntes insuspeitos e pessoas em bares foram alvejadas. Nunca houve confronto entre polícia e “black blocs”. O que tem sucedido é um esmagamento sistemático das manifestações por uma força superviolenta e superarmada, que dirige toda a exuberância de sua brutalidade contra os manifestantes na rua. O que surpreende nem é tanto o grau superlativo dessa violência do Estado, algo já amplamente conhecido, mas a facilidade com que se constroem discursos políticos/jornalísticos que a minimizam, camuflam e terminam (ou se esforçam) em legitimá-la. Usando expressões batidas como “resposta dura” ou “coibir vândalos mascarados”, os jornais e a televisão passam a “senha” nos dias anteriores

aos protestos. A incitação à violência começa nos editoriais. Como efeito, qualquer um numa manifestação passa a ser um “vândalo” em potencial, da mesma forma que qualquer jovem negro numa favela pode estar “implícado com o tráfico” — o que muda é o material da bala. Imediatamente, e com livre curso nos meios dominantes de comunicação, a narrativa do vandalismo (ou o tráfico, no caso correlato) é invocada para justificar a violência policial.

Em segundo lugar, a grande maioria das depredações de patrimônio acontece no momento da dispersão. O caos se instala exatamente quando a manifestação é atacada com gás, bombas, tiros de borracha e choques elétricos. É a polícia quem produz o caos e depois o utiliza para justificar a sua própria violência sem limites. Começa o *deus-nos-acuda* e todos os mecanismos internos de autocontrole da manifestação perdem a eficácia. Alguns manifestantes completamente indignados com a situação repassam a violência sofrida aos alvos mais visados: vidraças de agências bancárias, ônibus e seus pontos, fachadas de casas legislativas.

Em terceiro lugar, não se pode esquecer a violência do desrespeito aos direitos, que começa quando as pessoas são cercadas, imobilizadas e detidas. Essa violência, real atentado à democracia, prossegue com indiciamentos arbitrários, condução a delegacias distantes, acusações coletivas e elásticas (por exemplo, enquadramento genérico no crime de “corrupção de menores”), oitivas informais sem a presença do advogado, devassa de telefones celulares e câmeras sem consentimento judicial, impossibilidade de fiança, encarceramento, sem falar no processamento usualmente violento da pessoa no transporte policial, delegacias, setor de identificação criminal e, *last but not least*¹⁹, no presídio, com especial incidência sobre os detidos negros, índios e/ou em situação de rua.

Como se, nas manifestações, tivéssemos aberto a *caixa de Pandora* do modelo de segurança pública nas

16 *Queer*: gíria inglesa usada em referência a homossexuais. Está associada à *teoria queer*, desenvolvida nos anos 1980, nos Estados Unidos, a partir da publicação do livro *Gender Trouble*, de Judith Butler. Possui um alto grau de influência do filósofo francês Michael Foucault e suas ideias sobre a sexualidade. Sobre a *teoria queer*, confira a edição nº 32 dos *Cadernos IHU Ideias*, intitulada *À meia luz: a emergência de uma teologia gay. Seus dilemas e possibilidades*, escrita por André Sidnei Musskopf, disponível em <http://bit.ly/1etDP1k>. Musskopf também apresentou o evento *IHU Ideias* em 11-09-2008, debatido na entrevista *Via(da) gens teológicas. Itinerários de uma teologia queer no Brasil* — a entrevista foi publicada no sítio do *IHU* em 07-09-2008 e está disponível em <http://bit.ly/R24T9H>. Ainda sobre o assunto, confira a entrevista *Transgressão, implosão, mistura, desconstrução e reconstrução*, com Musskopf, publicada na edição 227 da *IHU On-Line*, de 09-07-2007, intitulada *Frida Kahlo - 1907-2007*, disponível em <http://bit.ly/1glo8Et>. E a entrevista *Torcidas Queer e a homofobia nos estádios de futebol*, com Gustavo Andrada Bandeira, publicada no dia 02-05-2013 no sítio do *IHU*, disponível em <http://bit.ly/10ufBEy>. (Nota da *IHU On-Line*)

17 *Busheana*: referência ao ex-presidente dos Estados Unidos George Walker Bush, cujo governo se estendeu entre 2001 e 2009. Bush adotou a política da *guerra preventiva* (ou ataque preventivo) para justificar a invasão ao Iraque, ainda que não houvesse evidências de que o país asiático possuísse armas químicas — pretexto usado para o ataque. A guerra preventiva consiste em uma ação armada empreendida para evitar que a outra parte ataque, mesmo diante da ausência de evidências de que a outra parte esteja de fato planejando o ataque. No caso estadunidense, justificaria a deposição de regimes estrangeiros que representem uma suposta ameaça à segurança do país invasor, ameaça esta que é julgada unilateralmente pelo próprio país invasor. É um conceito distinto do de *guerra preventiva*, que consiste em atacar primeiro diante de um ataque inimigo iminente. (Nota da *IHU On-Line*)

18 *Pogroms*: palavra de origem russa que indica ataques violentos e massivos a pessoas pertencentes a determinado grupo étnico ou religioso, com a simultânea destruição de suas casas, templos e estabelecimentos de negócios. (Nota da *IHU On-Line*)

19 *Last but not least*: “por último, mas não menos importante”, em tradução livre do inglês. (Nota da *IHU On-Line*)

grandes cidades. O sociólogo José Cláudio Alves, da UERJ [Universidade Estadual do Rio de Janeiro], diagnosticou bem esse problema: a segurança pública, aqui, tem sido entendida como guerra ao crime, como erradicação de um mal, dentro da concepção de guerra e inimigo. Cabe à “sociedade de bem”, isto é, à opinião pública que a mídia corporativa representa, definir quem é o mal. Não à toa, há um diuturno esforço midiático em forjar a figura do vândalo, mascarado e “black bloc” como encarnação do mal, o antípoda do “bom manifestante”, bem como uma ânsia dessa mesma imprensa em enquadrá-lo no “crime organizado”, ou a ele ligado. Semelha, guardadas as proporções, à construção mais clássica do “envolvido no tráfico”, aquela vida matável e insacrificável (para adotar uma expressão de Giorgio Agamben²⁰), que não vale

20 **Giorgio Agamben** (1942): Filósofo italiano. É professor da *Facoltà di Design e arti della IUAV* (Veneza), onde ensina Estética, e do *College International de Philosophie* de Paris. Formado em Direito, foi professor da *Università di Macerata*, *Università di Verona* e da *New York University*, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo norte-americano. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. Além disso, de 16 de abril a 23 de outubro de 2013, o IHU organizou o ciclo de estudos *O pensamento de Giorgio Agamben: técnicas biopolíticas de governo, soberania e exceção*, cujas atividades integraram o I e o II seminários preparatórios ao *XIV Simpósio Internacional IHU - Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades*. (Nota da IHU On-Line)

nada, que merece a tortura, a execução sumária ou o inferno prisional. A construção midiática confina com o poder punitivo, pois define o campo de matabilidade, os limites do tolerável, do escândalo, fora do que o Estado recebe um mandato irrestrito para a violência. As reclamações caem em ouvidos de mercador, com vagas promessas de “apuração dos excessos”. A intensidade da violência estatal contra os manifestantes se dilata tanto quanto a capacidade de construção de uma verdade ao redor dos episódios, onde a violência é ponto focal e o “black bloc”, a principal figura diabólica.

IHU On-Line - Que novos espaços para o debate e a ação políticos podem surgir a partir da pauta de reivindicações das manifestações?

Bruno Cava - Ao participar do acampamento da OcupaRio há dois anos, na Cinelândia, fiquei impressionado como basta você organizar um espaço de livre palavra, num lugar de grande circulação, para que pessoas as mais diferentes se adiantem e falem. Falam das dificuldades do cotidiano, problemas do bairro, das filas dos hospitais, de dívidas, expectativas, decepções, filhos ou de coisas pessoais que pareceriam bobagens quaisquer, mas que em suas bocas naqueles cinco minutos de liberdade alcançam uma sutil conotação política. Elas se encontram sempre cercadas de afazeres e obrigações, envoltas por uma vida íntima difícil e complexa, às vezes voltando de uma rotina embotadora ou um emprego estenuante. Contudo, ainda assim, para surpresa geral, e especialmente a sua própria, têm a coragem e a determinação de ir à rua para atuar na cidade, para falar. As pessoas vão à rua e simplesmente falam, se manifestam e umas com as outras desencadeiam um processo, e aquilo tudo rapidamente se qualifica como política.

Muitas pessoas têm a chance, nessas horas, de ser um cidadão, quer dizer, uma pessoa que calma e orgulhosamente expressa o que pensa, e luta para que essa expressão não seja tolhida. Apesar de tudo, das cobranças e frustrações, essas pessoas continuam profundamente ligadas a uma cidade, cujos governantes insistem em desarraigá-las. Diferente das ver-

dades fabricadas pelo governo e pela imprensa, as manifestações que estão conduzindo o país a outro patamar de democracia não são infestadas por perigosos “mascarados vândalos”, a serviço de ideologias funestas, numa suposta fúria sem direção, *anárquica* e destrutiva. O que eu posso testemunhar é que, no estofado das manifestações, inclusive em suas ações diretas e na autodefesa, estão pessoas comuns como eu e você, anônimas, pessoas cheias de fraquezas e hesitações, amígdalas dilaceradas pelo medo e pela dúvida, mas decididas em sair à rua nos momentos críticos, arriscar o próprio pescoço para lutar pelos direitos e existir como seres libertos.

Para os governos e a imprensa que lhes serve de agência de publicidade, a rua continua sendo um lugar de passagem entre a casa e o trabalho. O resto é “vandalismo”. Eles vigiam a peste com olhos de doberman, calculando onde passar o próximo cordão sanitário. Para eles, a voz dessas pessoas continua soando como nota em falso diante das maiorias silenciosas, embutidas nos índices de popularidade, doravante instáveis. Continuam sem entender.

A OcupaRio era uma ocupação pacífica, e todavia resistente, que você não poderia chamar de “pública” (no sentido de propriedade do Estado) ou “privada” (com outros donos), e onde desaguaram várias pautas da cidade, encarnada nos seus sujeitos, de moradores de rua a universitários e ativistas das redes, de dependentes químicos a militantes “profissionais” ou *anarcopunks*. Agora, neste ano que não vai acabar tão cedo, vejo como aquela experiência expressou uma cultura de rua que está no subsolo das manifestações.

Leia mais...

- *A esquerda e o desejo por trás do rugido da plebe*. Entrevista especial com Bruno Cava, publicada nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 05-07-2013, disponível em <http://bit.ly/BC050713>

“Vivemos um momento constituinte. É preciso pensar, atuar, propor como nunca”

Hugo Albuquerque defende que, pela primeira vez desde os anos 1970, há no país um duro questionamento sobre as regras do jogo político

POR PATRÍCIA FACHIN

O atual momento social e político do Brasil, onde se evidencia “melhora dos indicadores de vida” e “o esgotamento das instituições políticas”, reflete o fato de que a “maior parte das esquerdas deixou de propor uma alternativa ao sistema para, vejamos só, tornar-se parte dele”, avalia Hugo Albuquerque em entrevista concedida à **IHU On-Line** por e-mail.

Ele compara as manifestações que estão ocorrendo no país desde junho com o movimento europeu de maio de 68. “Cá como lá, a tensão entre as esquerdas que pretendem humanizar o Estado, e o capitalismo, e todo esse sistema que desumaniza e objetifica qualquer um, terminou por piorar as esquerdas. Ambas as experiências mostram que a tentativa de humanizar o sistema levou à desumanização de quem pretendeu isso”, pondera.

Hugo Albuquerque interpreta as manifestações recentes como uma manifestação da “multidão”. Tal conceito, explica, representa “uma expressão de coletividade humana que emerge não pela homogeneidade, como o ‘povo’ ou a ‘sociedade’, mas sim por diferenças intensas que se desdobram continuamente. O Quilombo dos Palmares e uma série de outros eventos resistentes da nossa história são multitudinários”. A diferença, entretanto, das manifestações de anos atrás com as de hoje está amparada na “revolução das

tecnologias de informação e comunicação”, que criou, “em escala global, uma disposição multitudinária da vida e do trabalho. Essa é a novidade, a maneira como a multidão emerge historicamente”. E acrescenta: “O *Black Bloc* e o avanço do anarquismo e do autonomismo entre os jovens, em detrimento do partido e das bandeiras socialistas clássicas, são uma marca deste novo mundo”.

Albuquerque refuta as críticas de violência feitas aos *Black Blocs* e afirma que, ao avaliar o movimento, “o que importa não é a violência física, nós não vivemos em um sistema no qual a violência física realmente importa, não estamos na Idade Média: a modernidade se assenta sobre violências psicológicas, sujeições voluntárias e que tais. No caso, imagino que algo como o *Black Bloc* incomode por ser uma organização horizontal, anônima e de multidão: eles não podem ser efetivamente passíveis de uma ordem, não têm nome. Por outro lado, os movimentos reivindicatórios precisam sair da estética e chegar à política”.

Hugo Albuquerque é mestrando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Faz parte da rede UniNômade e é editor do blog descurvo.blogspot.com.

Esta entrevista foi publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em 11-11-2013, disponível em <http://bit.ly/hugoalbuquerque>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que semelhanças percebe entre o Brasil de hoje e a Europa dos anos 1960, à época de maio de 68, considerando as manifestações que aconteceram em ambos os lugares?

Hugo Albuquerque - As semelhanças são enormes. O Brasil dos anos 2010, a exemplo da Europa do final dos anos 1960 e 1970, vive um cenário paradoxal: de um lado, registramos uma grande melhora dos

indicadores de vida, enquanto, de outro, o esgotamento das instituições políticas, sobretudo porque a maior parte das esquerdas deixou de propor uma alternativa ao sistema para, vejamos só, tornar-se parte dele e,

quem sabe, dar-lhe uma face mais humana. Só que cá como lá, a tensão entre as esquerdas que pretendem humanizar o Estado, e o capitalismo, e todo esse sistema que desumaniza e objetifica qualquer um, terminou por piorar as esquerdas. Ambas as experiências mostram que a tentativa de humanizar o sistema levou à desumanização de quem pretendeu isso. Aliás, até antes disso, a Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial experimentou algo parecido, tanto que Walter Benjamin¹ já fazia a crítica das políticas social-democratas, isto é, o profundo equívoco daquelas em venerar o progresso técnico e construir a emancipação humana pelo aumento do Estado — como se fosse possível racionalizá-lo e transformá-lo em um agente transformador.

As esquerdas brasileiras atuais, surgidas do ciclo de lutas dos anos 1970 contra a Ditadura Militar, intuam já no nascedouro uma certa crítica à social-democracia — e à União Soviética —, mas ao mesmo tempo possuíam uma ilusão com o progresso técnico e o estado de bem-estar social. Dilma fez uma opção pelo gerencialismo em vez da política, pondo fim a essa ambiguidade, que foi uma das grandes marcas do governo Lula², embora para melhor. É claro, as lutas brasileiras dos anos 1960 e 1970 foram culturalmente muito influenciadas

1 Walter Benjamin (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. Sobre Benjamin, confira a entrevista *Walter Benjamin e o império do instante*, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à IHU On-Line nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da IHU On-Line)

2 Luiz Inácio Lula da Silva (1945): trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso). Ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). (Nota da IHU On-Line)

“Até bem pouco tempo, manifestações reivindicatórias no Brasil eram pacíficas como em nenhuma outra parte do globo, mas já eram tratadas à base de muita violência”

pelo Maio de 68³, mas aqui tinham outra natureza política e histórica, do mesmo modo que a globalização, a revolução comunicacional e o giro produtivo geram ao mesmo tempo uma onda de levantes multitudinários pelo mundo, mas eles têm diferenças temáticas importantes de canto a canto — no caso, o Brasil parece muito a Europa de antes.

IHU On-Line - Quais são os reflexos das manifestações de junho hoje, cinco meses depois?

Hugo Albuquerque - Existe hoje no Brasil, pela primeira vez desde os anos 1970, um duro questionamento sobre as regras do jogo. Por isso,

3 **Maio de 68:** movimento iniciado pela greve geral que aconteceu na França e que rapidamente adquiriu significado e proporções revolucionárias, mas em seguida desencorajado pelo Partido Comunista Francês, de orientação stalinista, e finalmente suprimido pelo governo, que acusou os comunistas de tramarem contra a República. Alguns filósofos e historiadores afirmaram que essa rebelião foi o acontecimento revolucionário mais importante do século XX, porque não se deveu a uma camada restrita da população, como trabalhadores ou minorias, mas a uma insurreição popular que superou barreiras étnicas, culturais, de idade e de classe. Sobre o tema, confira a edição 250 da revista IHU On-Line, de 10-03-2008, intitulada *Maio de 1968: 40 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/ihuon250>. (Nota da IHU On-Line)

diz-se que vivemos em um “momento constituinte”. Não que as pessoas comuns e os movimentos não lutem para constituir direitos o tempo todo, mas existem momentos nos quais isso atinge uma massa crítica relevante, como agora. Neste exato momento, existem algumas conquistas tópicas, o consenso gerencial que virou praxe da política brasileira está na defensiva, existem medidas repressivas pesadas sendo tomadas e algumas questões centrais: Como avançar? Como criar uma nova institucionalidade? Como fazer brotar dessas multidões novas formas de organização sem cair na impotência ou voltar ao Estado? Na Grécia, por exemplo, a explosão inicial dos movimentos foi seguida de uma depressão geral. No mundo árabe, as primaveras encontraram seu termidor⁴ muito rápido, na forma de novas composições autoritárias. Mas agora a luta é não cair nos baixos dos terrorismos em voga, do tipo “eu tenho medo”, nem se tornar um crédulo que fetichiza processos históricos.

Por exemplo, os vinte centavos foram o estopim das manifestações em São Paulo, o que foi fundamental para as jornadas de junho. Mas, no duro, o preço da tarifa não baixou realmente: simplesmente, os *vinte cents* que iriam ser pagos pelo usuário são pagos, agora, pelo contribuinte na forma de subsídio às concessionárias. E, antes disso, parte do sobredito preço já era subsidiada. O recuo do reajuste é até mais justo, só que esconde problemas. Um deles é que muitas vezes o usuário se confunde com o contribuinte, e mesmo o contribuinte mais rico, cujo dinheiro dos tributos pagos vai para financiar o usuário de transporte público, poderia ter os seus recursos investidos em algo mais útil se, de repente, o preço real das passagens fosse efetivamente minorado. A questão que insurge é: este preço real das passagens de ônibus é justo? Se não, como baixá-lo?

Nesse sentido, pontos como uma tarifa zero me parece interessante, no

4 **Termidor ou Thermidor:** décimo primeiro mês do Calendário Revolucionário Francês, correspondendo ao período de 19 de julho e 17 de agosto. Esteve em vigor de 1792 a 1805 na França. O nome significa “Calor solar e terrestre que incendeia o ar de julho a agosto”. (Nota da IHU On-Line)

entanto é preciso criar um sistema único de transporte público integrado, uma fonte de financiamento justa para tanto e, também, um modelo melhor que os das atuais concessões, na qual uma empresa privada ganha uma licitação e torna-se uma figura de peso na política municipal, ainda mais por não ter acontecido uma reforma política. E não adianta sair do mercado para cair numa velha empresa estatal, como a antiga CMTC⁵ em São Paulo, que simplesmente não funcionava, ou melhor, funcionava conforme os interesses restritos da casta burocrática que a administrava, a despeito de seus trabalhadores e usuários. Isso precisa ser trazido à tona. Não é uma crítica moralizante do movimento, mas questões de ordem polêmica, isto é, táticas e estratégicas.

IHU On-Line - Como vê a crítica de que as manifestações foram esvaziadas por conta da violência?

Hugo Albuquerque - É um argumento ruim, sem dúvida. Em primeiro lugar, as manifestações não foram esvaziadas em parte alguma. Em segundo lugar, a violência deflagrada, desde o início, é de origem policial. Aliás, se você analisa os inúmeros vídeos, fotos, textos e relatos sobre essas manifestações, constata que, quando os manifestantes usaram da força, quase sempre foi em caráter defensivo. Existem alguns poucos casos de policiais que foram agredidos gratuitamente nesse processo; porém, comparado com a quantidade gigantesca e a intensidade das agressões realizadas por eles contra os manifestantes, não há como equiparar nada. É possível fazer uma crítica estratégica e política dessas manifestações, mas embarcar num rema-rem moralista apenas favorece a criminalização dos movimentos sociais e a violência de Estado.

Violência

É preciso acrescentar que a violência policial é algo que, por natureza, não tem simetria com a violência praticada por pessoas comuns: a coi-

sa é outra, a violência de Estado tem natureza peculiar, pois ela é aquela na qual o agredido não tem a quem recorrer. Ele é atacado por quem está ali, em tese, para protegê-lo, e para ser atacado dessa maneira ele precisa ser rotulado como causador de algo, pois, para que um policial use de força contra alguma pessoa, a imagem pública desta precisa, antes, ser destruída. A vítima sofre a pior das violências que é, precisamente, a sua desumanização, a violência física posterior é só consequência. É o velho apanhou ou morreu porque “deu motivo”, porque é um pária, um Homo sacer⁶.

Além do mais, até bem pouco tempo, manifestações reivindicatórias no Brasil eram pacíficas como em nenhuma outra parte do globo, mas já eram tratadas à base de muita violência — e ativistas eram socialmente estigmatizados, independentemente do que propusessem. Só que o nível de violência policial cresceu desta vez a ponto de radicalizar como nunca os movimentos — e em vez de dar a outra face, os ativistas passaram a conter a tentativa de supressão policial usando de força. Ainda assim, o que se vê no Brasil não é nada diferente do registrado em manifestações na Europa. Mas uma coisa é discrepante: a violência da polícia, uma das que mais mata no mundo.

Não só o aparato judicial brasileiro tem autorizado essa violência. Existe pouco empenho na apuração dos crimes praticados por policiais no período. Só que paralelamente a isso, ocorre agora uma grande comoção social em casos como o do pedreiro Amarildo no Rio e o do garoto Douglas na Zona Norte de São Paulo: infelizmente, gente pobre e inocente morria todo o tempo nas mãos da polícia, mas isso felizmente começa agora a indignar as pessoas. Só que o policial que matou Douglas irá responder processo por homicídio culposo — isto é, sem intenção de matar — em liberdade, enquanto os agressores do coronel, em recente manifestação,

responderão presos por tentativa de homicídio. Existem dois pesos e duas medidas aí.

IHU On-Line - Qual é a gênese dos Black Blocs? Como e por que esse fenômeno se formou?

Hugo Albuquerque - Não é difícil descobrir como o Black Bloc surgiu: na Berlim Ocidental do início dos anos 1980. Depois o fenômeno teve sucesso nas marchas alterglobalistas⁷ dos anos 1990. Mas é preciso lembrar o seguinte: o que se passava com a Alemanha Ocidental naquela época? Simples, era a crise da social-democracia, que, depois de um longo governo, rompeu o diálogo com os movimentos sociais, ambientalistas, etc. A partir daí, temas importantes de direitos civis, a questão da energia nuclear, entre outros, ficaram de fora da agenda. É a mesma época em que a ala ambientalista do partido social-democrata rompe com ele e funda o Partido Verde. Era a mesma coisa na Itália com o partido comunista local: uma aliança entre capital e trabalho a bem do desenvolvimento, do progresso. Sindicatos de braços dados com o capital nacional. O Black Bloc, embora não propriamente violento à maneira de organizações como a Fração do Exército Vermelho, expressou o horror e a revolta de toda uma juventude com a perspectiva política desumana, previsível e absolutamente vazia — na qual todos marcham numa estrada monótona, onde não há perdão para quem se recusar a seguir essa trilha para o futuro.

IHU On-Line - Os Black Blocs fazem parte da multidão? O que os diferencia e os aproxima?

Hugo Albuquerque - A multidão é muita coisa, ela é um conceito, uma expressão de coletividade humana que emerge não pela homogeneidade, como o “povo” ou a “sociedade”, mas sim por diferenças intensas que se desdobram continuamente. O Quilombo dos Palmares e uma série de

⁵ **Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC):** empresa responsável pela operação e fiscalização do transporte via ônibus em São Paulo. Existiu de 1946 a 1995, quando foi extinta na gestão Paulo Maluf. (Nota da IHU On-Line)

⁶ **Homo sacer:** figura obscura da lei romana. Aquele que foi excluído de seus direitos civis, destituído de sua cidadania. Pode ser morto por qualquer um, mas não em sacrifícios religiosos. Alguns autores contemporâneos ligam a figura com os excluídos da sociedade humana. (Nota da IHU On-Line)

⁷ **Alterglobalização:** movimento por uma globalização alternativa ou movimento pela justiça global. Apoiar a cooperação e a interação global, promovendo valores como o meio ambiente, proteção climática, justiça econômica, proteção do trabalho, culturas indígenas, paz e liberdades civis. (Nota da IHU On-Line)

outros eventos resistentes da nossa história são multitudinários. A diferença agora é que a revolução das tecnologias de informação e comunicação criou, em escala global, uma disposição multitudinária da vida e do trabalho. Essa é a novidade, a maneira como a multidão emerge historicamente. E as revoltas dessa multidão se expressam de um modo diferente do que no século XIX, com a classe trabalhadora; uma dessas formas, aliás, são as greves metropolitanas. O Black Bloc e o avanço do anarquismo e do autonomismo entre os jovens, em detrimento do partido e das bandeiras socialistas clássicas, são uma marca deste novo mundo.

IHU On-Line - Por que essas manifestações ocorrem, em alguma medida, sob a linguagem da violência? Em que consiste a “violência simbólica” e a “estratégia performática”, como os Black Blocs definem? Ela é justificável? Quais os limites dessa manifestação?

Hugo Albuquerque - Pela polarização à qual me referi inicialmente. Quem deflagrou a violência, me parece, não foram os manifestantes, mas agora existe muito ressentimento, angústia, flutuações de ânimos, etc. E muita repressão: pela primeira vez na nossa história existe um consenso entre as elites políticas de que é preciso reprimir, sim, não há mais alguém pelos ativistas, ao mesmo tempo que as pessoas estão enfurecidas. Isso, a meu pensar, só se resolve com uma sincera interlocução política.

Do Black Bloc, o que importa não é a violência física, nós não vivemos em um sistema no qual a violência física realmente importa, não estamos na Idade Média: a modernidade se assenta sobre violências psicológicas, sujeições voluntárias e que tais. No caso, imagino que algo como o Black Bloc incomode por ser uma organização horizontal, anônima e de multidão: eles não podem ser efetivamente passíveis de uma ordem, não têm nome. Por outro lado, os movimentos reivindicatórios precisam sair da estética e chegar à política.

IHU On-Line - Em que consiste o poder constituinte da multidão? Qual é o poder constituinte das ruas?

“Eu poderia fazer ‘n’ críticas ao método de ação dos *Black Blocs* e mascarados em geral, mas evito fazer para não embarcar nessa onda de criminalização. Direito penal não é panaceia”

Hugo Albuquerque - É uma ideia do filósofo italiano Antonio Negri⁸, que, baseado na metafísica de Spinoza⁹, rompe com a separação estática

⁸ Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt - sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da *IHU On-Line*, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior e foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU em abril de 2003, no mesmo ano em que Negri esteve na América do Sul em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, vive entre Paris e Veneza e escreve para revistas e jornais de todo o mundo. (Nota da *IHU On-Line*)

⁹ Baruch Spinoza (ou Espinosa, 1632-1677): filósofo holandês. Sua filosofia é considerada uma resposta ao dualismo da filosofia de Descartes. Foi considerado um dos grandes racionalistas do século XVII dentro da Filosofia Moderna e o fundador do criticismo bíblico moderno. Confira a edição 397 da *IHU On-Line*, de 06-08-2012, intitulada *Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento*, disponível em <http://bit.ly/RPZqOi>. (Nota da *IHU On-Line*)

e primária entre poder constituinte e poder constituído que nós aprendemos nos bancos das faculdades de Direito. Essa ideia modernista de que houve uma revolução, mas adveio uma nova ordem, benigna, é coisa de Napoleão¹⁰: a constituição — na forma de um contrato burguês — adveio e a revolução acabou. Sem dúvida alguma, uma pura peça retórica que transforma o evento destituído de uma velha ordem, e constituinte da liberdade, em um mito fundador domesticado que fundamenta a obediência absoluta à nova ordem. Isso serviu para que tudo mudasse sem nada mudar na França pós-revolução, quando a aristocracia traiu camponeses, baixo clero, trabalhadores, mulheres, para apenas tomar o lugar que era da burguesia. O poder constituído é uma farsa histórica, que vem para legitimar a violência de um setor sobre o outro, criminalizando a eventual resistência dos oprimidos. De certa forma, o PT — até o governo Lula — sempre deu vazão a esta potência constituinte, mesmo que com ambivalências, constituiu direitos e melhorou a vida do povo brasileiro. Uma vez que ele deixou de fazer isso, aconteceu o óbvio: o fluxo da correnteza represou e arrebitou a barragem.

IHU On-Line - Como interpreta as críticas aos Black Blocs e às manifestações que ocorreram em junho? Trata-se de duas críticas específicas a cada movimento, ou é uma única crítica?

Hugo Albuquerque - Bem, acho que existem pessoas realmente incomodadas pelo abalo à ordem, outras com sincero temor sobre os rumos do que pode acontecer — o uso desses eventos para instituir um regime reacionário — e um ânimo igualmente sincero de outro lado — às vezes exagerado, mas muitas vezes equilibrado.

¹⁰ Napoleão Bonaparte (1769-1821): líder político e militar francês. Adotando o nome de Napoleão I, foi imperador da França de 18 de maio de 1804 a 06 de abril de 1814, posição que voltou a ocupar por poucos meses em 1815 (20 de março a 22 de junho). Sua reforma legal, o Código Napoleônico, teve grande influência na legislação de vários países. Através das guerras napoleônicas, foi responsável por estabelecer a hegemonia francesa sobre boa parte da Europa. (Nota da *IHU On-Line*)

Penso que isso tudo é muito complicado, mas estou mais preocupado com quem gerou mais violência e pode gerá-la mais ainda; eventuais atos exacerbados cometidos por algum adepto da tática Black Bloc precisam ser vistos na sua real dimensão: uma infração, uma desobediência civil, um ato individual ou em grupo. Não foram os Black Blocs que sequestraram, torturaram, cegaram ou mataram alguém nesse período.

Eu poderia fazer “n” críticas ao método de ação dos Black Blocs e mascarados em geral, mas evito fazer para não embarcar nessa onda de criminalização. Direito penal não é panaceia. O que me assusta mesmo neste momento é a violência policial, a aplicação contra civis da Lei de Segurança Nacional, as prisões arbitrárias e em massa, o cerceamento de defesa de muitos dos acusados de terem feito algo nestes últimos meses.

IHU On-Line - Em que fundamenta a afirmação de que “o Estado é anárquico como a tradição teológica é anárquica”?

Hugo Albuquerque - É uma ideia agambeniana¹¹. O Estado, a exemplo

do deus-pai da mitologia abraâmica¹², não tem fundamento. Isto é, ele é *an-archon*, sem fundamento, em grego. Ele cria as identidades das pessoas, nossas identidades são oficiais e, a partir delas, podemos ser comandados. Apesar de todos os mecanismos de pesos e contrapesos, o Estado pode emitir uma decisão final que não é passível de contenção pelos cidadãos. E isso independe do governo, de quem esteja lá, é algo próprio da forma de organização estatal. Daí que toda crítica moral(ista) a um determinado governo é ingênua ou muito mal-intencionada. Quando os cidadãos comuns se organizam da mesma forma, eles colocam o Estado em choque.

IHU On-Line – O que significa o Estado não ter fundamento? Qual é a alternativa ao Estado?

Hugo Albuquerque - O Estado estabelece identidades, nomeando, mas ele próprio não tem nome, ele ordena, mas em último caso não é ordenável. Olhem o mito do deus judaico: deus não tem nome, pois é ele quem nomeia, ele quem dá nome aos filhos e, por isso, seria indigno que estes o nomeassem. Ora essa, não se trata de um fenômeno lógico, mas de uma questão ideológica óbvia: deus não pode ser nomeado, pois, se fosse, poderia ser comandado também. Ele tem uma mera identidade genérica, uma identidade meramente descritiva e não prescritível. Com o Estado ocorre o mesmo. E o Estado, que é um fenômeno próprio da modernidade, é

feito à imagem e semelhança de deus. É uma máquina política que, conceitualmente, se caracteriza pela pretensão de onisciência, da onipotência e da onipresença, isto é, a divina providência que tudo pode (como em um totalitarismo) inclusive escolher nada poder (em um neoliberalismo).

No plano histórico, Estado é uma forma de organização política lastreada por um corpo permanente de burocratas, cuja praxe mantém uma continuidade hermética e permanente, é a exceção permanente à qual se refere Benjamin: um mundo ordenado por vilões, por administradores, um monte de engrenagens objetificadas e objetificantes. Mudam-se as “cabeças” e permanecem os burocratas. Eles vivem do trabalho vivo parasitariamente. E essa lógica se sustenta em uma lógica meramente econômica, algo transportado desta vez do patriarcalismo greco-romano, no qual a cidade era composta por várias casas (*oikias*) comandadas por um dono (*dominus* ou *despotes*) que, pelo título público do *dominium*, exercia mando absoluto sobre sua família, servos e escravos. Platão¹³ é o primeiro pensador que, no afã de resolver os problemas políticos (da Atenas de então), propugna por uma lógica econômica de ordenação política que, a rigor, suprimiu a própria política.

Não à toa, os vários fascismos do século XX converteram seus líderes em figuras patriarcais — com a diferença que a ideia de eugenia acabou sendo transformada em critério para a fidelidade. Atente-se que não chamei ninguém de “vilão” à toa: o *villicus* romano era quem administrava a Casa, quem fazia o trabalho sujo e duro de acordo com a vontade do “dominus”

¹³ Platão (427-347 a.C.): filósofo ateniense. Criador de sistemas filosóficos influentes até hoje, como a Teoria das Ideias e a Dialética. Discípulo de Sócrates, Platão foi mestre de Aristóteles. Entre suas obras, destacam-se *A República* (São Paulo: Editora Ediplo, 2012) e *o Fédon* (São Paulo: Martin Claret, 2002). Sobre Platão, confira a entrevista *As implicações éticas da cosmologia de Platão*, concedida pelo filósofo Prof. Dr. Marcelo Perine à edição 194 da *IHU On-Line*, de 04-09-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon194>. Leia também a edição 294 da *IHU On-Line*, de 25-05-2009, intitulada *Platão. A totalidade em movimento*, disponível em <http://bit.ly/ihuon294>. (Nota da *IHU On-Line*)

¹¹ **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da *Facolta di Design e arti della IUAV* (Veneza), onde ensina Estética, e do *College International de Philosophie* de Paris. Formado em Direito, foi professor da *Università di Macerata*, *Università di Verona* e da *New York University*, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo norte-americano. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da *IHU On-Line*, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa

O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna, disponível em <http://bit.ly/ihuon81>. Além disso, de 16 de abril a 23 de outubro de 2013, o IHU organizou o ciclo de estudos *O pensamento de Giorgio Agamben: técnicas biopolíticas de governo, soberania e exceção*, cujas atividades integraram o I e o II seminários preparatórios ao *XIV Simpósio Internacional IHU - Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades*. (Nota da *IHU On-Line*)

¹² Abraão: personagem bíblico citado no Livro do Gênesis a partir do qual se desenvolveram três das maiores vertentes religiosas da humanidade: Judaísmo, Cristianismo e Islamismo. Abraão é citado como a nona geração de Sem, o qual foi um dos filhos do patriarca Noé. Segunda a Bíblia, a mais provável procedência de Abraão seria a cidade de Ur dos caldeus, situada no sul da Mesopotâmia, onde seus irmãos também teriam nascido. (Nota da *IHU On-Line*)

(ou muitas vezes o influenciando). O Estado é uma multiplicidade de *villius*. Vejamos que o Estado, qualquer um que seja, possui uma face visível e benigna (o Parlamento, o diplomata) e outra secreta e terrível (o interior dos gabinetes, os sistemas de espionagem), o que só é possível porque ele vive em absoluta liberdade e não é sujeito a nada. Isso o Marquês de Sade¹⁴ já tinha observado, quando dizia que a realização constitucional dos Estados se dava anarquicamente. Só que o Estado, ou melhor, seus agentes, entram em pânico quando alguém se volta contra eles usando de sua mesma racionalidade, só que de forma positiva. Posto isso, qual a alternativa que existe para o Estado? Que com Estado não existem alternativas, mas sem ele, elas se tornam possíveis.

O mundo viveu muito tempo sem a forma de organização estatal. É uma ideia inventada pelos pensadores burgueses e pré-burgueses como Ho-

14 Donatien Alphonse François de Sade [Marquês de Sade] (1740-1814): aristocrata francês e escritor libertino. Muitas das suas obras foram escritas enquanto estava em um hospício, encarcerado por causa de seus escritos e de seu comportamento. De seu nome surge o termo médico *sadismo*, que define a perversão sexual de ter prazer na dor física ou moral do parceiro ou parceiros. Foi perseguido tanto pela monarquia (Antigo Regime) como pelos revolucionários vitoriosos de 1789 e depois por Napoleão. (Nota da IHU On-Line)

bbes¹⁵, mas cuja realização histórica só se deu mesmo com as revoluções que a burguesia solapou: a Gloriosa¹⁶, a Americana¹⁷ e, sobretudo, a Francesa¹⁸. Perguntar-se sobre alternativas

15 Thomas Hobbes (1588-1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista *O conflito é o motor da vida política*, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 06-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/ggmghe>. (Nota da IHU On-Line)

16 Revolução Gloriosa: evento histórico que ocorreu na Inglaterra entre 1695 e 1740, na qual o rei Jaime II da dinastia Stuart (católico) foi removido do trono da Inglaterra, Escócia e País de Gales, substituído por sua filha, Maria II e pelo seu genro, o nobre holandês Guilherme, Príncipe de Orange. Marcou o declínio do parlamento sobre a coroa. (Nota da IHU On-Line)

17 Guerra da Independência dos Estados Unidos, Guerra da Revolução Americana ou Revolução Americana: conflito que culminou na independência dos Estados Unidos no dia 4 de julho de 1776. A partir do fim da Guerra dos Sete Anos, as 13 colônias norte-americanas iniciaram uma série de embates com a metrópole inglesa devido aos altos impostos cobrados para financiar a guerra. O movimento teve ampla base popular e grande participação da burguesia colonial. (Nota da IHU On-Line)

18 Revolução Francesa: nome dado ao

ao Estado é como indagar o que seria de nós sem as armas de fogo. De tal sorte, o erro histórico das esquerdas, da Rússia do século XX até a América Latina de hoje, passando pela social-democracia europeia ocidental, foi tentar ocupar algo que, por natureza, é inocuável, muito pelo contrário.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Hugo Albuquerque - Acho que vivemos um momento fascinante, que precisa ser visto sem medo ou esperança, sem desespero ou vontade de segurança, mas com alegria e equilíbrio. Teremos saudade desses dias no futuro, pelos motivos bons ou maus. É preciso pensar, atuar, propor como nunca.

conjunto de acontecimentos que, entre 5 de maio de 1789 e 9 de novembro de 1799, alteraram o quadro político e social da França. Começa com a convocação dos Estados Gerais e a Queda da Bastilha e se encerra com o golpe de estado do 18 Brumário, de Napoleão Bonaparte. Em causa estavam o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero e da nobreza. Foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da Independência Americana (1776). Está entre as maiores revoluções da história da humanidade. A Revolução Francesa é considerada como o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea. Aboliu a servidão e os direitos feudais e proclamou os princípios universais de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" (*Liberté, Egalité, Fraternité*), frase de autoria de Jean-Jacques Rousseau. (Nota da IHU On-Line)

LEIA OS CADERNOS IHU

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Tema
de
Capa

**Destques
da Semana**

IHU em
Revista

A Constituição Federal e a construção de direitos

Professor José Geraldo de Sousa Junior, um dos principais nomes do chamado “Direito Achado na Rua”, considera a Constituição como processo contínuo de cidadania

POR RICARDO MACHADO

“**T**al constituição é a expressão de um processo contínuo em construção de direitos. Se a gente assistir ao apelo do Artigo 5º da Constituição, vai ver que ali tem um elenco grande de direitos, mas a chave de encerramento do artigo é de que nem isso esgota outros direitos que decorram da natureza do regime ou dos princípios que a Constituição adota. Se a natureza do regime é a democracia, então, como lembra Marilena [Chauí], a democracia é o regime que permite a criação permanente de direitos”, considera José Geraldo de Sousa Junior, em entrevista concedida pessoalmente à **IHU On-Line**. Para o professor, os princípios da Constituição incluem os direitos humanos, o que permite a condição de reconhecimento e protagonismo de diversos atores sociais. “O direito já está inscrito nos processos legitimadores de sua emergência social. Assim, por exemplo, é que surgiu o direito de morar. (...) Uma disputa que é semântica, que é legal e que é política, dentro de uma dimensão de diálogo, que a Constituição permite”, avalia.

Para José Geraldo de Sousa Junior, o processo constituinte e a formulação da Constituição de 1988 resultou em um documento que é um instrumento mediador, uma estratégia de transição, considerando a Carta Magna “um canal para a participação popular, e não um dique para conter o protagonismo do verdadeiro poder soberano, que é o poder popular, do verdadeiro sujeito de direitos, e que o direito não é criado institucionalmente, ele é criado socialmente”, des-

taca. Nesse sentido, ele considera que estamos completando um processo de transição que se iniciou há 25 anos e que mantém a construção da cultura republicana, iniciada com a constituinte. “A questão da memória e da verdade fecha o debate no contexto de transição”, complementa.

José Geraldo de Sousa Junior possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal - AEUDF, mestrado e doutorado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília - UnB. É também jurista, pesquisador de temas relacionados aos direitos humanos e à cidadania, sendo reconhecido como um dos autores do projeto Direito Achado na Rua, grupo de pesquisa com mais de 45 pesquisadores envolvidos. Professor da UnB desde 1985, ocupou postos importantes dentro e fora da Universidade. Foi chefe de gabinete e procurador jurídico na gestão do professor Cristovam Buarque; dirigiu o Departamento de Política do Ensino Superior no Ministério da Educação; é membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, onde acumula três décadas de atuação na defesa dos direitos civis e de mediação de conflitos sociais. Em 2008, foi escolhido reitor, em eleição realizada com voto paritário de professores, estudantes e funcionários da UnB.

Esta entrevista foi publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em 03-12-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon031213>
Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como podemos pensar o surgimento da Constituição Federal de 1988 traçando um paralelo histórico do Brasil?

José Geraldo de Sousa Junior - Pense que o batismo da Constituição

feita pelo presidente da constituinte, Ulysses Guimarães, de Constituição Cidadã, ganha mais relevo quando se contrasta com o batismo da primeira Constituição brasileira após a Independência, em 1824, cujo apelido

era Constituição da Mandioca¹. Isso

¹ **Constituição da Mandioca:** denominação popular ao primeiro projeto de constituição do Brasil, cuja votação, em 1823, veio a ser interrompida pelo Imperador D. Pedro I em novembro daquele

significa um percurso de construção da República e da Cidadania do nosso país. Por que Constituição da Mandioca? Porque ela era censitária e, portanto, concedia uma cidadania a proprietários, “homens de bem”, sendo fortemente excludente, pois colocava à margem o reconhecimento do protagonismo social, sobretudo dos trabalhadores, à medida que estávamos em um regime escravocrata. Na Constituição de 1891, já na época republicana, as mulheres, os analfabetos, os jovens, os clérigos, os praças, todos eram postos à margem de um processo político que envolvesse o exercício ativo centrado na concepção de exercício do sufrágio.

Daí se justifica a tese de José Murilo² sobre a existência ou não de povo no Brasil. E, no bojo dela, de uma necessidade de distinguir aquilo que ele chama de cidadania ativa, que não era a do sufrágio, mas a do protesto. Porque o núcleo da sua emergência não é o exercício formal do voto, mas a capacidade de mudar as relações do social por meio da revolta. Por isso que ele estuda a Revolta da Chibata³.

Bem, comparando esse momento, que é o da condição de passividade da cidadania, com o momento de 1988, constata-se que ela se tornou não só representativa, mas direta. Não só concedida, mas conquistada, porque no espaço de debate da constituinte acudiram por reivindicação de participação sujeitos que, inclusive, não aceitaram as regras de delegação

no modelo representativo tradicional. Ocuparam o espaço da constituinte para fazer uma “batalha virtual” em torno da construção do regimento da constituinte e conseguiram escrever a tese em que o social, por meio de suas representações, pudesse ter um papel proponente no esforço de construir a Constituição.

IHU On-Line – Que cidadania emerge desse novo documento?

José Geraldo de Sousa Junior - É uma cidadania de democracia direta, que traduz uma nova noção que, a meu ver, foi magistralmente elaborada pela professora Marilena Chauí⁴, no prefácio que fez ao livro do sociólogo Éder Sader⁵, intitulado *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988), aludindo ao protagonismo dos movimentos sociais. Então Marilena comenta, nesse caso, de que se inscreve na ação dos novos movimentos sociais um sujeito novo, que é o titular da cidadania ativa, um sujeito novo, autônomo. Este, pela mediação da cidadania, se dá a si próprio os direitos, a chave de conhecimento da nova Constituição.

Tal Constituição é a expressão de um processo contínuo de construção de direitos. Se a gente assistir ao apelo do Artigo 5º da Constituição⁶, vai ver que ali tem um elenco grande de

direitos, mas a chave de encerramento do artigo é de que nem isso esgota outros direitos que decorram da natureza do regime ou dos princípios que a Constituição adota. Se a natureza do regime é a democracia, então, como lembra Marilena, a democracia é o regime que permite a criação permanente de direitos.

IHU On-Line – De que maneira a Constituição viabilizou o chamado “Direito Achado na Rua”?

José Geraldo de Sousa Junior - Se os princípios que ela [a Constituição] adota incluem os direitos humanos, o jurídico já está inscrito como condição de reconhecimento, independentemente de sua legalização. O direito já está inscrito nos processos legítimos de sua emergência social. Assim, por exemplo, é que surgiu o direito de morar. No contexto legislativo, a ação política produziu os deslocamentos fáticos para descriminalizar tipos penais que eram criminalizados pelo requisito da invasão (esbulho possessório⁷), quando os movimentos sociais disseram que aquilo era ocupação. Uma disputa que é semântica, que é legal e que é política, dentro de uma dimensão de diálogo, que a Constituição permite.

É preciso considerar algo que está no horizonte de sentido de nossa cultura política e jurídica, e que em relação à Constituição caracteriza algumas atitudes. Então, a atitude negativista, por exemplo, considera que o processo constituinte não alcança o cerne daquilo que é o fato de poder ou o fato de domínio, enquanto dimensão econômica, criando uma hierarquia entre classes, entre grupos. Isso não é verdade. Na representação do jurídico e do institucional, os protagonismos desenham seus projetos e criam horizontes a partir dos quais eles se movem para realizá-los. Então a constituinte não pode ser vis-

ano, ao determinar o fechamento da Assembleia Nacional Constituinte. (Nota da IHU On-Line)

2 José Murilo de Carvalho (1939): cientista político e historiador brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras. É autor, entre outras obras, de *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990) e *Cidadania no Brasil - o longo caminho* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001). Concedeu as entrevistas *Independência do Brasil: Um movimento socialmente conservador*, na Edição 234, da Revista IHU On-Line, disponível em <http://bit.ly/1gT7I4F>, e *Os desafios à construção da cidadania brasileira*, na Edição 428 da Revista IHU On-Line, disponível em <http://bit.ly/1buOwtT>. (Nota da IHU On-Line)

3 Revolta da Chibata: eclodiu em 1910 na Baía de Guanabara. Na ocasião, dois mil marinheiros da Marinha se rebelaram contra a aplicação dos castigos físicos a eles impostos como punição. (Nota da IHU On-Line)

4 Marilena de Souza Chauí: filósofa e professora de filosofia política e história da filosofia moderna da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH). Escreveu inúmeros livros, entre eles *Da Realidade sem Mistérios ao Mistério do Mundo, Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária, Professoras na Cozinha, Introdução à História da Filosofia e Política em Espinosa*. É reconhecida não só pela sua produção acadêmica, mas pela participação efetiva no contexto do pensamento e da política brasileira. Já foi secretária municipal da Cultura na cidade de São Paulo durante o mandato da ex-prefeita Erundina (1988-1992). (Nota da IHU On-Line)

5 Eder Simão Sader (1941-1988): foi um sociólogo brasileiro perseguido pela ditadura militar. Exilou-se no Chile entre 1971 e 1973 e em seguida na França, entre 1974 e 1979. (Nota da IHU On-Line)

6 Caput Artigo 5º da Constituição: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (Nota da IHU On-Line)

7 Esbulho possessório: o ato pelo qual uma pessoa perde a posse de um bem que tem consigo (sendo proprietário ou possuidor) por ato de terceiro que a toma forçadamente, sem ter qualquer direito sobre a coisa que legitime o seu ato. É o caso, por exemplo, de pessoa que entra sem autorização em terreno de outrem e o ocupa, sem que a posse do terreno lhe tenha sido transmitida por qualquer meio. (Nota da IHU On-Line)

ta, como muitos a observaram, no sentido de que é mais um arranjo de dominação e que é a substituição formal de uma legalidade por outra. Isso é uma atitude que está presente no debate constituinte e que é impotente porque é conformista e é rendida de saída. Não pode ser também uma atitude que em outros tempos era de puro idealismo, achando que o Jurídico é uma vara de condão: tocou e transforma a realidade.

IHU On-Line – É possível perceber na jurisdição pós-constituente marcas do autoritarismo de Estado e a defesa das elites do período anterior à redemocratização?

José Geraldo de Sousa Junior - A ditadura de 64, por exemplo, manteve Parlamento, Judiciário e Constituição, mas não aplicava as leis. Ou criou uma forma desdobrada de organização do seu poder que subordinou a Constituição, que sufocou o Parlamento e que estrangulou o Judiciário. Isso, entretanto, condicionava os requisitos de uma chamada “ideologia de segurança nacional”. A ilusão do legalismo, de uma troca de legalidade por outra, inclusive conteve alguns segmentos que podiam ter sido mais críticos no processo e podiam ter contribuído para abreviá-lo: como a Igreja, a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, etc., em nome da ilusão idealista da legalidade.

Essa legalidade era espúria, era a legalidade que existia no nazismo e foi desmontada por críticas como aquelas que se escreveram na instauração do tribunal de Nuremberg⁸, onde os juízes, por exemplo, se diziam confortáveis por terem cumprido as leis. Mas é preciso uma atitude finalista que entenda as transições mediadas pela política, elas são a possibilidade de abertura de mediação política para criar canais de manifestação de novas formas de sociabilidade, de novas estratégias de regulação social, e as leis têm de ser suficientemente plásticas para permitir a circulação dessas

8 **Tribunal de Nuremberg**: tribunal que julgou os processos contra os 24 principais criminosos de guerra da Segunda Guerra Mundial, dirigentes do nazismo, ante o Tribunal Militar Internacional, em 20 de novembro de 1945, na cidade alemã de Nuremberg. (Nota da IHU On-Line)

transformações. Ou seja, um sistema constitucional não é um fim, é um ponto de partida, e a legislação é uma estrutura porosa por meio da qual as novas sociabilidades podem emergir, ser reconhecidas e reinstitucionalizadas. Como estamos assistindo hoje, à medida que percebemos que muitas instituições se abrem a esse processo.

IHU On-Line – Como a Constituição de 1988 dialoga com os desafios à transparência do poder Judiciário?

José Geraldo de Sousa Junior - A última das instituições a se abrir é a judiciária, quando observamos, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal - STF aceitando o modelo da participação nas audiências públicas, até em uma certa negociação legitimada sobre o alcance hermenêutico das normas constitucionais. Por isso eu diria que a Constituição de 1988 entendeu que era um instrumento mediador, era uma estratégia para a transição, um canal para a participação popular, e não um dique para conter o protagonismo do verdadeiro poder soberano que é o poder popular, do verdadeiro sujeito de direitos, e que o direito não é criado institucionalmente, é criado socialmente. As instituições são os seus tradutores e esse processo é permanente, não estanque.

Uma legalidade nova não é um termo do processo, é uma mediação que vemos como recuperação, inclusive, do ponto de vista teórico, de verdadeiras teorias. Se lembrarmos o que diz o professor Canotilho⁹, grande constitucionalista português, advertindo os constitucionalistas de que eles devem se prevenir contra o formalismo constitucional, porque se não tiverem um olhar vigilante sob as exigências do direito justo, orientados por teorias de sociedade e por teorias de justiça, eles jamais perceberão a necessidade de elaborar outros modos de consideração da regra do direi-

9 **José Joaquim Gomes Canotilho** (1941): jurista português e professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e professor visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, considerado por muitos como um dos nomes mais relevantes do direito constitucional da atualidade. Foi distinguido com o Prémio Pessoa em 2003 e com a Comenda da Ordem da Liberdade em 2004. (Nota da IHU On-Line)

to. E aí, curiosamente, Canotilho, no livro *Teoria da Constituição e do Direito Constitucional* (São Paulo: Editora Almedina, 2003), sugere que, entre estes outros modos de consideração da regra do Direito, fiquemos atentos às chamadas práticas sociais, para orgulho nosso, ele diz, ao que formula o chamado “Direito Achado na Rua”¹⁰, aludindo a um importante movimento teórico-prático que se desenvolve na Universidade de Brasília - UnB.

IHU On-Line – Para além da reforma política bradada nas ruas do Brasil nas manifestações ocorridas em junho – onde foi aventada pela presidente Dilma a instauração de uma Constituinte e depois deixada de lado –, podemos pensar em uma reforma de direitos? Isso traria benefícios à sociedade?

José Geraldo de Sousa Junior - Em primeiro lugar, queria dizer que há 25 anos venho dizendo, com “O Direito Achado na Rua”, que é preciso estabelecer o protagonismo dos sujeitos sociais. É claro que nisso está colocada uma metáfora que toma a rua como tradução da ideia de espaço público, algo que culturalmente esteve sempre muito bem designado no horizonte notadamente literário e antropológico em nosso país. Castro Alves¹¹, no célebre poema chamado *Do povo ao poder*¹², já dizia que “A praça

10 **Direito Achado na Rua**: expressão criada por Roberto Lyra Filho para pensar o Direito derivado da ação dos movimentos sociais, ou seja, como modelo do que seu autor considerava “organização social da liberdade”. Seria o encontro dos Novos Movimentos Sociais e o Direito, indo além do legalismo, procurando encontrar o Direito na “rua”, no espaço público, nas reivindicações da população. (Nota da IHU On-Line)

11 **Antônio Frederico de Castro Alves - Castro Alves** (1847-1871): poeta brasileiro, nascido na fazenda Cabaceiras, distante cerca de 42 quilômetros da vila de Nossa Senhora da Conceição de “Curralinho”, hoje chamada de Castro Alves, no estado da Bahia. Suas poesias mais conhecidas são marcadas pelo combate à escravidão, motivo pelo qual é conhecido como “Poeta dos Escravos”. (Nota da IHU On-Line)

12 **Poema O povo ao poder**: Quando nas praças s’eleva/Do povo a sublime voz.../Um raio ilumina a treva/O Cristo assombra o algoz.../Que o gigante da calçada/Com pé sobre a barricada/Desgrenhado, enorme, e nu,/Em Roma é Catão ou Mário,/É Jesus sobre o Calvário,/É Garibaldi ou Kossuth.

é do povo, como o céu é do condor/É o antro onde a liberdade cria águias em seu calor/Quereis, pois, a praça desgraçada populaça que só tem a rua de seu”, ou Cassiano Ricardo¹³, no poema notável chamado “Sala de Espera”¹⁴, se referia à rua como o lu-

gar do acontecimento. A rua, dizia ele, “*Republicana, transeunte, da procissão/De protesto, do comício/A rua do acontecimento social/A rua da reivindicação social*”.

Movimentos sociais

Algo que está em nossa antropologia se pensarmos em Da Mata¹⁵ e na tese simbólica d’A casa e a rua (Rio de Janeiro: Rocco, 1984), e que está na literatura universal se pensarmos em Marshall Bermann¹⁶ em seu livro *Tudo o que é sólido desmancha no ar* (São Paulo: Companhia das Letras 1986), em que ele estuda a literatura, mas extrai desse estudo a representação de que a rua é o lugar em que a multidão transeunte, em seus encontros e desencontros, ao reivindicar a liberda-

de de direitos, se transforma em povo. Então é essa a representação que está no ambiente literário, no simbólico de nossa interpretação da ideia republicana de espaço público que o direito artificializou, sempre cindiu e que de repente se tornou forte e gritante com as manifestações de junho, porque elas foram potencializadas pelos meios de comunicação.

Sempre tivemos participação de movimentos sociais. A presidenta [Dilma Rousseff], apesar da perplexidade daquele quadro, foi quem mais depressa reagiu. E ela conduziu os dois âmbitos que eu acho que são importantes. O primeiro é algo que filosoficamente sempre discutimos: o que é o poder constituinte e como ele age. Uns dizem que ele é permanente, como Negri¹⁷. Os revolucionários das grandes mudanças sociais que demarcam as revoluções do século falam em revolução permanente. O poder constituinte é um cotidiano de transformações, ou seja, as reciprocidades que se estabelecem em um cotidiano de interação social e que fazem das cotidianidades um elemento de atualização das demandas, inclusive jurídicas, do grande protagonista, que é o povo organizado. Então o processo constituinte é um processo permanente, mas não basta um movimento, é preciso uma institucionalização, e há elementos cristalizadores desse processo, com maior ou menor rigidez.

A praça! A praça é do povo/Como o céu é do condor/É o antro onde a liberdade/Cria águias em seu calor./ Senhor!... pois quereis a praça?/Desgraçada a populaça/Só tem a rua de seu.../Ninguém vos rouba os castelos/Tendes palácios tão belos.../Deixai a terra ao Anteu.

Na tortura, na fogueira.../Nas tocas da inquisição/Chiava o ferro na carne/Porém gritava a aflição./Pois bem... nest’hora poluta/Nós bebemos a cicuta/Sufocados no estertor;/Deixai-nos soltar um grito/Que topando no infinito/Talvez desperte o Senhor.

A palavra! vós roubais-la/Aos lábios da multidão/Dizeis, senhores, à lava/Que não rompa do vulcão./Mas qu’infâmia! Ai, velha Roma,/Ai, cidade de Vendoma,/Ai, mundos de cem heróis,/Dizei, cidades de pedra,/Onde a liberdade medra/Do porvir aos arrebois./Dizei, quando a voz dos Gracos/Tapou a destra da lei?/Onde a toga tribunícia/Foi calcada aos pés do rei?/Fala, soberba Inglaterra,/Do sul ao teu pobre irmão;/Dos teus tribunos que é feito?/Tu guarda-os no largo peito/Não no lodo da prisão.

No entanto em sombras tremendas/Descansa extinta a nação/Fria e treda como o morto./E vós, que sentis-lhe o pulso/Apenas tremer convulso/Nas extremas contorções.../Não deixais que o filho louco/Grite “oh! Mãe, descansa um pouco/Sobre os nossos corações”.

Mas embalde... Que o direito/Não é pasto do punhal./Nem a patas de cavalos/Se faz um crime legal.../Ah! não há muitos setembros!/Da plebe doem os membros/No chicote do poder,/E o momento é mal-fadado/Quando o povo ensanguentado/Diz: já não posso sofrer.

Pois bem! Nós que caminhamos/Do futuro para a luz,/Nós que o Calvário escalamos/Levando nos ombros a cruz,/Que do presente no escuro/Só temos fé no futuro,/Como alvorada do bem,/Como Laocoonte esmagado/Morreremos coroado/Erguendo os olhos além.

Irmãos da terra da América,/Filhos do solo da cruz,/Erguei as frentes altivas,/Bebei torrentes de luz.../Ai! soberba populaça,/Rebentos da velha raça/Dos nossos velhos Catões,/Lançai um protesto, ó povo,/Protesto que o mundo novo/Manda aos tronos e às nações. (Nota da IHU On-Line)

13 Cassiano Ricardo Leite (1895-1974): jornalista, poeta e ensaísta brasileiro. Representante do modernismo de tendências nacionalistas. Foi o fundador do grupo da Bandeira, reação de cunho social-democrata a estes grupos, cuja obra foi se transformando de acordo com as novas tendências dos anos 1950 e tendo participação no movimento da poesia concreta. (Nota da IHU On-Line)

14 Poema *Sala de espera*: Ah, os rostos sentados numa sala de espera./Um “Diário Oficial” sobre a mesa./Uma jarra com

flores./A xícara de café, que o continuo vem, amável, servir aos que esperam a audiência marcada./Os retratos em cor, na parede, dos homens ilustres que exerceram, já em remotas épocas, o manso ofício de fazer esperar com esperança./E uma resposta, que será sempre a mesma: só amanhã./E os quase eternos amanhã daqueles rostos sempre adiados e sentados numa sala de espera./

Mas eu prefiro é a rua./A rua em seu sentido usual de “lá fora”./Em seu oceano que é ter bocas e pés para exigir e para caminhar./A rua onde todos se reúnem num só ninguém coletivo./Rua do homem como deve ser: transeunte, republicano, universal./Onde cada um de nós é um pouco mais dos outros do que de si mesmo./Rua da procissão, do comício, do desastre, do enterro./Rua da reivindicação social, onde mora o Acontecimento./

A rua! Uma aula de esperança ao ar livre./ (Nota da IHU On-Line)

15 Roberto DaMatta (1936): antropólogo brasileiro, considerado um dos grandes nomes das Ciências Sociais brasileiras. Autor de diversas obras de referência na Antropologia, Sociologia e Ciência Política, como *Carnavais, Malandros e Heróis, A casa e a rua e O que faz o Brasil, Brasil?*. Confira a entrevista que concedeu à edição 184 da *Revista IHU On-Line*, de 12-06-2006, intitulada *Ritual, drama e jogo*, disponível para download em <http://migre.me/QYuy>. (Nota da IHU On-Line)

16 Marshall Berman (1940-2013): escritor e filósofo estadunidense de tendência marxista. Era também professor de Ciência Política do City College of New York e do Graduate Center da City University of New York, onde ensinava Filosofia Política e Urbanismo. Sua obra mais conhecida é *Tudo que é sólido desmancha no ar*, cujo título alude a uma frase do Manifesto Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels. O livro é uma história crítica da modernidade, constituindo-se de análises críticas de vários autores e suas épocas — desde o Fausto de Goethe, passando pelo Manifesto de Marx e Engels, pelos poemas em prosa de Baudelaire e pela ficção de Dostoiévski, até as vanguardas artísticas do século XX. (Nota da IHU On-Line)

Papel da legislação

Do ponto de vista teórico, devemos considerar a condição de um momento constituinte, por conta do simbólico da constituição, por conta do que a institucionalização representa em termos formais para a fixação dos grandes momentos, acordos e entendimentos que são as estruturas legitimadoras e educadoras do processo. A legislação tem esse papel, serve a um programa pedagógico. Então é preciso caracterizar um momento constituinte onde se formaliza um pacto, um acordo, e a Constituição é a tradução disso. No século XIX, Ferdinand de Lassalle¹⁸, referindo-se ao que era essencial na Constituição, já sustentava que se ela não traduzisse a representação real dos fatores do poder, seria uma expressão jurídica nominal e, consequentemente, uma mera folha de papel.

Povo na rua

No caso de 1988, a gente percebeu que existia um esgotamento de um sistema de poder com a emergência de um outro sistema de poder. Não era uma revolução, mas um momento constituinte, povo na rua, crítica à legalidade vigente, perda de legitimação do poder segmentado na sua formação militar. Enquanto em 1964 a armada americana deu cobertura, em 1988 a retomada, nos Estados Unidos, da ideologia da liberdade começou a questionar os excessos da ditadura, tortura, assassinato. Então o momento estava dado ali. Em 2013, esse momento constituinte está colocado? Eu diria que não, mas por que não? Porque o que o povo pede não é uma mudança na Constituição, pede o cumprimento dela. Uma maior participação, o cumprimento das funções institucionais dos poderes constituídos no enfrentamento das questões que abalam a cidadania, a corrupção,

18 Ferdinand Lassalle (1825-1864): considerado um precursor da social-democracia alemã. Foi contemporâneo de Karl Marx, com quem esteve junto durante a Revolução Prussiana de 1848. Combativo e ativo propagandista dos ideais democráticos. Proferiu conferência em 1863, que serviu de base para um livro importante para o estudo do direito constitucional (editado e traduzido para o português com o nome "A Essência da Constituição"). (Nota da IHU On-Line)

a impunidade, a leniência dos poderes, inclusive o Judiciário. O que o povo pede é isso.

É claro que a tentação de responder às demandas reais por representações formais veio, mas a presidenta interpretou a conjuntura adequadamente e fez a segunda coisa que eu acho essencial, convocou o povo para ter papel. Então, não é que ela recuou, ela depurou a proposta. Ela disse: "Reconheço a legitimidade da sua presença na cena pública." A presença na cena pública é orientada pela política e não pela criminalização, e ela pede participação. Então sugeriu um plebiscito. Propôs que se discutisse com o povo os itens que deveriam ser objeto de uma grande reforma e, no primeiro momento, ela pensou que seria uma mudança constituinte, mas em um segundo momento ela entendeu que não era, pois a Constituição não tinha sequer realizado as suas promessas mais inovadoras. Era a implementação dessas propostas em torno de uma agenda captada desde as implementações sociais colocadas em um elenco que ela dizia, "cabe agora à sociedade, por plebiscito (que é uma das formas de participação definidas da própria Constituição), dizer o seu alcance".

Plebiscito

E por que plebiscito? Porque ele pressupõe o debate, pressupõe a construção dos consensos de todos esses pontos, o esclarecimento, o tempo de televisão para debater e para discutir, o espaço para se organizar, os formatos intermediários de esclarecimentos nas universidades, nas organizações, nos comícios. Então, acho que ela reagiu bem e adequadamente. E gerou um debate que não é nem teórico, é doutrinário, em torno de uma tradição da cultura jurídica sobre os modelos de constituição e de revisão, se podia ou não podia fazer revisão constitucional, ou nova constituinte, ou constituinte setorial. Porém, no essencial do ponto de vista da política, acho que ela foi a melhor resposta sensível às condições do momento.

IHU On-Line - Em que medida a Constituição de 1988 se configura, ainda hoje, como um processo de transição democrática?

José Geraldo de Sousa Junior - O aprendizado que a sociedade brasileira desenvolve e que tem como eixo a passagem de uma cultura oligárquica e hierárquica, infantilizadora do social, que foi tão bem estudada por teóricos da cultura como Sérgio Buarque de Holanda¹⁹, Raimundo Faoro²⁰, Victor Nunes Leal²¹ e que caracterizam, na precondição republicana, a política do favor, do clientelismo, do apadrinhamento, do filhotismo, em um contexto que a gente luta a duras penas pela cultura dos direitos. Isso passa para uma condição republicana, onde os processos das políticas devem ser legitimados sob formas de reconhecimento e validação. Do ponto de vista do que vem da rua, um novo horizonte é aberto ao se reivindicar políticas de transparência, políticas de controle social, políticas de responsabilização, o que envolve as indicações que a grande filósofa Hannah

19 Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982): historiador brasileiro, também crítico literário e jornalista. Entre outros, escreveu *Raízes do Brasil*, de 1936. Obteve notoriedade através do conceito de "homem cordial", examinado nessa obra. A professora Dr.^a Eliane Fleck, do PPG em História da Unisinos, apresentou, no evento IHU Idéias, de 22-08-2002, o tema O homem cordial: Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda e no dia 8-05-2003, a professora apresentou essa mesma obra no Ciclo de Estudos sobre o Brasil, concedendo, nessa oportunidade, uma entrevista a IHU On-Line, publicada na edição nº 58, de 05-05-2003, disponível em <http://bit.ly/152MP1v>. Sobre Sérgio Buarque de Holanda, confira, ainda, a edição 205 da IHU On-Line, de 20-11-2006, intitulada *Raízes do Brasil*, disponível para download em <http://bit.ly/SMypxY> (Nota da IHU On-Line).

20 Raimundo Faoro ou Raimundo Faoro (1925-2003): Jurista, sociólogo, historiador e cientista político brasileiro. Suas obras se propõem a fazer uma análise da sociedade, da política e do Estado brasileiro. Em seu livro mais clássico, *Os Donos do Poder* (Porto Alegre: Editora Globo, 1958), abordou conceitos de patrimonialismo brasileiro, onde o contextualizava a partir da colonização portuguesa. Raimundo foi membro da Academia Brasileira de Letras e Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (Nota da IHU On-Line).

21 Victor Nunes Leal (1914-1985): jurista brasileiro, ministro do Supremo Tribunal Federal. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ em 1936. Colaborou com Pedro Baptista Martins na elaboração do Código de Processo Civil de 1939. (Nota da IHU On-Line)

Arendt²², ao examinar as crises da república, sugeriu que não perdêssemos de vista. Entre elas está a discussão sobre o fundamento legitimador das leis, que significa construir os pressupostos de constitucionalidade das leis, sob pena de desobediência civil e

Leia mais...

- *Princípios de uma organização social da liberdade*. Entrevista com José Geraldo de Sousa Junior, publicada na **IHU On-Line** edição 305, de 24-08-2009, disponível em <http://bit.ly/jorgeb1>.
- *Direito achado na rua. Alguns apontamentos*. **IHU On-Line**, Edição 305, de 24-05-2009, disponível em <http://bit.ly/ihuon305>.
- *Da Mandioca à Cidadã – Os avanços do Constituição brasileira*. Matéria publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em 29-10-20013, por ocasião da palestra de José Geraldo de Sousa Junior, dentro da programação do evento *Constituição 25 Anos: República, Democracia e Cidadania*, disponível em <http://bit.ly/jorgeb2>.

22 **Hannah Arendt** (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os EUA, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. Entre suas obras, citamos: *Eichmann em Jerusalém - Uma reportagem sobre a banalidade do mal* (Lisboa: Tenacitas. 2004) e *O Sistema Totalitário* (Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1978). Sobre Arendt, confira as edições 168 da **IHU On-Line**, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível para download em <http://bit.ly/qMjoc9> e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível para download em <http://bit.ly/rt6KMg>. Nas Notícias Diárias de 01-12-2006 você confere a entrevista *Um pensamento e uma presença provocativos*, concedida com exclusividade por Michelle-Irène Brudny em 01-12-2006, disponível para download em <http://bit.ly/o0pntA>. (Nota da IHU On-Line)

de resistência à opressão, a discussão sobre a transparência, cujos processos pedagógicos devem ser abertos à discussão, a instituição dos controles democráticos que a Constituição estabeleceu, uma cultura de verdade e não de mentira. Por isso eu diria que essa transição que estamos completando, que é a construção da cultura republicana no país que a Constituição instituiu, sendo a constituinte seu grande mediador, mas seus postos e supostos são a anistia²³, discutida lá atrás, e a memória e a verdade que saem como horizontes. A questão da memória e da verdade fecha o debate em contexto de transição.

23 **Lei da anistia**: é a denominação popular da Lei nº 6.683, promulgada pelo presidente Figueiredo em de 28 de agosto de 1979, após uma ampla mobilização social, ainda durante o regime militar. Na primeira metade dos anos 1970, surgiu o Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Therezinha Zerbini. Em 1978 foi criado, no Rio de Janeiro, o Comitê Brasileiro pela Anistia, congregando várias entidades da sociedade civil, com sede na Associação Brasileira de Imprensa. A luta pela anistia aos presos e perseguidos políticos foi protagonizada por estudantes, jornalistas e políticos de oposição. No Brasil e no exterior foram formados comitês que reuniam filhos, mães, esposas e amigos de presos políticos para defender uma anistia ampla, geral e irrestrita a todos os brasileiros exilados no período da repressão política. (Nota da IHU On-Line)

LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Relações éticas e pesquisa independente na liberação dos transgênicos no Brasil

Professor da Unicamp, o agrônomo José Maria Gusman Ferraz alerta para os perigos da transgenia no país pautada por interesses corporativos

POR ANDRIOLLI COSTA

No ano de 2003, foi aprovada a lei brasileira que libera o uso e a entrada de organismos geneticamente modificados no País. Dez anos depois, no entanto, ainda não se chegou a um consenso sobre os reais riscos e benefícios da tecnologia. Para o agrônomo e pesquisador José Maria Gusman Ferraz, no entanto, as respostas já estão sendo apontadas, mas vem sendo ignoradas pelo Estado. “Os interesses das empresas e seus lobbies determinam o estabelecimento de políticas públicas e normas regimentais”, afirma. “Isto fica claro na flexibilização que a CTNBio vem tendo ao longo do tempo, passando de órgão consultivo para deliberativo”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Ferraz questiona as relações éticas estabelecidas entre aquele que desenvolve a pesquisa e as empresas que lutam pela liberação da transgenia. Tal prejuízo viria desde a formação acadêmica até a pós. “O estreitamento da relação ensino/empresa e pesquisa/empresa, ao invés do efeito desejado de formar profissionais com uma visão também de mercado e tornar a pesquisa focada na realidade, criou uma relação empresa/ensino e empresa/pesquisa de conluio e dependência”, aponta ele. Tais empresas são as grandes financiadoras dos estudos da área e, por ve-

zes, chegam até mesmo a atuar como prestadoras de serviço para pesquisas públicas, o que geraria novos dilemas éticos.

Para o pesquisador, esta relação desbalanceada, onde liberações legais são criadas para seguir interesses corporativos, pode trazer muitos riscos para o País. Um dele diz respeito às sementes *terminator*, patenteadas e desenvolvidas para darem origem a grãos estéreis — forçando a compra de novas sementes. “Existe o risco de o pólen de uma planta contendo o gene ‘*terminator*’ fecundar outra planta, inclusive variedades crioulas, e torná-la estéril”, aponta ele. Por enquanto, o uso da semente não é permitido em nenhum país do mundo. No entanto, no Brasil, há várias propostas para a sua liberação. “Isso nos coloca mais uma vez na ponta, mas na ponta da prancha que era usada pelos piratas para executar seus inimigos”, ironiza.

José Maria Gusman Ferraz é mestre em Agronomia pela Universidade de São Paulo – USP e doutor em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. cursou pós-doutorado em Agroecologia pela Universidade de Córdoba – UCO, Espanha. Atualmente é professor do curso de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCar e professor convidado da Unicamp.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que leva uma variedade transgênica no Brasil, mesmo considerada insegura por diversos estudos, a ser aprovada? São pressões e lobbies de que espécie?

José Maria Gusman Ferraz – São vários os fatores, um deles é seguramente o ponto de vista simplista da maioria dos membros da CTNBio de que não existem riscos, mesmo com

todas as evidências que as publicações independentes têm apontado. Alguns membros (ou o departamento em que trabalham) também desenvolvem trabalhos com transgênicos e

prestam serviços para empresas que estão produzindo transgênicos, em alguns casos criando um problema ético complicado para sua atuação na CTNBio. Entre outros fatores está o de que as regras de biossegurança são por vezes desconsideradas, como a necessidade de estudos mais longos para verificação de efeitos crônicos, e não só de efeitos agudos, sobre organismos não alvos feitos de forma criteriosa.

IHU On-Line - Muito se fala sobre os riscos dos transgênicos em longo prazo. Quanto tempo é necessário para determinar que um OGM seja seguro para a saúde humana?

José Maria Gusman Ferraz - Trabalhos realizados na Argentina estabelecem uma correlação entre o aumento de plantio de soja transgênica e o aumento de incidência de nascimentos prematuros e de crianças que nascem com deficiências (efeitos teratogênicos). Como não existe uma forma de estabelecer uma relação causa—efeito, pois a população não usa só um tipo de alimento, fica difícil estabelecer esta correlação. No caso do DDT (um inseticida organoclorado), foram necessárias décadas para que se evidenciasse na população seus efeitos deletérios sobre a saúde humana e o meio ambiente, embora houvesse estudos indicando a possibilidade de sua correlação, assim como ocorre hoje com os transgênicos, e que foram desconsiderados pela academia na época.

IHU On-Line - Atualmente usamos transgênicos nas vacinas, na alimentação humana e animal. O que é preciso, afinal, para que um OGM seja considerado seguro?

José Maria Gusman Ferraz - É necessário que sejam efetuados estudos de longo prazo e intergeracionais (mais de uma geração), e que estes estudos sejam efetuados de forma independente. Os estudos apresentados sobre os transgênicos são em quase sua totalidade elaborados pelas empresas que propõem a sua libe-

ração, ou que foram contratados por elas. As poucas publicações independentes de longo prazo indicam riscos, o que mereceria maior atenção para que fossem desenvolvidas novas pesquisas para verificar a segurança ou não dos transgênicos.

Caso flagrante é do milho NK 603, que tem um estudo publicado em revista de referência internacional indicando claramente o alto risco de sua utilização e que foi desconsiderado pela CTNBio. Porém, ao contrário do que indica um comportamento comprometido com a busca da verdade científica, estes trabalhos são criticados e não são considerados pela CTNBio, que não apresenta o mesmo rigor na hora da liberação comercial dos transgênicos. Entre inúmeros casos, um dos mais gritantes é a liberação do feijão transgênico da Embrapa.

IHU On-Line – Acredita que as políticas públicas são pautadas pelo resultado das pesquisas científicas?

José Maria Gusman Ferraz – Infelizmente, a meu ver, ocorre exatamente o contrário. Os interesses das empresas e seus lobbies determinam o estabelecimento de políticas públicas e normas regimentais. Isto fica claro na flexibilização que a CTNBio vem tendo ao longo do tempo, passando de órgão consultivo para deliberativo. Depois, as decisões que eram definidas por *maioria absoluta* (o que levava a mais discussões científicas) passam a ser por *maioria simples*.

A mudança nas regras de liberação para experimentos no meio ambiente, que as tornou mais flexíveis, tinha como perspectiva um controle e avaliação detalhada no acompanhamento após a liberação comercial. Fato que ocorreu de forma inversa, pois a exigência dos estudos pós-liberação comercial foi flexibilizada ao extremo com uma nova resolução, permitindo inclusive que a empresa solicitasse a isenção de monitoramento.

IHU On-Line - Qual a relação dos pesquisadores com essas indús-

trias que promovem pesquisas em transgenia?

José Maria Gusman Ferraz - Variam, desde a total isenção até uma proximidade que poderiam caracterizar conflitos de interesse; houve inclusive uma publicação nominando pesquisadores que, segundo a autora, tinham ligações com empresas. A entrada e saída de membros e assessores de empresas para a CTNBio e vice-versa também ocorre, sem ao menos observar um tempo de “carência” de um para outro.

IHU On-Line - Que tensionamentos éticos se estabelecem na relação entre cientista e mercado? Como garantir que os resultados das pesquisas tenham isenção?

José Maria Gusman Ferraz - A formação de novos pesquisadores já sofre uma forte influência das empresas desde os cursos de graduação, passando pela pós, pois o estreitamento da relação ensino/empresa e pesquisa/empresa, ao invés do efeito desejado — formar profissionais com uma visão também de mercado e tornar a pesquisa focada na realidade —, criou uma relação empresa/ensino e empresa/pesquisa de conluio e dependência com total ausência de ética. Além da visão neoliberal implementada no País, que torna o Estado mero observador e incentivador destas discrepâncias, há também situações como o aparelhamento de laboratórios por empresas e a elaboração de projetos conjuntos. Outro exemplo é a prestação de serviços de empresas públicas, em que consta uma cláusula de que os resultados obtidos, para que sejam divulgados, precisam ter o aval da empresa privada.

IHU On-Line - Nestes 10 anos de transgênicos no Brasil, como você enxerga a discussão sobre o tema no País? Ela tem avançado para uma base empírica mais justificada ou ainda é baseada no senso comum?

José Maria Gusman Ferraz - A discussão pouco tem avançado e a população não tem a mínima infor-

mação do que está ocorrendo, até mesmo com a rotulagem dos produtos, que não é observada na forma prevista na lei. As empresas têm feito um trabalho de patrocínios de eventos acadêmicos e publicações por instituições mantidas por elas para construir uma ideia da segurança absoluta da tecnologia. Os estudos que existem são, em sua quase totalidade, os fornecidos pelas empresas, e os trabalhos independentes têm apontado riscos que eram previstos na teoria, mas que são desconsiderados pela maioria dos membros da CTNBio, por pura crença de que os transgênicos são seguros.

IHU On-Line - Como funcionam exatamente as sementes *terminator* e qual a relação disso com os royalties pagos para as desenvolvedoras? Por que é uma opção vantajosa e quais os riscos envolvidos?

José Maria Gusman Ferraz - A tecnologia *terminator* é patenteada pela empresa Delta & Pine, que introduz um gene que, incorporado às sementes, faz com que estas, quando forem plantadas, deem origem a plantas de sementes estéreis. Ou seja, produzem grãos e não mais sementes, interrompendo o ciclo natural de vida. Exemplificando de forma simples, eles agem através de “promotores” que na fase final de embriogênese (formação do embrião da planta) inibem o transporte de substâncias de reserva da semente para alimentar o embrião, causando sua morte. A inserção deste gene na planta é extremamente van-

tajosa para as empresas e extremamente desvantajosa para o agricultor e para a segurança e soberania alimentar do País.

Existe o risco de o pólen de uma planta contendo o gene “terminator” fecundar outra planta, inclusive variedades crioulas, e torná-la estéril. Por enquanto ela não é permitida em nenhum país, mas no Brasil vários projetos estão em tramitação para liberar o seu uso. Isso nos coloca mais uma vez na ponta, mas na ponta da prancha que era usada pelos piratas para executar seus inimigos.

IHU On-Line - Em relação a outros países do mundo, como percebe a relação do brasileiro com os transgênicos? Produtores e consumidores têm consciência do que estão comendo e plantando?

José Maria Gusman Ferraz - O brasileiro comum e mesmo aqueles com mais conhecimento não têm informação sobre o que seja transgênico, nem o que significa o triângulo amarelo com o T na cor preta — quando visível —, e muito menos como este alimento pode estar influenciando em sua alimentação.

O produtor tem pouca opção, pois dificilmente encontra sementes não transgênicas no mercado, pois para as empresas que dominam este mercado interessa vender a semente transgênica. É uma venda casada com o agrotóxico, que ela mesma comercializa. O mesmo acontece para quem planta com a tecnologia Bt, que obrigatoriamente tem que plantar uma

área sem transgênicos para retardar o tempo e adquirir resistência.

IHU On-Line - Deseja acrescentar mais alguma coisa?

José Maria Gusman Ferraz - Esta tecnologia, que prometia reduzir o uso de agrotóxicos, está fazendo exatamente o contrário. O uso indiscriminado e em larga escala da tecnologia no país tem levado à seleção de plantas espontâneas tolerantes aos herbicidas, o que tem elevado o número de aplicações. Há relatos de até 15 aplicações para obter o resultado esperado. No caso da tecnologia Bt, após prejuízos de 10 bilhões de dólares, o Brasil aprovou em tempo recorde a Portaria de número 1109¹, a qual permite a importação do inseticida (benzoato de emamectina), extremamente tóxico e que até agora era proibido no Brasil.

Leia mais...

- *Transgênicos no Brasil. 10 anos depois o debate continua.* Edição 432 da **IHU On-Line**, de 18-11-2013, disponível em <http://bit.ly/1krX5HR>.

¹ **Portaria MAPA 1109/2013:** Portaria que, entre outras medidas, prevê a autorização, em caráter emergencial e temporário, da importação de produtos agrotóxicos que tenham como ingrediente ativo a substância Benzoato de Emamectina para fins de contenção da praga *Helicoverpa armigera*. (Nota da IHU On-Line)

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Vinho e vinagre na alegria do Evangelho

“**A** Exortação Apostólica “A Alegria do Evangelho”, do Papa Francisco, é uma verdadeira apostila missionária com imperativos e convites, dicas metodológicas e pedagógicas interligadas para fazer avançar a “nova evangelização”. Procurei agrupar os múltiplos temas em torno de sete núcleos de radiação. Alguns desses núcleos já fazem parte do set pastoral latino-americano, outros pertencem à tradição da Igreja universal e ainda outros são “bergoglianos””, escreve Paulo Suess.

Paulo Suess nasceu na Alemanha. É doutor em Teologia Fundamental com um trabalho sobre Catolicismo popular no Brasil. Em 1987 fundou o curso de Pós-Gradua-

ção em Missiologia, na Pontifícia Faculdade Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo, onde foi coordenador até o fim de 2001. Recebeu o título de Doutor honoris causa, das Universidades de Bamberg (Alemanha, 1993) e Frankfurt (2004). É assessor teológico do Conselho Indigenista Missionário – Cimi e professor no ciclo de pós-graduação em missiologia, no Instituto Teológico de São Paulo – ITESP. Entre suas publicações, citamos *Dicionário de Aparecida. 40 palavras-chave para uma leitura pastoral do Documento de Aparecida* (São Paulo: Paulus, 2007).

Eis o artigo.

Depois de uma longa fase depressiva do tempo pós-conciliar da Igreja católica, com a Exortação Apostólica “A alegria do Evangelho” (*Evangelii gaudium*, 24-11-2013¹) do Papa Francisco voltou a reflexão sobre a “alegria” como desejo de reforma, pressuposto de conversão e autocrítica (cf. EG 14), como convite não somente a “todos os que invocam o nome de Cristo”, mas, segundo a Constituição Pastoral “*Gaudium et spes*”, a toda a humanidade (cf. GS 2). Parecia que a ponte entre o Concílio Vaticano II e a Igreja de hoje não suportava mais os caminhões pesados da realidade contemporânea. Novos caminhos de-

satualizaram os mapas de motoristas experientes.

Em sua Exortação, o Papa Francisco se dirige aos motoristas desses caminhões. Sem muitos rodeios, procura lhes dizer que o perigo não está no caminho ou na ponte, mas nos motoristas desabilitados. Estes percorrem as paisagens pastorais com excesso de velocidade ou com lentidão sem rumo. Francisco pergunta a cada um de seus agentes de pastoral: Com sua carteira de motorista vencida, seu exame de vista caducado e o mapa de estradas desatualizado – como você pode passar a ponte para o mundo de hoje? Com “A alegria do Evangelho”, Francisco oferece a todos nós um manual de motorista atualizado – um vade-mécum pastoral em chave mis-

sionária sobre mudanças necessárias e possíveis.

Contudo, nem todas as estradas novas constam nesse mapa. Uma vez que Francisco não tem o poder de um príncipe renascentista, nem tudo que seria necessário mudar ele vai poder transformar. A gerontocracia eclesial, por exemplo, é uma questão cultural e a transformação de cristalizações culturais são transformações que levam muito tempo. Enfatadamente, o Papa Francisco afirma: “Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação” (EG 27). O sonho anteci-

¹ A íntegra do documento, em português, pode ser lida no link <http://bit.ly/18w77SM>. (Nota da IHU On-Line)

pa realidades possíveis. Acontece que muitos dos próprios irmãos do Papa sonhador, que têm medo dessa nova realidade na qual o poder lhes será tirado, já pensam em como livrar-se do sonhador e buscam a cisterna mais próxima (cf. Gn 37).

Depois de uma contextualização concisa do documento, procuro através de sete núcleos interligados sistematizar a apostila missionária de Francisco. Ela nos dá os contornos pastorais de seu pontificado em forma de uma Exortação, às vezes, elementar e revolucionária outras vezes prolixa e tradicional, contudo sempre oferecendo algo do frescor da nossa alma latino-americana ao mundo.

Contextualização

A chave de leitura de gestos, palavras e escritos do Papa Francisco é a misericórdia de Deus que desde cedo ilumina a sua vida. Foi na festa litúrgica de São Mateus, coletor de impostos convertido em discípulo, dia 21 de setembro de 1954, Dia dos Estudantes, festejando o início da primavera na Argentina, que Jorge Mario Bergoglio sentiu, pela primeira vez o chamado misericordioso de Deus que “saiu ao seu encontro e o convidou a segui-lo”. Mais tarde, em sua última entrevista radiofônica, antes de ser eleito Papa, diria sobre essa experiência que fez nascer sua vocação sacerdotal: “Deus me priorizou. [...] Senti como que se alguém me agarrasse por dentro e me levasse ao confessionário”. O episódio está presente em seu lema episcopal: “Olhou-o com misericórdia e o escolheu” (miserando atque eligendo), que resume a ação de Deus em sua vida: “Jesus viu um homem, chamado Mateus, sentado à mesa de pagamento dos impostos, e lhe disse: ‘segue-me’”.

É na casa de Mateus, na casa de um marginal social, que Jesus defende a misericórdia para com publicanos e pecadores contra o rigorismo dos fariseus: “Misericórdia é que eu quero, e não sacrifício” (cf. Mt 9,13; Os 6,6). Eis a mensagem transversal da vida e dos escritos do Papa Francisco: Nós não podemos podar a misericórdia de Deus com a tesoura do legalismo. Misericórdia, porém, não significa nem auto complacência com vícios internos da Igreja nem autorreferenciali-

dade de certo narcisismo teológico e pastoral. A graça do chamado de Deus e sua misericórdia com a fragilidade daquele que foi chamado, a conversão permanente do povo de Deus e a autocrítica dos seus pastores são o Leitmotiv da Exortação sobre a “Alegria do Evangelho”.

Há meio século, a autocrítica tornou-se um produto raro na Igreja católica. Parecia mais fácil bronzear-se no “Esplendor da Verdade” (Veritatis splendor, 1993) e reunir ateus, agnósticos, racionalistas e secularizados no aprisco do “Átrio dos Gentios”, do que passar um aspirador de pó por baixo dos tapetes vermelhos onde se acumulou a poeira da autorreferencialidade de séculos.

Aliás, o subtítulo da *Gaudium et spes* (“Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje”) poderia também configurar como subtítulo da Exortação de Francisco. No intuito de reanimar e realinhar o público interno da Igreja com a radicalidade do Evangelho e de propor o conteúdo programático de seu papado, Francisco se dirige – segundo o gênero literário das “Exortações” e semelhante à *Evangelii nuntiandi* (1975), de Paulo VI, que versava “sobre a evangelização no mundo contemporâneo” – não ao mundo, mas aos bispos e ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos.

Depois de cada Sínodo Romano, seu “resumo” faz parte do dever de casa do Papa que o devolve como “Exortação Apostólica” à comunidade católica. A *Evangelii gaudium*, de Francisco, remete à XIII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, que em 2012 discutiu “A nova evangelização para a transmissão da fé cristã”. Em vários itens o Papa menciona o Sínodo (cf. EG 14, 16, 73, 112, 245), contudo, faz do seu texto não só um resumo de materiais herdados, mas um escrito autônomo e programático de seu papado. Expressa nele seu sonho de “uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação” (EG 27).

Na Igreja, a fala sobre a alegria, que aponta como a maioria dos pronunciamentos eclesiais para uma au-

sência – cada um sonha daquilo que está almejando, mas ainda não tem -- não é nova. Paulo VI, em sua “Exortação Apostólica sobre a Alegria Cristã” (*Gaudete in Domino*), retoma durante o Ano Santo, de 1975, a universalidade da alegria da *Gaudium et spes* “para todo o povo” (AC III,2): “O chamado dirigido por Deus Pai para participar plenamente na alegria de Abraão, no festim eterno das núpcias do Cordeiro, é uma convocação universal” (GD V,3), “porque da alegria trazida pelo Senhor ninguém é excluído” (EG 3).

Francisco retoma os fios da Constituição Pastoral “*Gaudium et spes*” (1965) do Vaticano II em sua Exortação Apostólica “*Evangelii gaudium*” (2013). A corrente agostiniana, com seu pessimismo intrínseco e minoritária durante o Vaticano II, mas hegemônica no tempo pós-conciliar, atribuiu à *Gaudium et spes* uma overdose de otimismo. A *Evangelii Gaudium* coloca um contraponto e traz de volta as palavras de João XXIII, com as quais, no dia 11 de outubro 1962, abriu o Vaticano II: “Alegra-se a Santa Mãe Igreja, porque [...] amanheceu o dia tão ansiosamente esperado em que solenemente se inaugura o Concílio Ecumênico Vaticano II”.

O que une João XXIII e Francisco é que em seu Evangelho não tem lugar para “profetas de desgraças” (EG 84) e “prisioneiros da negatividade” (EG 159). Seguindo o Vaticano II, ambos acreditam na possibilidade da “conversão eclesial” e na necessidade da “reforma perene” da Igreja (cf. EG 26) que atinge estruturas e conteúdos pastoralmente excludentes, incompreensíveis ou irrelevantes. Conversão pastoral significa conversão ao “estado permanente de missão” (EG 25; DAp 551) – além fronteiras e sem fronteiras (cf. EG 11; 25; 27; 32).

Núcleos estruturantes

A Exortação sobre a alegria do Evangelho, do Papa Francisco, é uma verdadeira apostila missionária com imperativos e convites, dicas metodológicas e pedagógicas interligadas para fazer avançar a “nova evangelização”. Procurei agrupar os múltiplos temas em torno de sete núcleos de radiação. Alguns desses núcleos já fazem parte do set pastoral latino-americano, outros pertencem à tradi-

ção da Igreja universal e ainda outros são “bergoglianos”. Em seu conjunto podem servir para as comunidades aprofundarem a relevância do Vaticano II e do Documento de Aparecida para os dias de hoje em função de uma pastoral missionária em estado de conversão permanente.

A misericórdia

O núcleo da misericórdia, muito significativo na vida do Papa Francisco, se insere no campo semântico mais amplo da justiça, do reconhecimento do outro, do serviço humilde e generoso de fraternidade, solidariedade e paz: «A Igreja, guiada pelo Evangelho da Misericórdia e pelo amor ao homem, escuta o clamor pela justiça e deseja responder com todas as suas forças» (EG 188; cf. 183). A misericórdia é a resposta transversal de Deus à humanidade porque “a salvação, que nos oferece, é obra da sua misericórdia” (EG 112). Essa misericórdia inabalável é sinônimo da fidelidade do Seu amor infinito (EG 3; 6). Por causa desta identificação com o amor, Francisco considera, com São Tomás de Aquino, a misericórdia “a maior de todas as virtudes” (EG 38). Nela se manifesta a onipotência de Deus e o limite para que a nossa religião não se torne uma “escravidão” que impede o Evangelho de chegar a todos (cf. EG 43s): “A Igreja deve ser o lugar da misericórdia gratuita, onde todos possam sentir-se acolhidos, amados, perdoados e animados a viverem segundo a vida boa do Evangelho” (EG 114). O dossiê bíblico a respeito da misericórdia é muito claro (cf. EG 193) e em nome de uma duvidosa “ortodoxia” não devemos ser cúmplices indulgentes de “situações intoleráveis de injustiça” (EG 194). Para Jesus, a misericórdia para com os pobres “é a chave do Céu” (cf. Mt 25, 34-40; EG 197). Por fim Francisco pergunta: “Para quê complicar o que é tão simples” (EG 194)?

Os pobres

Da misericórdia como graça da salvação emerge a opção pelos pobres que, em primeiro lugar, é uma opção de Deus que “manifesta a sua misericórdia antes de mais a eles” (EG 198). É o Pai que dá o Reino ao “pequeno rebanho” (Lc 12,32). Jesus, “transbordando de alegria no Espírito, bendiz o

Pai por Lhe atrair os pequeninos” (cf. Lc 10,21; EG 141).

Se o Evangelho deve chegar a todos, porque privilegiar os pobres? Trata-se na universalidade da Evangelii gaudium, de Francisco, como já na *Gaudete in Domino*, de Paulo VI, de uma universalidade com prioridades: “Não nos podemos esquecer de que o Evangelho foi anunciado em primeiro lugar aos pobres e aos humildes, com o seu esplendor tão simples e com todo o seu conteúdo” (GD V,1). A alegria da salvação resplandece nos lugares de despojamento do nosso salvador: no presépio, no rio Jordão do batismo, na casa de Nazaré, nos caminhos percorridos, na cruz e na ressurreição. A prioridade de lugares e pessoas simples ecoa também no documento de Francisco: “Hoje e sempre, «os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho», e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer” (EG 47).

A alegria cristã é alegria pascal. Historicamente, a vocação humana para a felicidade “passa sempre pelas sendas do conhecimento e do amor, da contemplação e da ação” (GD, Conclusão 4), da cruz e da ressurreição. E Paulo VI conclui: “Sem ser necessário abandonar uma visão realista [que] as comunidades cristãs se tornem centros de otimismo, em que todos os membros se exercitem vigorosamente no discernir o aspecto positivo das pessoas e dos acontecimentos!” (ibid. 5).

“Quando se lê o Evangelho, encontramos uma orientação muito clara: não tanto aos amigos e vizinhos ricos, mas sobretudo aos pobres e aos doentes, àqueles que muitas vezes são desprezados e esquecidos, àqueles que não têm com que retribuir” (Lc 14, 14). [...] Hoje e sempre, os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho, e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer. Há que afirmar sem rodeios que existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres. Não os deixemos jamais sozinhos” (EG 48)! A opção pelos pobres é também uma opção pelos últimos, “por aqueles que a sociedade descarta e lança fora” (EG 195). Na Alemanha nazista, os judeus geralmente não foram os pobres, mas os últimos.

O estatuto de alteridade não coincide automaticamente com o estatuto de classe.

A universalidade com prioridades vale não só para os destinatários do Evangelho. Vale também para seus conteúdos. No contexto do ecumenismo, o Vaticano II nos recomendou observar “que existe uma ‘hierarquia’ de verdades na doutrina católica” (UR 11,3) e, por conseguinte, uma “hierarquia de valores” (GS 37,1). Vale toda a doutrina, mas no anúncio existe uma hierarquia, algo que é mais e algo que é menos importante. O Papa Francisco lembra o “princípio da hierarquia das verdades” (EG 245) e questiona a transmissão “de uma imensidade de doutrinas” em vez da concentração do anúncio ao “essencial, no que é mais belo, mais importante, mais atraente e, ao mesmo tempo, mais necessário” (EG 35). Citando São Tomás de Aquino, lembra que “também na mensagem moral da Igreja, há uma hierarquia nas virtudes e ações. [...] O elemento principal da Nova Lei é a graça do Espírito Santo” e “a misericórdia é a maior de todas as virtudes” (EG 37).

Seguindo “os mesmos sentimentos que estão em Cristo Jesus (Fl 2, 5), [...] a Igreja fez uma opção pelos pobres, entendida como uma ‘forma especial de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja’” (EG 198). O Papa Francisco deseja “uma Igreja pobre para os pobres. [...] É necessário que todos nos deixemos evangelizar por eles. A nova evangelização é um convite a reconhecer a força salvífica das suas vidas, e a colocá-los no centro do caminho da Igreja. Somos chamados a descobrir Cristo neles: não só a emprestar-lhes a nossa voz nas suas causas, mas também a ser seus amigos, a escutá-los, a compreendê-los e a acolher a misteriosa sabedoria que Deus nos quer comunicar através deles” (EG 198). “Sem a opção preferencial pelos pobres, o anúncio do Evangelho [...] corre o risco de não ser compreendido ou de afogar-se naquele mar de palavras que a atual sociedade da comunicação diariamente nos apresenta” (EG 199). Francisco pede “novos caminhos” para que as nossas comunidades acolham os pobres e os últimos em primeiro lugar (cf. EG 201).

A atração

Quando a “Palavra se encarne numa situação concreta e dê frutos de vida nova” (EG 24), quando ela se faz presente no meio dos abandonados e desprezados, ela se torna atraente para o resto da humanidade. Mas, a palavra de Deus não só atrai pelo que faz e produz. Ela é intrinsecamente atraente porque “o Filho feito homem, revelação da beleza infinita, é sumamente amável e atrai-nos para Si com laços de amor” (EG 167). O anúncio e a transmissão da fé proposta no Evangelho acontecem prioritariamente pela atratividade de gestos e não através do proselitismo de palavras: “A Igreja não cresce por proselitismo, mas «por atração» (EG 14); o “dinamismo evangelizador” atua “por atração” (EG 131).

Os mártires da América Latina não eram caçadores de almas, mas defensores da vida. O conceito de “pastoral integral”, que os norteou, opera pela resposta à atração de Deus pela dedicação e o serviço. A paciência de escutar e servir é mais importante do que a fala normativa, imperativa e impaciente daquele que quer que o outro assuma nossas convicções. Em videomensagem aos seus patrícios, por ocasião da Festa de São Caetano, o Papa Francisco questiona o discurso de convencimento com a finalidade proselitista e pergunta:

Vais convencer o outro a tornar-se católico? Não, não, não! Vais encontrar-te com ele, é o teu irmão! E isto é o suficiente. E tu vais ajudá-lo; o resto é feito por Jesus, o Espírito Santo faz. [...] E talvez Jesus te indique o caminho para te encontrares com quem tem maior necessidade. Quando te encontrares com quem tem maior carência, o teu coração começará a aumentar, a crescer, a dilatar-se! Pois o encontro multiplica a capacidade de amar.

Francisco é avesso ao “assédio espiritual” e à redução da religião a prescrições e castigos pelo não cumprimento das “obrigações”. Bem na linha da *Evangelii nuntiandi* (1975), de Paulo VI, o Papa Francisco sabe que “o homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres ou então se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas” (EN 41). E Bergoglio cita a

expressão de Bento XVI, que ele qualifica de muito bonita: “A Igreja é uma proposta que chega por atração, não por proselitismo”.

Por isso, ele prefere o discurso de testemunhas convencidos e convincentes na certeza de que Jesus e o Espírito Santo fazem “o resto”. Nosso “ir ao encontro” é a atitude de deixar Deus, através de nós, “atrair” os fugitivos de sua bondade e verdade. No encontro, dia 29 de agosto, com jovens da diocese italiana de *Piacenza-Bobbio*, na Basílica de São Pedro, o Papa Francisco deu também à verdade essa dimensão do encontro: “A gente não tem a verdade, não a carregamos conosco, mas a gente vai ao seu encontro. É o encontro com a verdade, que é Deus, mas precisamos procurá-la”, às vezes jogada na lama: “Saíamos, saíamos para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo! Repito aqui, para toda a Igreja, aquilo que muitas vezes disse aos sacerdotes e aos leigos de Buenos Aires: prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças” (EG 49).

A atratividade do anúncio tem suas raízes na partilha da alegria, na visão de um horizonte e na oferta gratuita de um “banquete” com dimensões históricas e escatológicas. Vivemos em tensão entre a conjuntura do momento e a lua [...] da utopia que nos abre ao futuro como causa final que atrai” (EG 222). Mas a atratividade do Evangelho não é um mecanismo automático (“*ex opere operato*”). Francisco insiste também no anúncio explícito (cf. EG 110). A atratividade inerente ao Evangelho exige para a sua transmissão uma “linguagem positiva [...] para não se ficar pela queixa, o lamento, a crítica ou o remorso” (EG 159, cf. 157).

O anúncio

O anúncio do Evangelho que, por causa da temática do Sínodo precedente faz parte do subtítulo da Exortação, é um convite para partilhar uma alegria, indicar um horizonte e oferecer um banquete (cf. EG 14; 11). É necessário que esse anúncio “exprima o amor salvífico de Deus como prévio à obrigação moral e religiosa,

que não imponha a verdade, mas faça apelo à liberdade, que seja pautado pela alegria, o estímulo, a vitalidade e uma integralidade harmoniosa que não reduza a pregação a poucas doutrinas” (EG 165). Por não excluir nem forçar ninguém, o anúncio é universal e aberto ao mundo. Esse anúncio simplifica a doutrina e “concentra-se no essencial, no que é mais belo, mais importante, mais atraente e, ao mesmo tempo, mais necessário” (EG 35). O essencial do cristianismo é Jesus Cristo: “Não pode haver verdadeira evangelização sem o anúncio explícito de Jesus como Senhor” (EG 110).

O anúncio do Evangelho “implica tomar muito a sério em cada pessoa o projeto que Deus tem para ela” (EG 160). O caráter trinitário faz parte do “essencial” do querigma como o anúncio do amor de Deus faz parte do primeiro anúncio: “Jesus Cristo ama-te, deu a sua vida para te salvar, e agora vive contigo todos os dias para te iluminar, fortalecer, libertar” (EG 164). Para a centralidade do querigma é importante “que exprima o amor salvífico de Deus como prévio à obrigação moral e religiosa, que não imponha a verdade, mas faça apelo à liberdade, que seja pautado pela alegria, o estímulo, a vitalidade e uma integralidade harmoniosa que não reduza a pregação a poucas doutrinas, por vezes mais filosóficas que evangélicas. Isto exige do evangelizador [...] proximidade, abertura ao diálogo, paciência, acolhimento cordial que não condena” (EG 165). Finalmente, “o querigma possui um conteúdo inevitavelmente social: no próprio coração do Evangelho, aparece a vida comunitária e o compromisso com os outros. O conteúdo do primeiro anúncio tem uma repercussão moral imediata, cujo centro é a caridade” (EG 177; 179; cf. 258).

Francisco respira o espírito do Documento de Aparecida que ele ajudou a redigir: “A missão do anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo tem destinação universal. Seu mandato de caridade alcança todas as dimensões da existência, todas as pessoas, todos os ambientes da convivência e todos os povos. Nada do humano pode lhe parecer estranho” (DAP 380; EG 183). “A verdadeira esperança cristã, que procura o Reino escatológico, gera

sempre história” (EG 183) e a história gera conflitos. Por isso “o anúncio do Evangelho começa sempre com a saudação de paz; e a paz coroa e cimenta em cada momento as relações entre os discípulos. A paz é possível, porque o Senhor venceu o mundo e sua permanente conflitualidade, «pacificando pelo sangue da sua cruz» (Col 1, 20; EG 229).

A inculturação

A alegria do Evangelho “não faria justiça à lógica da encarnação pensar num cristianismo monocultural e monocórdico” (EG 117). Francisco sonha não só de uma Igreja de portas abertas e que espera nessas portas a humanidade mutilada, mas que vai ao seu encontro nas periferias (EG 20) e no diálogo (EG 165). Lá a igreja aprende a arte do acompanhamento para “dar ao nosso caminhar o ritmo salutar da proximidade, com um olhar respeitoso e cheio de compaixão” (EG 169). A inculturação é um sinônimo do “ir ao encontro” que no diálogo na periferia com os diferentes estratos sociais exige o aprendizado de novas linguagens, “renovação das formas de expressão” (EG 41) e simplicidade de expressão. “A simplicidade tem a ver com a linguagem utilizada. Deve ser linguagem que os destinatários compreendam, para não correr o risco de falar ao vento. [...] Há palavras próprias da teologia ou da catequese, cujo significado não é compreensível para a maioria dos cristãos. [...] Se se quer adaptar à linguagem dos outros, para poder chegar até eles com a Palavra, deve-se escutar muito, é preciso partilhar a vida das pessoas e prestar-lhes benévola atenção” (EG 158). Esta assunção cultural – muito enfatizada em Puebla (DP 400; GS 22; LG 13; AG 3 e 22) – não só redime a cultura do outro, “mas torna-se instrumento do Espírito para iluminar e renovar o mundo” (EG 132).

Nas novas culturas em formação “o cristão já não costuma ser promotor”, mas receptor de “outras linguagens, símbolos, mensagens e paradigmas que oferecem novas orientações de vida, muitas vezes em contraste com o Evangelho de Jesus” (EG 73).

Os processos de inculturação nos fazem distinguir entre elementos normativos, paradigmáticos e convencio-

nais na expressão da fé (cf. EG 32; 41; 43). O *sensus fidei* ou *fidelium* – Francisco fala do olfato do próprio rebanho (EG 31) – “ajuda a discernir o que vem realmente de Deus” (EG 119; cf. 198) e o que é roupa cultural (cf. EG 118; questões de gênero) ou norma humana (cf. EG 68-70; celibato). A inculturação é o caminho para realizar a catolicidade da Igreja na diversidade pentecostal das culturas: “Nos diferentes povos, que experimentam o dom de Deus segundo a própria cultura, a Igreja exprime a sua genuína catolicidade e mostra «a beleza deste rosto pluriforme»” (GS 40; EG 116).

Por fim, Francisco adverte: “Se deixamos que as dúvidas e os medos sufoquem toda a ousadia [da inculturação], é possível que, em vez de sermos criativos, nos deixemos simplesmente ficar cômodos sem provocar qualquer avanço e, neste caso, não seremos participantes dos processos históricos com a nossa cooperação, mas simplesmente espectadores duma estagnação estéril da Igreja” (EG 129).

As estruturas

O núcleo das estruturas se insere no campo semântico de relações fraternas que correspondem à mensagem do Evangelho e à organização de sua transmissão histórica. Olhando mais de perto se sobressaem deste núcleo palavras-chave como estruturas hierárquicas e ministeriais, relações entre Igreja local e universal, relações entre povo de Deus e pastores, relações colegialidade e gênero, Igreja sedentária e Igreja caminho, centralização e descentralização. Como era de esperar, a Exortação não se pronuncia sobre todos esses nós que se formaram na garganta da Igreja no decorrer dos séculos. A rouquidão eclesial exige uma radioterapia todo especial. É difícil desatar os nós e separar suas substâncias químicas amalgamadas de poder, cultura e doutrina.

O Papa sabe que a alegria do Evangelho e “uma nova etapa evangelizadora” (EG 17) não vão desabrochar de pessoas tuteladas, mas de pessoas livres e responsáveis. Por isso promete reanimar na Igreja a colegialidade com os bispos: “Não convém que o Papa substitua os episcopados locais no discernimento de todas as proble-

máticas que sobressaem-nos seus territórios” (EG 16).

As exigências pastorais começam a desafiar as estruturas sacramentais da Igreja. Francisco questiona mecanismos de controle da pureza da fé: “A Eucaristia [...] não é um prêmio para os perfeitos, mas um [...] alimento para os fracos. Estas convicções têm também consequências pastorais, que somos chamados a considerar com prudência e audácia. Muitas vezes agimos como controladores da graça e não como facilitadores. Mas a Igreja não é uma alfândega; é a casa paterna, onde há lugar para todos com a sua vida fadigosa” (EG 47).

Logo no início de sua Exortação, o Papa Francisco faz uma declaração de boa vontade e admite a “necessidade de proceder a uma ‘salutar descentralização’” (EG 16). O bispo de Roma, ontem arcebispo de Buenos Aires, traz as feridas do centralismo curial no seu corpo que ele suportou com disciplina inaciana. Na Doutrina Social da igreja, a descentralização não consta como “salutar subsidiariedade”, mas simplesmente como “subsidiariedade” (cf. EG 240). A subsidiariedade não só compete ao Estado para organizar a sociedade, também para a prática das relações entre Cúria Romana e Igrejas locais, a observação dessa subsidiariedade exige mais ousadia, menos “curadoria centralizada”, ou, com as palavras de Francisco: “Ousemos um pouco mais no tomar a iniciativa” (EG 24)!

Em preparação do Sínodo, em outubro 2014, o Papa Francisco fez um ensaio de descentralização e mandou enviar às Igrejas locais um questionário sobre a situação da família. A resposta do Sínodo vai suspender a exclusão da mesa eucarística os divorciados em segunda união? A “salutar subsidiariedade” indica ainda muito vinagre intervencionista no vinho da alegria do Evangelho.

A participação de todos “de alguma forma na vida eclesial, todos podem fazer parte da comunidade, e nem sequer as portas dos sacramentos se deveriam fechar por uma razão qualquer. Isto vale, sobretudo quando se trata daquele sacramento que é a «porta»: o Batismo”. Essa abertura das portas (cf. EG 47), que exige da Igreja repensar suas estruturas sacramentais, ainda não se mos-

tra suficientemente nas posturas da Exortação, sobretudo quando fala do ministério sacerdotal e da diaconia da mulher. A frase cortante da Exortação sobre o gênero, que mistura o vinho de missa com vinagre, é essa: “As reivindicações dos legítimos direitos das mulheres, a partir da firme convicção de que homens e mulheres têm a mesma dignidade, colocam à Igreja questões profundas que a desafiam e não se podem iludir superficialmente. O sacerdócio reservado aos homens, como sinal de Cristo Esposo que Se entrega na Eucaristia, é uma questão que não se põe em discussão [...]. O sacerdócio ministerial é um dos meios que Jesus utiliza ao serviço do seu povo, mas a grande dignidade vem do Batismo, que é acessível a todos.” (EG 103).

A dignidade na base do batismo transfere o caráter teológico da estrutura hierárquica para um caráter mais funcional: “Estamos na esfera da função, e não na da dignidade” (EG 103). Mas a funcionalidade, que é serviço (ministério), fora de uma sociedade de classe não pode ser discutida separadamente da igualdade. Não é Jesus, mas a tradição social, cristalizada na cultura, que pode excluir de serviços e funções. Sempre somos herdeiros de culturas que nos permitem compreender as plausibilidades do nosso mundo a partir daquilo que nos historicamente tornamos. Novamente precisamos distinguir nos gestos e sinais do próprio Jesus entre elementos normativos, paradigmáticos e convencionais.

Nesta questão, o Papa Francisco chegou a limites, não de pensamento, mas de sua margem de liberdade profissional delimitada pela “alfândega” da tradição milenar da Igreja que produziu com os fios do político, cultural, psicológico, convencional e doutrinário um nó górdio. Cortá-lo com a espada significaria ruptura, cisma e guerras fratricidas na Igreja. Entre continuidade e rupturas encontra-se a reforma das estruturas. Estes são uma exigência da “conversão pastoral” com a finalidade de “fazer com que todas elas [as estruturas] se tornem mais missionárias, que a pastoral ordinária em todas as suas instâncias seja mais comunicativa e aberta, que coloque os agentes pastorais em atitude constante de «saída» e, assim, favoreça a resposta positiva de todos

aqueles a quem Jesus oferece a sua amizade” (EG 27).

O diálogo

O diálogo é a energia nuclear que radia em todas as partes da *Evangelii gaudium*. Inicia com a citação da *Ecclesiam suam*, carta magna de Paulo VI sobre o diálogo que faz parte da conversão (EG 26), perpassa as dimensões pastorais do diálogo (cap. III): a liturgia é “diálogo de Deus com o seu povo” (EG 137), a dimensão social da evangelização é dialogal (cap. IV) como também as relações ecumênicas (EG 244-246), as relações com o Judaísmo (EG 247-249) e as relações inter-religiosas (EG 250-254).

No diálogo pastoral trata-se de um “processo participativo” que visa não somente à participação na Igreja, mas o diálogo com a humanidade (cf. EG 31) e as culturas com suas tendências de segregação e violência (cf. EG 74). Para servir ao pleno desenvolvimento da humanidade e ao bem comum, Francisco aponta três campos de diálogo: “o diálogo com os Estados, com a sociedade – que inclui o diálogo com as culturas e as ciências – e com os outros crentes que não fazem parte da Igreja Católica” (EG 238). O interlocutor desse diálogo é o povo e sua cultura, não as elites: “Não precisamos de um projeto de poucos para poucos, ou de uma minoria esclarecida ou testemunhal que se aproprie de um sentimento coletivo. Trata-se de um acordo para viver juntos, de um pacto social e cultural” (EG 239). Esse diálogo exige “uma profunda humildade social” (EG 240).

No diálogo inter-religioso, a verdadeira abertura implica conservar-se firme nas próprias convicções mais profundas, com uma identidade clara e feliz, mas “disponível para compreender as do outro” e “sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos” (RMi 56; EG 251). “Os não-cristãos fiéis à sua consciência podem, por gratuita iniciativa divina, viver «justificados por meio da graça de Deus» e, assim, «associados ao mistério pascal de Jesus Cristo” (EG 254). Porque o Papa cita aqui a Comissão Teológica Internacional, num documento de 1996 (“O cristianismo e as religiões”), e não a *Gaudium et spes*, com a autoridade coletiva do Vaticano II? Por

inconveniência ou autorreferencialidade de colaboradores da Cúria que fizeram enxertos por própria conta? A *Gaudium et spes* nos diz claramente: “Com efeito, tendo Cristo morrido por todos e sendo uma só a vocação última do homem, isto é divina, devemos admitir que o Espírito Santo oferece a todos a possibilidade de se associarem, de modo conhecido por Deus, a este mistério pascal” (GS 22,5).

Os sinais, ritos e expressões sagradas de outras religiões “não têm o significado e a eficácia dos Sacramentos instituídos por Cristo” (EG 254). A doutrina oficial do ecumenismo e do diálogo inter-religioso do “Francisco institucional”, que passou pelos filtros da Congregação pela Doutrina da Fé e de outras instâncias curiais, não vai além do Vaticano II e de sua interpretação hegemônica presente, sobretudo, nas posições dos seus antecessores João Paulo II e Bento XVI.

Quem quer saber, o que o Papa Francisco realmente pensa sobre essas questões, precisa ler suas entrevistas, escutá-lo durante suas viagens e interpretar suas tentativas de ir ao encontro do povo simples. Nessas ocasiões aparecem balões de ensaio que marcam o caminho que ainda deve ser percorrido e diálogos de uma cultura do encontro “além fronteiras”: “Sair de si mesmo para se unir aos outros faz bem” (EG 81).

No campo social, o Papa Francisco nos surpreende a cada dia com sinais dessa “cultura do encontro em uma harmonia pluriforme” (EG 220). Na articulação entre as perspectivas, a interna e externa, vale o lembrete que os navegantes de Lübeck mandaram cinzelar no portal de sua cidade hanseática que permitiu gerar e guardar as suas riquezas: *concordia domi foris pax* – a paz na rua depende da harmonia em casa. Por causa do vinagre ainda guardado nos calabouços do Vaticano, o Papa Francisco nos faz sentir o peso dos desafios herdados no mundo e na própria Igreja, sobretudo “o desafio de descobrir e transmitir a «mística» de viver juntos, misturar-nos, encontrar-nos, dar o braço, apoiar-nos, participar nesta maré um pouco caótica que pode transformar-se numa verdadeira experiência de fraternidade, numa caravana solidária, numa peregrinação sagrada” (EG 87).

Siga nossas Redes Sociais

Facebook

Twitter

- IHU @_ihu** 3 h
'Advogado é custo, engenheiro é produtividade', diz Dilma Rousseff em Nova York bit.ly/19GKVX9
Expandir
- IHU @_ihu** 3 h
Sementes Nativas, Garantia de Futuro: Carta de Mandirituba bit.ly/16EwS1h
Expandir
- IHU @_ihu** 3 h
O fascínio discreto de Pôncio Pilatos. Artigo de Giorgio Agamben bit.ly/1h7ZFKF
Com a imagem correta. pic.twitter.com/G0cZJe2y8B
Ver foto
- IHU @_ihu** 3 h
Qual código de ética é lecionado na faculdade de administração de Harvard? bit.ly/16EwNdK
Expandir

Blog

Instagram



bit.ly/ihuon



twitter.com/_ihu



instagram.com/_ihu



unisinos.br/blogs/ihu

Conjuntura da Semana

Copa do Mundo 2014, ilegítima: elitista, privatista e anti-popular

POR CESAR SANSON

A análise da Conjuntura da Semana é uma (re)leitura das *Notícias do Dia* publicadas diariamente no sítio do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**. A análise é elaborada, em fina sintonia com o IHU, pelo Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores

– CEPAT, com sede em Curitiba-PR, e por Cesar Sanson, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

O texto na íntegra está disponível em <http://bit.ly/ihucon021213>.

Eis o artigo.

Não é exagero afirmar que a realização da Copa do Mundo no Brasil encontra-se ameaçada. Uma pergunta persegue e preocupa o governo, a FIFA e os organizadores do evento: Como serão as manifestações durante a Copa do Mundo? Já não há dúvidas de que haverá manifestações durante o Mundial. A dúvida é o tamanho das mesmas, o receio da necessidade de colocar o exército nas ruas, o uso desmedido da ‘mão pesada’ do Estado que pode arruinar a imagem do país lá fora, já agravada pós-Copa das Confederações.

Seis anos atrás quando o Brasil foi escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014, certo ufanismo tomou conta do país. Já faz tempo, porém, que a Copa deixou de ser uma unanimidade e se torna cada vez menos na medida em que se toma conhecimento dos desmandos que a envolvem.

Nesses dias, o acidente com um guindaste na Arena Corinthians e a morte de dois operários maculou ainda mais a realização da Copa do Mundo no Brasil. Às mortes de trabalhadores somam-se uma série de outros

problemas: greves, atrasos, remoções, abandono de projetos de mobilidade, gastos exorbitantes, falta de transparência, imposições da FIFA, etc.

O sinal de que as coisas não iam bem com a Copa foi dado em junho de 2013 com as grandes manifestações. As multidões sitiaram as arenas de futebol e manifestaram indignação com a exorbitância de gastos, com a falta de transparência, com as imposições da FIFA. As ruas disseram que entre investimentos em estádios e em saúde e educação, ficam com a segunda opção. Aos poucos foi crescendo a percepção na sociedade de que a Copa não passa de um grande negócio. Um negócio que subordina o Estado brasileiro, que privatiza espaços públicos, que elitiza os estádios, que expulsa milhares de seus locais de moradia e que utiliza dinheiro que falta em áreas mais necessárias.

As manifestações voltarão às ruas por ocasião da Copa do Mundo, ainda mais com os holofotes do mundo todo voltados ao Brasil. Independente do que venha acontecer, quebrou-se o mito do “país do futebol”, o mito de

que a Copa do Mundo é sagrada. As ruas mandaram o recado “da Copa eu abro mão, quero mais dinheiro para saúde e educação”.

Quem primeiro levantou a série de equívocos envolvendo a organização do evento foram os Comitês Populares da Copa. Na raiz dos cartazes de rua criticando o ‘modelo da Copa’ estão os Comitês Populares que denunciaram a Lei Geral da Copa, as remoções, os gastos absurdos, as imposições da FIFA.

Comitês Populares da Copa: Resistência e potência

Os Comitês Populares da Copa foram o embrião daquilo que depois se viu nas ruas. Foram eles que alertaram para os desmandos na organização do evento. Chamaram a atenção para a ingerência de fora para dentro com a Lei Geral da Copa, as violações de direitos, as remoções indevidas, o uso exorbitante e sem consulta popular do dinheiro público, entre outros.

Em 2011, os Comitês Populares da Copa lançaram um Dossiê intitulado ‘Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil’.

Nele estão presentes as denúncias que irão aflorar posteriormente nas manifestações:

- **Moradia:** despejos arbitrários e remoções inteiras em processos ilegais de desapropriação para as obras da Copa;
- **Trabalho:** as greves e paralisações são resultados de baixos salários, más-condições de trabalho e superexploração da mão de obra em função de atrasos e cronogramas apertados;
- **Acesso à Informação, Participação e Representação Popular:** criação de instâncias paralelas de poder, que estão isentas de qualquer controle social;
- **Meio ambiente:** facilitação de licitações ambientes para obras;
- **Mobilidade:** expulsão das famílias mais pobres das áreas centrais e valorizadas e investimentos em transporte e mobilidade urbana sem considerar prioritariamente as demandas da população;
- **Acesso a Serviços e Bens Públicos:** diante da resistência dos moradores, prefeituras cortam serviços públicos de comunidades em processo de remoção;
- **Segurança Pública:** perspectiva de militarização das cidades durante os megaeventos;
- **Elitização, ‘Europeização’ e Privatização do Futebol:** fim dos setores populares nos estádios e aumento dos preços dos ingressos;

Lei Geral da Copa – Caval de Tróia

Dentre as várias denúncias na preparação da Copa do Mundo, os Comitês destacaram o caráter autoritário, abusivo e de ingerência inscritos na Lei Geral da Copa. Uma legislação imposta de fora para dentro a partir dos interesses da FIFA - um verdadeiro ataque à soberania do país, segundo os Comitês Populares da Copa.

A Lei Geral da Copa altera sumariamente a legislação brasileira, normas amplamente debatidas e, em muitos casos, fruto histórico de pressão e reivindicações dos movimentos sociais para atender a exigências de organismos internacionais como a FIFA e o Comitê Olímpico Interna-

cional – COI. A FIFA e o COI se transformaram em verdadeiras empresas transnacionais, mais preocupadas com o jogo do mercado do que com os jogos esportivos.

Diante da abusiva ingerência da FIFA, exigindo, determinando, cobrando, alterando a legislação brasileira, não é surpresa que a mesma tenha se tornado um dos alvos preferidos dos manifestantes. Dentre os absurdos, um dos que mais gerou indignação está a proibição de vendedores ambulantes comercializar produtos num raio de dois quilômetros dos estádios, ou seja, a FIFA criou um território que é governada por ela e não pelo governo brasileiro.

A FIFA arranhou tanto a sua imagem com o seu despotismo no Brasil que é uma das concorrentes ao prêmio de “pior corporação do mundo”. A FIFA “contribui para a violação dos direitos humanos, assim como ao direito à moradia, direito de protestar e de trabalhar”, destaca o site promotor do prêmio *Public Eye Awards*¹ que desde 2000 elege a “pior corporação do mundo”.

Remoções arbitrárias e o legado oculto

A realização da Copa do Mundo tem sido perversa para muitas pessoas. Em nome da necessidade de construção das arenas, da reestruturação viária nos seus entornos e até mesmo por higienização e esteticização, milhares estão sendo expulsos do lugar em que vivem há décadas.

De acordo com dados de um mapeamento divulgado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop), em parceria com a ONG Conectas, calcula-se que 250 mil famílias correm o risco de serem despejadas por causa das obras em preparativo para a Copa do Mundo. Falta de transparência, indenizações insuficientes e reassentamentos inadequados para as famílias removidas são marcas de um modelo de gestão empreendedora neoliberal no interior das cidades-sede da Copa. Na opinião de Orlando Alves dos Santos Junior,

pesquisador da Rede Observatório das Metrôpoles do Rio de Janeiro em entrevista à IHU On Line nº 422², 10-06-2013, há um legado oculto nesse processo das remoções. Segundo ele, “todas estas grandes obras se dão no marco do neoliberalismo, pois existe a subordinação do poder público aos valores do mercado, que promove a privatização e a mercantilização da cidade na perspectiva de atração de investimentos”.

Nesse mesmo contexto da mercantilização da cidade, a arquiteta e urbanista Claudia Favaro também entrevista à mesma IHU On Line aponta para o fato das populações mais pobres estarem sendo removidas de forma violenta, sem nenhuma alternativa, ocorrendo verdadeiras tentativas de higienização e elitização dos espaços públicos, com a expulsão dos mais pobres de determinadas áreas.

Gastos exorbitantes que não têm fim

Há outro escândalo que cerca a organização do Mundial. Gastos exorbitantes que não tem fim. Não falta dinheiro para as obras da Copa frente às imensas carências de serviços de saúde, educação, saneamento, entre outros. Esse é um dos fatores que constringe a realização da Copa.

O Brasil já bateu a soma do que a África do Sul e a Alemanha desembolsaram para os dois últimos Mundiais. O valor gasto para reforma ou construção dos 12 estádios chega próximo a 8 bilhões de reais segundo dados do Sindicato Nacional de Arquitetura e da Engenharia – Sinaenco, que conta com correspondentes nas 12 cidades-sedes e realiza acompanhamento mensal de projetos ligados à competição. O valor total, entretanto, chegará a R\$ 28 bilhões. Além de estádios, têm-se as obras de mobilidade urbana, ampliação de aeroportos e portos, gastos com segurança, telecomunicações e infraestrutura de turismo.

Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, os R\$ 28 bilhões que serão gastos com a Copa – evento que vai durar um mês – representam em tor-

¹ <http://publiceye.ch/pt-pt/> (Nota da IHU On-Line)

² Acesso: <http://bit.ly/ihuon422>. (Nota da IHU On-Line)

no de metade do valor destinado para a Educação no Orçamento Geral da União para todo o ano de 2012, que foi de R\$ 57 bilhões, e cerca de 40% do destinado para a Saúde, de R\$ 71 bilhões.

Os gastos suntuosos revelam ainda outro caráter perverso, o de que tem muita gente ganhando muito dinheiro com a Copa – particularmente as empreiteiras e os consórcios que irão administrar as arenas. Majoritariamente estão sendo construídas com recursos públicos, mas serão privatizadas em suas administrações. Um seleto grupo de empreiteiras está à frente das obras da Copa, entre elas, Odebrecht – responsável pela obra do Itaquerão onde morreram os operários –, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS e JBS. Essas mesmas empresas também são

generosas doadoras de recursos para campanhas eleitorais.

Elitização e privatização do futebol

Junto com os exorbitantes gastos nas arenas para cumprir o padrão FIFA vem outra consequência: a elitização do futebol brasileiro. Para além da elitização, assiste-se ainda a uma privatização dos espaços públicos. Antes da atual remodelagem muitos estádios eram públicos e agora se tornarão privados.

Entre eles, por exemplo, o Maracanã uma “arena multiuso” que albergava, além de eventos desportivos, recitais musicais e espetáculos dos tipos mais diversos. Agora, sobre as arquibancadas foram construídos camarotes com ampla visão do campo, com vidros que separam os especta-

dores VIP do resto dos espectadores. Nas suítes privativas dos estádios reformados com dinheiro público, milionários e empresas pagam 2,3 milhões de dólares por ingresso vendido por associada da FIFA.

Outro exemplo, entre outros, é a arena das Dunas construída em Natal-RN. A arena foi edificada sobre os escombros do antigo Machadão – estádio público. Com a destruição do Machadão se destruiu também o Machadinho – ginásio de esportes que abrigava jogos esportivos da rede pública de ensino. Agora o espaço, anteriormente público, se tornou privado e o Estado não tem mais nenhuma gerência sobre ele. Tampouco os pobres. Os preços dos ingressos se tornaram proibitivos. Somente entram nas arenas privadas quem pode pagar.

Acesse o Twitter do IHU em twitter.com/_ihu

Destques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 02-12-2013 a 06-12-2013, disponíveis nas *Entrevistas do Dia* do sítio do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** (www.ihu.unisinos.br).

Racismo explica 80% das causas de morte de negros no país

Entrevista especial com Rodrigo Leandro de Moura, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia - IBRE/FGV-RJ

Confira nas notícias do dia 02-12-2013

Acesse o link <http://bit.ly/ihu021213>

“O racismo está influenciando esse diferencial de taxa de homicídios. Não conseguimos uma metodologia que seja capaz de quantificar exatamente qual é este percentual, mas cremos, com certeza, que boa parte desse diferencial seja devido ao racismo”, afirma o pesquisador Rodrigo Leandro de Moura. O percentual de negros assassinados no Brasil é 132% maior do que o de brancos, revela pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, intitulada *Vidas Perdidas e Racismo no Brasil*. O pesquisador é um dos autores do estudo realizado pelo Ipea, que discorre sobre o tema em entrevista à **IHU On-Line**, concedida por e-mail. Para ele, embora as razões para explicar esses dados não estejam totalmente claras, segundo Moura, “20% da causa da morte de negros” pode ser atribuída a questões socioeconômicas, como diferenças em relação a emprego, moradia, estudo e renda do trabalhador.

Família, hoje. Questionário proposto pelo Papa suscita o debate

Entrevista especial com Mary E. Hunt, Patricia Fogelman e Jacques Alfonsin

Confira nas notícias do dia 04-12-2013

Acesse o link <http://bit.ly/ihu041213>

“O foco na família é uma espécie de guarda-chuva, que permite lidar com muitos assuntos sobre os

quais há um profundo conflito entre os católicos.” É com esta declaração que a teóloga feminista Mary E. Hunt comentou o questionário em preparação para o Sínodo Extraordinário dos Bispos sobre a Família em 2014, proposto pelo Vaticano em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Por sua vez, a historiadora Patricia Fogelman, também questionada, assinala a “pouca clareza da pesquisa” e a “tendenciosidade” das questões. “Parece uma lista de ideias vagas, desarticuladas, elaborada sem critério sociológico nem assessoria de nenhum profissional”, opina. Já Jacques Alfonsin, procurador aposentado, concentra-se em alguns temas, entre eles o matrimônio, e é enfático: “em vista da formação de uma família, uma tal união talvez nem seja mais preponderante hoje, com o perdão do nosso pessimismo”.

Dom Waldyr Calheiros: um bispo comprometido com os injustiçados

Entrevista especial com Célia Costa, socióloga e diretora técnica do Museu da Imagem e do Som no Rio de Janeiro

Confira nas notícias do dia 05-12-2013

Acesse o link <http://bit.ly/ihu051213>

“Um cristão comprometido com a causa dos pobres, injustiçados e oprimidos”. É assim que Célia Costa, uma das organizadoras do livro “O Bispo de Volta Redonda: Memórias de Dom Waldyr Calheiros”, descreve a atuação de Dom Waldyr Calheiros, bispo emérito de Volta Redonda, que faleceu no último sábado, 30 de novembro. Na entrevista a seguir, concedida à **IHU On-Line** por e-mail, a professora ressalta a atuação de Dom Waldyr durante a Ditadura Militar, num contexto inicial em que a Igreja apoiou o golpe. “Durante todo esse período militar, havia um grupo de bispos espalhados pelo país que agiam de forma completamente diferente: apoiavam a ação

dos católicos leigos engajados numa luta contra a ditadura e usavam, de forma destemida, o prestígio da Igreja para defender os pobres e perseguidos políticos”.

A abertura ecumênica no pontificado de Francisco. Desafios e perspectivas

Entrevista especial com Walter Altmann, teólogo e professor das Faculdades EST

Confira nas notícias do dia 06-12-2013

Acesse o link <http://bit.ly/ihu061213>

“Entre os protestantes, que têm entre si uma diversidade bastante grande, predomina nitidamente uma impressão muito favorável do Papa Francisco, bem como dos gestos e posicionamentos que ele tem apresentado”, relata o teólogo Walter Altmann. “Isso se refere, em especial, à sua sensibilidade pastoral, sua preocupação com as pessoas pobres e em situações de vulnerabilidade, bem como sua humildade”. Altmann, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, reflete sobre as ações do Papa que conduzem as tradições cristãs ao ecumenismo. O teólogo ressalta o enfoque pastoral de Francisco na condução da Igreja e afirma que seu pontificado abrirá “novas possibilidades para as relações ecumênicas”.

Acesse o facebook do Instituto Humanitas Unisinos - IHU e acompanhe nossas atualizações facebook.com/InstitutoHumanitasUnisinos

The screenshot shows the Facebook interface for Instituto Humanitas Unisinos. At the top, there's a search bar and navigation links. The main content area displays the profile picture, cover photo, and name of the page. Below this, there are statistics for likes and comments, and a row of navigation buttons. A recent post is visible, and a 'Destaques' section shows a list of friends.

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Publicações em destaque



Cadernos IHU

As práticas religiosas dos “Sem Religião” nas comunidades virtuais

De acordo com levantamentos do IBGE, desde a década de 1950 vem aumentando consideravelmente o número daqueles que se declaram não praticantes de uma religião específica. No entanto, mesmo “sem religião”, estes ainda carregam consigo práticas religiosas particulares. Isso se apresenta em todas as instâncias das sociedades, inclusive nas redes sociais. Este é o tema da edição 45 do **Cadernos IHU**, que traz a reflexão do professor do Instituto Teológico para leigos de São Miguel Paulista, Rafael Lopez Villasenor.

“A mudança do paradigma religioso está presente também no ciberespaço, que no protótipo da pós-modernidade possibilita uma reconfiguração social, cultural e religiosa, dado que opera de acordo com uma lógica do deslocamento de fronteiras de tempo e espaço, dentro da resignificação de práticas sociais e religiosas”, defende o pes-

quisador. O fato permitiria a participação em tempo real em rituais ou práticas virtuais, afetando as práticas sociais e religiosas. “A consequência desta prática leva ao crescimento das relações entre as pessoas, através do ciberespaço, de forma vertiginosa na troca de informações e práticas religiosas que recentemente não existiam ou não eram possíveis”, afirma.

Esta e outras edições do Cadernos IHU podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU ou solicitados pelo endereço humanitas@unisinos.br.

Informações pelo telefone 55 (51) 3590 8247.

A partir do dia 20 de dezembro de 2013 o arquivo em PDF estará disponível em <http://bit.ly/ihuideia>.

Releia algumas das edições já publicadas da revista **IHU On-Line**



O bode expiatório. O desejo e a violência

Edição 393 – Ano XII – 21-05-2012
Disponível em <http://bit.ly/ihuon393>

A atualidade e a importância da obra de René Girard é o tema em discussão na **IHU On-Line** desta semana. O pensamento de Girard permite, sem dúvida, pensar com acuidade e pertinência aspectos fundamentais da contemporaneidade. Contribuem para o debate Dominique Janthial, James Alison, Stéphane Vinolo, Michael Kirwan, Gabriel Andrade, William Johnsen, Jean-Pierre Dupuy.

Violência intrafamiliar e de gênero

Edição 255 – Ano VIII – 22-04-2008
Disponível em <http://bit.ly/ihuon255>

A cada 15 segundos, uma mulher sofre violência no Brasil, e boa parte destes casos ocorre na própria casa da vítima. Violência física, sexual e psicológica são alguns dos vários tipos de violência cometidos dentro do antro familiar, e que foram explorados nesta edição da **IHU On-Line**. Contribuem para essa discussão Montserrat Sagot, Stela Soares de Farias Cavalcanti, Yara Regina Stockmanns, Lilia Schraiber, Martha Narvaz, Lupicínio Iñiguez e Romeu Gomes.



Jovens, violência e mídia: construções de significados

Edição 82 - Ano III - 03-11-2003
Disponível em <http://bit.ly/ihuon82>

Esta edição da **IHU On-Line** debate o desafio da violência juvenil e o modo como ela é tratada pela mídia. A revista contextualiza ainda a demissão do secretário nacional de segurança pública, Luiz Eduardo Soares, que recolocou o tema da violência nos jornais. Dialogam nesta revista o professor de jornalismo da Unisinos, Ronaldo Henn; o professor da UFRGS, Rodrigo de Azevedo; a professora de comunicação da USP, Esther Hamburger e, por fim, o professor das Faculdades Rio-Grandenses - FARGS, Alex Niche Teixeira.



Conjuntura da Semana

A *Análise da Conjuntura da Semana* é uma (re) leitura das *Notícias do Dia* publicadas diariamente no sítio do IHU. A análise é elaborada, em sintonia entre o **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, com sede em Curitiba-PR, e por Cesar Sanson, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Entre os temas debatidos nas últimas semanas, destacam-se *Copa do Mundo 2014, Ilegítima: elitista, privatista e anti-popular; Prisões dos dirigentes do PT. Uma leitura crítica a partir da esquerda e Trabalho Escravo. Ruralistas ameaçam descaracterizar legislação que é referência internacional*. Fique por dentro das grandes discussões do Brasil e do mundo. Acesse a *Conjuntura da Semana* pelo link <http://bit.ly/ihucepat>.



Cadernos IHU As práticas religiosas dos “Sem Religião” nas comunidades virtuais

Confira neste número da **IHU On-Line** um breve resumo sobre a 45ª edição do **Cadernos IHU**, que debate as particularidades das ações religiosas dos que se declaram não praticantes de uma religião específica. Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, esse público, desde a década de 1950, é cada vez maior na população brasileira. O texto é do professor do Instituto Teológico para leigos de São Miguel Paulista, Rafael Lopez Villasenor. Veja na página 70.

Cadernos IHU Ideias Brasil: verso e reverso constitucional

A edição 197 dos **Cadernos IHU ideias** traz reflexões sobre o momento constitucional brasileiro, pautado pelos 25 anos da Constituição Cidadã de 1988. Fábio Konder Comparato, autor da reflexão, é professor emérito da Universidade de São Paulo – USP. Nas suas palavras: “Felizmente, a opinião pública hodierna começa aos poucos a se dar conta de que, no quadro desse

engenhoso sistema, o que existe, de fato, é uma representação de natureza teatral: o povo, como mero soberano de opereta, só aparece para o beija-mão público durante as campanhas eleitorais”. Desta forma, para ele, os elogios à Constituição de 1988 “não se justificam”.

Acesse essas e outras edições dos **Cadernos IHU ideias** em <http://bit.ly/ihuideia>.

